



**INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

O Jornalismo no Processo de Democratização de Moçambique: Continuidade ou Ruptura?

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo

Maria de Lurdes Manuel Gomes e Leite

Orientadora: Professora Doutora Júlia Teresa Pinto Sousa Leitão de Barros

Lisboa, 25 de Outubro de 2019

I. ÍNDICE

I.	ÍNDICE	2
II.	AGRADECIMENTOS	3
III.	DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ANTI PLÁGIO	4
IV.	RESUMO ANALÍTICO	5
V.	ABSTRACT	6
VI.	LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	7
1.	INTRODUÇÃO	8
2.	ENQUADRAMENTO POLÍTICO: O FIM DA URSS E O SEU IMPACTE EM MOÇAMBIQUE	13
2.1.	O Processo de Democratização em Moçambique: Estruturas Tradicionais e Edificação do Estado, Formação de Partidos	18
3.	ENQUADRAMENTO SOCIAL: DEMOGRAFIA, NÍVEL DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	26
3.1.	As Línguas Moçambicanas e a Literacia	31
3.2.	Os Vários Moçambiques: Etnias e Religiões	34
4.	OS MEDIA EM MOÇAMBIQUE NO PÓS INDEPENDÊNCIA	37
5.	A INFLUÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA DA FRELIMO NOS MEDIA: PARALELISMO POLÍTICO E INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA	43
6.	O JORNALISMO E OS JORNALISTAS NA DEMOCRACIA MOÇAMBICANA	48
7.	ESTUDO DE CASO: COMO É QUE OS MEDIA DE IMPRENSA MOÇAMBICANOS TRATAM OS ASSUNTOS DA LEI SOBRE OS CASAMENTOS PREMATUROS, DAS SUCESSÕES E DE REVISÃO DA LEI DA FAMÍLIA?	60
7.1.	Análise do estudo de caso	63
8.	CONCLUSÃO GERAL	78
	ANEXO i - Inquérito	82
	ANEXO ii - Recolha de dados dos jornais	84
	BIBLIOGRAFIA	109

II. AGRADECIMENTOS

Pela paciência, entrega, amizade, força e muito mais que não consigo expor em palavras, à minha Orientadora, Professora Doutora Júlia Teresa Pinto Sousa Leitão de Barros. Que sorte eu tive por tê-la na minha vida para a elaboração desta Tese de Mestrado e uma amizade para a vida.

À minha entidade patronal, Televisão de Moçambique, que me permitiu terminar esta fase da minha formação académica.

Aos meus Pais, Manuel Gomes e Berta Nhambire, por me terem dado asas para iniciar o meu percurso de estudos em Portugal.

À minha amiga Adaína Chacame, por ter sido a minha incansável assessora de informação à distância.

À minha cunhada Paula Portugal, pelo apoio indescritível que me deu e pela paciência que sempre teve comigo (ou connosco).

Aos meus vizinhos Sara e Ricardo pela amizade, dedicação e, principalmente atenção que, desde sempre, têm tido comigo (ou connosco).

À minha amiga Sónia Delgado pela amizade, apoio e disponibilidade.

Ao meu amigo e marido João, ... por tudo: pela força, paciência, apoio, compreensão, boa vontade, horas de sono e por teres esperado...

À minha filha mais velha Sílvia que, com apenas 5 anos, me acompanhou nesta jornada com extrema paciência.

À minha filha Patrícia que se portou muito bem no ventre da Mãe até ao fim do trabalho de investigação. Depois de nascer aí é que foi...

III. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ANTI PLÁGIO

Declaro ser a autora desta dissertação, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original, nunca submetido (no seu todo ou em qualquer das partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento, que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, 20 de Setembro de 2019

Teresa de Lencastre P. Gomes e Leite

IV. RESUMO ANALÍTICO

Poucos são os estudos sobre os media na jovem democracia Moçambicana. A presente dissertação contribui para o conhecimento do percurso e da forma de fazer jornalismo em Moçambique, desde a era do partido único à democracia. Bibliografia, sítios na internet, relatórios de organizações não-governamentais, imprensa escrita moçambicana e um estudo de caso, sustentam a investigação. O objectivo é compreender o papel do jornalismo no processo de democratização, bem como a sua evolução, recorrendo ao sistema de media comparados.

Palavras-chave: Moçambique; democracia moçambicana, etnias, jornalismo; imprensa escrita; FRELIMO; RENAMO; MDM; analfabetismo; partido único; paralelismo político; sistema de media comparados; monolítico.

V. ABSTRACT

There are few media studies in the young Mozambican democracy.

This dissertation contributes to the knowledge of the path and the way to do journalism in Mozambique, from the era of the single party to democracy.

Bibliography, websites, reports from non-governmental organizations, Mozambican press and a case study support the research.

The objective is to understand the role of journalism in the democratization process, as well as its evolution, using the comparative media system.

Keywords: Mozambique; Mozambican democracy, ethnicities, journalism; written press; FRELIMO; RENAMO; MDM; illiteracy; single party; political parallelism; comparative media system; monolithic.

VI. LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AIM - Agência Internacional de Moçambique
CECAP – Coligação para eliminação de casamentos prematuros
CIP - Centro de Integridade Pública de Moçambique
DW – Deutsche Welle Moçambique
GABINFO - Gabinete de Informação de Moçambique
INE – Instituto Nacional de Estatística (Moçambique)
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
MDM – Movimento Democrático de Moçambique
MISA - Instituto de Comunicação Social da África Austral
MZN – Metical Novo (moeda nacional de Moçambique)
ONG – Organização Não-Governamental
PCA – Presidente do Conselho de Administração
PGR - Procuradora Geral da República
PGR – Procuradoria-Geral da República
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR – Presidente da República
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana
RTK - Rádio Televisão Klint
RTP – Rádio Televisão Portuguesa
SOICO – Sociedade Independente de comunicação
TIM – Televisão Independente de Moçambique
TVM - Televisão de Moçambique
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VOA – Voz da América

1. INTRODUÇÃO

Durante os anos 80, Moçambique viveu uma crise económica, social e de profundo descrédito político, levando o governo, em desespero, a “arrumar na gaveta” os princípios políticos que até aí vinha defendendo, em nome da “salvação” do seu povo.

Esta situação verificou-se com o fim da guerra fria, que culminou com a queda do muro de Berlim em 1989. Moçambique perdeu o apoio que vinha tendo da República Democrática Alemã, entre outros países do bloco socialista, e foi forçado a aderir a uma nova realidade política, que implicava o fim da guerra civil de 16 anos e o abandono do modelo político e económico socialista de influência soviética, adoptando um novo modelo de democracia liberal.

Nascia assim uma oportunidade política para o governo da FRELIMO voltar a afirmar-se aos olhos da sociedade.

Aceitar a implementação da democracia pluralista foi, em termos internacionais, a moeda de troca para que o País voltasse a receber apoio para se reconstruir. Para tal, a FRELIMO encetou negociações com a RENAMO e preparou uma revisão da Constituição, aprovada em 1990, dando início a um longo e tortuoso período de transição do regime político. No entanto, um dos aspectos que se revelaria impossível de mudar foi o peso da estrutura frelimista no aparelho de Estado.

Hoje podemos perguntar se a democracia terá sido compreendida pelos próprios políticos? Tendo em conta a forma como tem sido implementada, com as sucessivas alterações da constituição e a não aceitação de outras ideologias em funções governativas para além do (des)respeito para com os media.

Uma das grandes questões que me moveram para este estudo foi saber em que medida o jornalismo moçambicano estava, ou não, a contribuir, para o processo de democratização do país pois, como refere Érik Neveu, o jornalismo é uma peça basilar da democracia uma vez que, segundo o autor:

“A cidadania consiste em tomar parte num debate permanente, pontuado por momentos de participação, sobre os desafios da vida em comum e das suas

soluções. Este cidadão carece de informação inteligível, completa e contraditória que seja reflexo do maior número possível de dimensões da vida social e que não se polarize apenas nos discursos institucionais (...) nem reduza a sociedade aos seus dirigentes” (2004, Sociologia do Jornalismo, p.135).

Enquanto que a transição do regime político em Moçambique é um facto, nesta dissertação procuraremos perceber se esta mudança também foi acompanhada por uma transição do modelo de jornalismo controlado pelo Estado, que vigorava.

Será que com a nova lei de imprensa de 1991, os jornalistas passaram a poder fazer um jornalismo característico das democracias pluralistas? Será que há um novo jornalismo a acompanhar um novo regime político no país? E que autonomia possuem os jornalistas quando produzem notícias? Vão à procura de contraditório? Vivem dependentes do que as fontes oficiais lhes dão?

Depois da nova lei de imprensa e da oficialização da liberdade de expressão, qual foi a atitude dos jornalistas? Aderiram ou ignoraram-na?

Será a sociedade moçambicana convidada a participar na esfera política através de conteúdos mediáticos? Porque limitar o acesso dos jornalistas às fontes oficiais, significa impedir a sociedade de reflectir sobre a actividade das instituições que a servem.

Para abordar o jornalismo moçambicano de hoje, procurei seguir a proposta metodológica de Daniel Hallin e Paolo Mancini:

“Não é possível compreender os media noticiosos sem entender a natureza do Estado, o sistema dos partidos políticos, o padrão das relações entre interesses económicos e políticos e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros elementos da estrutura social”.

O que aqui pretendemos, através de uma análise histórica, foi ajudar à compreensão das implicações das mudanças políticas no jornalismo moçambicano. Foram, porém, vários os obstáculos que encontrámos. Embora o estudo da imprensa moçambicana no período colonial já venha sendo estudado com algum cuidado, e refira-se a tese de doutoramento de Isadora de Ataíde Fonseca (2014), o mesmo não acontece para o período pós-colonial. Faltam estudos de síntese e reflexão sobre o jornalismo nos últimos quarenta anos, e rareiam as abordagens sobre o jornalismo na jovem democracia moçambicana mas, mesmo assim, encontrámos alguns na jovem democracia moçambicana. Destacamos o de Sérgio Chichava & Jonas Pohlmann, que fazem “Uma breve análise da imprensa Moçambicana”, publicada em 2010. Esta análise mostra-nos “que a imprensa é um elemento central nas sociedades contemporâneas” para além de descrever o percurso da profissão desde que a FRELIMO tomou conta do país onde a imprensa estava e está, em grande

parte, até hoje, incluída na sua lista de áreas a gerir (2010, p.127). Ora no que respeita ao enquadramento político realço a obra de Adriano Nuvunga que, em 2007, publicou o estudo “Experiências com Partidos Políticos em 53 novas Democracias”. O “deixa andar” no quadro institucional em Moçambique, uma análise ao sistema político de Moçambique e sua influência no desenvolvimento dos partidos políticos. Para esta dissertação foi também determinante o contributo de Marc de Tolleneare (2006), com o seu livro, “Apoio à democratização em Moçambique pós conflito”, onde compreendi como o apoio internacional pode ter um impacto sustentável e positivo no funcionamento eleitoral, direitos humanos e organizações da comunicação social em sociedades pós-conflito.

Se a reflexão sobre questões políticas já vem sendo realizada, o mesmo não acontece com os factores relacionados com a economia moçambicana, questões como acumulação de capital, investimento, exportações e importações, consumo, são ainda hoje temáticas pouco estudadas. Apenas obtivemos dados recolhidos por organizações internacionais como o Fundo Monetário internacional (FMI), Relatório do índice de desenvolvimento humano para 2017, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD - ONU), que se juntaram aos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) na qualidade de fornecedor de dados oficiais internos do país.

Mas, sobretudo, deparámo-nos com dificuldades logísticas, para a realização do projecto de investigação, devido à transferência do Arquivo Central para outro edifício, não estando, por isso, o material disponível ao público, pelo menos até Julho de 2019. O objectivo era aceder aos jornais para perceber o comportamento dos media aquando do nascimento da democracia e da nova lei de imprensa e avaliar se houve ou não mudanças desde então. Fomos convidados a pagar por um serviço, naturalmente gratuito, o qual não aceitámos.

A tudo isto se soma a falta de dados disponíveis e/ou credíveis referentes a actos administrativos e judiciais ou valores estatísticos sobre indicadores sociais, entre outros. Por exemplo, as páginas online das instituições públicas estão, na sua esmagadora maioria, desactualizadas como é o caso do sítio da Assembleia da República, que nem sequer apresenta os nomes e as fotografias dos deputados actuais, não tem informação da agenda e não apresenta qualquer relatório ou acta das sessões plenárias.

Por último, deparámo-nos com algumas resistências em colaborar com assuntos que ainda hoje são considerados melindrosos. A nossa tentativa de obter respostas por via de um inquérito (ver Anexo 1), enviado a 15 pessoas, foi um total

falhanço. Se por um lado, os jornalistas seleccionados não tiveram vontade de participar, por outro não se sentiram confortáveis para tal.

O meu projecto inicial de investigação era ambicioso, procurava seguir de perto a proposta de Daniel Hallin e Paolo Mancini, na sua obra “Sistemas de Média – Estudo Comparativo” e queria aprofundar as quatro dimensões de análise por eles propostas: 1) desenvolvimento do mercado, com ênfase na circulação da imprensa; 2) paralelismo político, ou seja, a natureza e o grau das relações/ligações entre os media e a política; 3) o desenvolvimento do profissionalismo jornalístico; 4) a natureza e o grau da intervenção do Estado no sistema dos media. Porém, a dificuldade em obter dados, não só de cariz económico, como também político, acabaria por fazer da obra destes autores, apenas uma referência metodológica.

Na tentativa de contornar algumas das dificuldades, optei por fazer um enquadramento histórico do regime político e do seu sistema mediático no período de 1975 a 1990 (no capítulo 2), um enquadramento social da demografia, do nível de vida e do desenvolvimento social (no capítulo 3), uma caracterização do estado dos media no período imediatamente a seguir à independência (no capítulo 4), um retrato do jornalismo e dos jornalistas já em democracia (no capítulo 5) e finalmente, estudar a influência político-partidária da FRELIMO nos media em termos de paralelismo político e instrumentalização política (no capítulo 6).

Em paralelo, procurámos perceber como é que a imprensa escrita trata os assuntos da sociedade sem implicações nem relação directa com a actividade política. Optámos por analisar o tratamento jornalístico do projecto lei sobre os casamentos prematuros, sucessões e família. Para tal, desenvolvemos um estudo de caso (no capítulo 8), para compreender como os assuntos sociais são tratados e destacados na imprensa escrita moçambicana. Num país com casamentos informais (ditos tradicionais), assumidos como uniões de facto e realizados de acordo com as regras da comunidade, o Parlamento discutiu o casamento de menores, removendo da Lei, a cláusula de excepção, que legalizava os casamentos a partir dos 16 anos, quando autorizados pelos pais e devidamente argumentados. Sendo assim, propunha-se que só a partir dos 18 anos de idade é que seria permitido casar, dando mais tempo à rapariga para poder fazer as suas escolhas. A proposta de revisão da Lei propunha outras alterações como a igualdade de género para efeitos sucessórios, ou ainda, os filhos passarem a ser tratados todos da mesma forma, quer tenham nascido dentro ou fora do casamento, isto é, o fim da discriminação dos filhos extraconjugais no processo de partilha de herança.

A importância da legislação apontava para transformações profundas, estruturais, que implicavam toda a sociedade moçambicana. Entender o lugar

ocupado pela imprensa escrita no debate público sobre um assunto tão melindroso levou-nos a valorizar esta temática. Através do tratamento dado a este assunto talvez seja possível avaliar o jornalismo praticado hoje em Moçambique, quase trinta anos depois da constituição que garantiu formalmente a liberdade à imprensa.

O corpus desta análise recai em quatro títulos da imprensa escrita moçambicana: três jornais diários, *Jornal Notícias*, *Diário de Moçambique* e *O País* foram analisados durante o período de 22 de Abril a 11 de Maio de 2019, e um semanário, o *Savana*, que sai à sexta-feira e foi analisado entre os dias 19 de Abril e 17 de Maio de 2019.

Através deste estudo procuraremos colocar algumas propostas de leitura sobre o difícil processo de afirmação em Moçambique, de uma actividade jornalística rigorosa, profunda e autónoma.

2. ENQUADRAMENTO POLÍTICO: O FIM DA URSS E O SEU IMPACTE EM MOÇAMBIQUE

Com a desagregação da URSS e o fim da “guerra fria” Moçambique preparou-se para abandonar o modelo político e económico socialista de influência soviética procedendo à adopção de um novo modelo de democracia liberal. Na verdade, o que na realidade aconteceu em Moçambique enquadrava-se num movimento mais vasto de introdução de regimes democráticos, que varreu vários pontos do mundo, entre 1970 e 1990.

Segundo Carothers (2002, p.5), citado por Forquilha & Orre (2011, p.35), o período foi marcado por “a queda de regimes autoritários do Sul da Europa, nos meados dos anos 70, a substituição das ditaduras militares por governos civis eleitos na América Latina, a partir dos finais dos anos 70 e meados dos anos 80, o colapso dos regimes comunistas da Europa do Leste nos finais dos anos 80, a constituição de 15 repúblicas pós-soviéticas em 1991, na sequência da queda da URSS, o declínio de regimes de partido - único na África subsaariana e alguma tendência de liberalização de alguns países do Médio Oriente nos anos 90” (Apud Forquilha & Orre, 2011, p.35) deram alento a um movimento democrático à escala mundial.

Tornaram-se então “possíveis as reivindicações e as pressões internacionais para a transição democrática na África Subsaariana”. Neste contexto verificou-se “o desmantelamento do complexo militar-industrial soviético, o abandono da região pelas potências ocidentais que se lhe opunham, em suma, a perda de valor estratégico do continente africano, deu um forte impulso ao assomo da democracia, já que impôs uma certa condicionalidade democrática à ajuda para o desenvolvimento” (Ndiaye, 2014, p.16).

Assim, Moçambique foi-se adaptando ao novo ciclo político internacional tendo a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) encetado negociações de paz com a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO).

Com efeito estas duas formações políticas vinham-se digladiando, praticamente desde a independência de Moçambique.

Depois de uma guerra entre a FRELIMO e as forças coloniais portuguesas, que durou 10 anos e que terminou graças à queda do regime fascista Português em 1974, Moçambique foi entregue ao Partido FRELIMO, que negociara a independência com o poder colonial.

A FRELIMO é um partido que nasceu em 1962, resultante da fusão dos movimentos denominados independentistas UDENAMO, UNAMO e UNAMI. Com a independência, deixou de se identificar como Frente, passando a ser “um partido político marxista-leninista de orientação socialista” (Nuvunga, 2007, p.53). Tendo em conta as origens e as etnias dos primeiros líderes da FRELIMO, pode-se afirmar que era um partido do sul do País, especificamente Ma´Changana.

Comunga com esta ideia o investigador Sérgio Chichava ao constatar, na sua análise intitulada “*Por Uma Leitura Sócio-histórica da Etnicidade em Moçambique*” que apesar da UDENAMO ser composta por “fundadores emigrantes moçambicanos na antiga Rodésia do Sul, cuja maioria era originária do antigo distrito de Manica e Sofala (caso de Uria Simango)“, da MANU ser um movimento essencialmente formado por emigrantes macondes do Quénia e da Tanzânia e da UNAMI “cujo líder era Baltazar da Costa Chagonga, originário do antigo distrito de Tete”, a liderança recaiu nas mãos de Eduardo Mondlane, um indivíduo da província de Gaza, sul do País, que por ser “maioritariamente, composta por indivíduos do sul de Moçambique, fez com que o seu partido carregasse a acusação“ de discriminar os moçambicanos do norte do rio Save” (Chichave, 2008, p.4) e de uma forte etnicidade evidente mas nunca assumida.

Desta forma, pode-se dizer que a província de Gaza foi o “ventre” de, pelo menos, três dos primeiros líderes do partido e presidentes do País: Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO, nascido em Manjacaze - Gaza; Samora Moisés Machel, nascido em Chilembene - Gaza; e Joaquim Chissano, nascido em Chibuto - Gaza.

Apesar de ser composto por líderes da mesma região, a FRELIMO não foi um partido de consensos. Os líderes não se entendiam. Dava a ideia de existirem duas FRELIMOS. A de Samora Machel e a de Eduardo Mondlane e “segundo esta perspectiva, a radicalização política da FRELIMO, simbolizada pelo Terceiro Congresso em 1977, teria constituído uma traição aos ideais originais do partido das zonas libertadas” (Macamo, s.d, p.10).

Um partido monolítico, com o objectivo de “construir uma identidade nacional, enquanto factor de legitimação da sua dominação... construído a partir dos princípios do «socialismo científico», enveredou pela aniquilação de todas as expressões identitárias infranacionais, de cariz étnico ou outras e pela desestruturação das

organizações políticas, económicas, religiosas e culturais locais” visto que “estas identidades eram consideradas um entrave à implantação do novo modelo de sociedade e portanto um perigo a eliminar” proibindo o culto mágico-religioso “particularmente sentido por certos sectores da população va’Ndau, nomeadamente os Matombo e os mais ligados à instituição do poder político tradicional e suas famílias (Florêncio, 2002, p.11).

Para atingir estes objectivos investiu na “criação de campos de reeducação, a imposição do patriarcado nas regras familiares, a concentração de produção em fazendas estado e a legitimação oficial das autoridades tradicionais e religiosas” (Tollenaere, 2006, p.2) originando descontentamento e até a relutância do povo.

Estas acções eram vistas como que uma substituição da colonização praticada por nacionais. Era sair de uma imposição para entrar noutra.

Sem medir as consequências, a FRELIMO incentivou a criação do seu próprio “inimigo” dentro de portas, ao dar apoio e abrigo aos “combatentes da guerrilha zimbabueana” fazendo com que “os regimes minoritários brancos da Rodésia, da África do Sul e os serviços secretos” retaliassem “organizando, treinando e armando um movimento de guerrilha em Moçambique, composto por antigos soldados moçambicanos que tinham servido no exército Português, fugitivos dos campos de reeducação e ex-membros da FRELIMO” (Tollenaere, 2006, p.2), que não abraçavam a filosofia marxista-leninista do movimento. E assim nascia a RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana, uma consequência das políticas mal sucedidas do então Estado-Partido.

A RENAMO, criada logo após a independência, é um partido visto como tendo surgido a partir de um “movimento rebelde”. É originário da etnia dos va’Ndau, com origens “que se encontram ligadas à fragmentação dos reinos de Mwenemutapa e de Mbire” na região dos “planaltos centrais do Zimbabwe na direcção da costa litoral do Índico” (Florêncio, 2002, p.6).

Apoiado pela Missão Metodista Americana, que garantiu a “fixação e a divulgação da língua Chindau (...) e a utilizá-la como língua de ensino nas escolas da missão e na divulgação litúrgica, contribuindo para a criação de uma pequena elite letrada (...) donde se destacaria Uria Simango” só no século XX a língua e as populações começaram a aparecer “referenciadas na documentação sob a designação de Landins ou Vátuas, que era o nome que os portugueses atribuíam aos invasores Nguni, confundindo conquistadores e conquistados” (Florêncio, 2002, p.9).

Aceitar a ideologia da RENAMO significava oposição aos Machanganas que, na prática, era o mesmo que se opor ao Estado-FRELIMO.

Na prática, a RENAMO foi criada para dar a cara das insatisfações de forças externas e internas em relação às políticas e posturas do governo da FRELIMO.

Dois anos após a independência, em 1977, num momento em que o governo começava a construir um País acabado de sair de uma longa colonização, iniciava-se a guerra entre a FRELIMO e a RENAMO, que só terminaria com o início das conversações de paz que obrigaram a uma revisão da Constituição, aprovada em 1990, dando início a um longo e tortuoso período de transição do regime político moçambicano. Mas para que a transição do regime político acontecesse na prática, era preciso que o Estado-Governo abdicasse dos seus princípios e valores da era do partido único.

Por isso, só no seu 5º congresso e já de "malas prontas" para a democracia, em 1989, é que a FRELIMO, segundo o cientista social Adriano Nuvunga¹, "abandonou a ideologia marxista-leninista e se transformou num partido social democrata de centro-esquerda", para além de se tornar "num partido de etnias e regiões" e não apenas das zonas urbanas e suburbanas (Nuvunga, 2007, p.54).

Na expectativa da efectivação da democracia, a RENAMO não se deixou ficar para trás, realizando o seu primeiro congresso em 1989, onde procurou superar a imagem que tinha de partido étnico, apresentando-se como um partido de cariz nacional, procurando mostrar que não era apenas um movimento impulsionado pela então Rodésia e pela África do Sul. O certo é que "a RENAMO adoptou um discurso político - identitário integrador, que pretendia mobilizar toda a sociedade Moçambicana que não se revia no Estado-FRELIMO" (Florêncio, 2002, p.15). Nesse sentido foi gradualmente abandonando a língua Ci-ndau, que outrora fora o "meio" de comunicação oficial.

Porém, não era fácil afastar-se da sua conotação étnica, fortemente ligada aos Ndau, do centro de Moçambique, pois os números iriam revelar que era aí que colhia mais votos e, por isso, não desperdiçou a vantagem étnica, o "sentimento de pertença a uma «comunidade de interesses partilhados», do uso de uma mesma língua, de partilha de um mesmo espaço geográfico, de costumes e de valores, e de uma descendência comum", para obter os votos da comunidade rural (ibidem).

Adicionalmente, as duas partes envolvidas no conflito militar (durante a guerra dos 16 anos) assumiram "um monopólio no processo de transição, em detrimento da

¹ Antigo Director do Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP).

expressão e desenvolvimento autónomo de outras forças políticas ou movimentos sociais capazes de expressar a diversidade” (Brito, 2010, pp.5-22)²

Após longo e conturbado período de negociação, entre 1987 e 1990, a RENAMO e a FRELIMO chegaram finalmente a um entendimento que resultou na elaboração de uma nova constituição em 1990 e no Acordo Geral de Paz, assinado a 4 de Outubro de 1992 em Roma. Este último significava “uma carta de transição política para Moçambique, na medida em que tratava não só de questões militares, tais como o cessar-fogo, a desmilitarização e a formação do novo exército, como também das bases do processo de democratização do país, nomeadamente os critérios e as modalidades de formação dos partidos políticos, as questões eleitorais e a garantia das liberdades fundamentais sob o plano constitucional” (Forquilha & Orre, 2011, p.36).

A guerra dos 16 anos terminava, para já, e a paz, para já, era efectiva³.

A nova Constituição começou por eliminar o nome do partido FRELIMO permitindo prever transformações profundas no regime moçambicano, onde a FRELIMO deixava de ser Estado – partido - governo. O país passou a denominar-se de República de Moçambique cuja soberania residia no povo, e já não nos operários e camponeses unidos e dirigidos pela FRELIMO. No texto constitucional previa-se o pluralismo político e partidário e o respeito e a garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, como a liberdade de expressão, reunião e associação. Entre outros aspectos, a nova Constituição reconheceu “o direito à vida - ao abolir a pena de morte, a pluralidade de ideias ao adoptar o multipartidarismo; a separação de poderes - entre o Executivo, Legislativo e Judiciário, a liberdade de imprensa” (PNUD, 1998, p.36).

Assim: “Introduziu o Estado de Direito Democrático, alicerçado na separação e na interdependência dos poderes e no pluralismo, lançando os parâmetros estruturais da modernização, contribuindo de forma decisiva para a instauração de um clima democrático que levou o país à realização das primeiras eleições multipartidárias” (CRM, 1990, p.1).

O novo sistema político optou pelo regime presidencialista caracterizado pelos muitos poderes delegados no Presidente da República entre eles: nomear o

² Brito, Luís (2010/1. nº117).” Le difficile chemin por la democratization tradução de Zimmermann, Patrick”. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-politique-africaine-2010-1-page-5.html>> [consult. 28 de Abril de 2019].

³ A paz era efectiva, pelo menos para já, uma vez que a RENAMO foi mostrando a sua insatisfação com o governo através de vários ataques de guerra. A ideia de paz efectiva foi sofrendo actualizações com todos os presidentes da República de Moçambique. De lembrar que o Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, perdeu a vida na serra da Gorongosa, enquanto esperava pela chamada Revisão pontual da constituição da República de 2018 que tinha a ver com a descentralização.

Presidente do Tribunal Supremo, o Presidente do Conselho Constitucional, o Presidente do Tribunal Administrativo e o Vice-Presidente do Tribunal Supremo; nomear, exonerar e demitir o Procurador-Geral da República e o Vice-Procurador-Geral da República, como se pode verificar nas constituições da república, de 1990 em diante.

A opção por este regime haveria de trazer algumas dificuldades acrescidas ao processo de transição para a democracia moçambicana, pois ao Presidente da República foi possível manter-se como presidente do maior partido, o que na prática significou a capacidade de partidarizar a elaboração das leis e o controlo judicial.

Assim, não é pelo facto de se alterar uma constituição que os procedimentos políticos, as acções, os comportamentos e a própria ideologia mudam, o que acontece é uma alteração de compromisso na constituição, o resto só o tempo é que poderá mostrar. Daí que se iniciasse então uma transição difícil para a democracia efectiva. Um dos aspectos que se revelaria mais imutável seria o peso da estrutura partidária da FRELIMO no aparelho de Estado. Segundo Tati manteve-se “a gestão de políticos ditos libertadores (...) que fazem do poder uma recompensa do seu heroísmo na luta anticolonialista” (Tati, 1998, p.222).

Normalmente a democracia vem acompanhada de pluralismo, pois a democracia permite aos cidadãos escolherem projectos alternativos. A democracia exige que se aceite a visão de outros partidos e a presença de outros partidos no campo político como um direito. Segundo Tati: “o pluralismo é um princípio chave do sistema democrático, que pela sua natureza se contrapõe ao monolítico político dos sistemas autocráticos, abrindo-se à diversidade de opiniões e de correntes, aos contrastes e ao dissenso (...) pressupõe e comporta a tolerância, enquanto o monolitismo potencia quase sempre a intolerância e o fanatismo” (Tati, 1998, p.205).

2.1. O Processo de Democratização em Moçambique: Estruturas Tradicionais e Edificação do Estado, Formação de Partidos

Os anos 90 trouxeram uma novidade para a sociedade moçambicana: poder votar e escolher o seu Presidente. Viveu-se o nascimento de uma democracia, onde tudo era novo, embora nem todos soubessem porque iam votar. Estes anos, segundo Carolina Rocha Da Silva “foram marcados por elevadas taxas de participação eleitoral e pelo surgimento de um bipartidarismo” que, no entanto, não podem servir de “indicativos do progresso democrático moçambicano” (Da Silva, 2016, p.35). A

taxa de participação nas eleições gerais de 1994 foi de 88% e, em 1999, de 74%” (Da Silva, 2016, p.34). Os moçambicanos pareciam viver em lua-de-mel com a democracia. Num universo de 49 partidos políticos em 1994, só a FRELIMO, a RENAMO e a União Democrática conseguiram eleger deputados.

Entretanto o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) iniciou o seu percurso parlamentar, em 2009, com 8 assentos dos 250 disponíveis na Assembleia da República. Um partido que nasce em Março de 2009, na cidade da Beira, depois do seu líder, Daviz Simango, ter sido expulso, em Setembro de 2008, do Partido RENAMO, alegadamente por “ter violado os estatutos do partido” (Chichava, 2010, p.10). Em termos ideológicos o MDM orienta-se pelo “capitalismo democrático” e pela “democracia cristã”, sendo actualmente a terceira maior força política, que tem vindo a conquistar cada vez mais assentos no parlamento. Nas eleições gerais de 2009 ganhou oito assentos no parlamento apesar de ter concorrido só em quatro círculos eleitorais. Nas eleições de 2014 conquistou 17 lugares.

Nascia assim um novo partido numa zona “considerada como politicamente hostil à FRELIMO” (Chichava, 2010, p.6). Trata-se da zona da etnias Ndaue e Sena, zona de Uria Simango, antigo vice-presidente da FRELIMO, considerado dissidente do partido e como consequência, expulso por ser acusado de ter participado no plano para o assassinato do antigo Presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane. De salientar que Uria Simango é Pai de Daviz Simango, líder do MDM.

Entretanto, as taxas de participação eleitoral desciam a partir de 2000 e, de novo, em 2010 (45%). Isto é, segundo Da Silva, “a euforia democrática desapareceu” e as eleições passaram a ser marcadas “por uma forte abstenção, fraude e desconfiança, sintomas de uma grave crise democrática” o que tornava “o acto eleitoral extremamente ineficaz” (Da Silva, 2016, p.34). Segundo o mesmo autor este desinteresse deve-se “à centralização do poder pela FRELIMO”, que como ganhou sempre tornou o voto inútil aos olhos da população. As dificuldades eleitorais originaram também um fracasso da RENAMO enquanto partido político, tornando-o num partido de guerrilha que recorre à violência e não à política, como forma de exercer pressão, uma vez que, em Moçambique, o voto é visto com desdém e com desconfiança” (Da Silva, 2016, p.35). A falta de alternância política, não ajudou a que se assistisse a uma aproximação que permitisse a procura de consensos e compromissos nacionais entre os dois maiores partidos moçambicanos.

“O período de transição democrática” parece “ameaçar a possibilidade de aprofundar a democracia ou, se quisermos, o Estado na sua forma actual que não se deixa domesticar” (Ndiaye, 2014, p.17).

Acredita-se que “talvez os problemas da RENAMO não se devam apenas aos erros ou à falta de recursos, mas à sua natureza organizacional parasitária” e ao facto da mesma nunca ter desenvolvido “um programa político específico (...) excepto acusar o seu oponente (...) de uma forma totalmente inapropriada” (Brito, 2010, pp.5-22). Esta constatação tem mudado nos últimos anos, uma vez que as acusações e as questões que a RENAMO apresenta no parlamento são acompanhadas de provas, que depois continuam a ser debatidas nas redes sociais entre os cidadãos comuns. As suas questões no parlamento, não surtem qualquer efeito e, na maioria das vezes, nem sequer são respondidas pelo governo ou pelo partido dominante. A RENAMO é frequentemente acusada de ter uma representação que só reclama e que não apresenta experiência governamental.

Em determinadas zonas do País, como a província de Gaza, a RENAMO ainda é vista como o partido dos bandidos armados, que dizimou muitas vidas e atrasou o País, facto que a leva a ter pouca representatividade. Por sua vez a FRELIMO é vista como a heroína, a salvadora, pois aparece como tendo sido o principal garante do fim da guerra civil. A província de Gaza, talvez não por acaso, é a terra mãe dos três primeiros presidentes da FRELIMO.

Por outro lado, é difícil sobreviver como partido em Moçambique devido à “dificuldade de mobilizar recursos financeiros suficientes para abastecer a máquina partidária e permitir-lhe uma presença efectiva e permanente no terreno” (ibidem). O país é extenso e os custos do trabalho político são elevados, sendo difícil assegurar uma presença efectiva e permanente em todo o território nacional.

Note-se que a FRELIMO mudou a sua “política de descentralização” fazendo uma aliança com “os líderes tradicionais, elementos decisivos, que permitiram à FRELIMO manter o poder” (ibidem). Em África, neste caso em Moçambique, os líderes das comunidades ainda são extremamente confiáveis e prestigiados junto das comunidades.

Na era colonial também se mantinham as estruturas suburbanas para auscultação e vigia de possíveis divergentes. Hoje o objectivo mantém-se, embora com outra forma de intervenção. Hoje chamam-se chefes de estrutura, chefes de bairro, etc.

Não há inauguração de infra-estruturas, escolas, hospitais locais, que não conte com a presença destes líderes tradicionais, que abençoam as obras de acordo com os costumes. Especialmente na Presidência de Armando Emílio Guebuza, foi visível esta presença assídua, como se pode ver, a título de exemplo, nas imagens seguintes.



Foto 1: Antigo Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, com líderes comunitários e tradicionais de Moçambique⁴.



Foto 2: Antigo Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, interagindo com líderes tradicionais numa cerimónia de invocação dos antepassados (ku pahla) como símbolo de bênção.

A FRELIMO percebeu que para “minar a aliança de chefes tradicionais com a RENAMO” e “incluir-se no sistema local de controlo populacional e controlo hegemónico de elementos” tinha que se aliar aos chefes tradicionais e assim manter a popularidade nas comunidades, deixando de parte o “antigo discurso profundamente hostil à sociedade tradicional”, delegando e confiando-lhes “tarefas de representação do Estado a nível local, uniformes e compensação” com os fundos de Estado (Brito, 2010, pp.5-22).

O governo começou então a fazer inúmeras visitas a todos os distritos com o objectivo de “revitalizar os órgãos básicos do partido” (*idem*). E teve de aceitar a visão e a opinião das comunidades rurais, que eram também uma parte significativa dos eleitores do País. E também aceitou a contribuição destas comunidades abrindo

⁴ Armando Emílio Guebuza. Disponível em:< <http://www.armandoemilioquebuza.mz/>> [consult: 17 de Abril de 2019]

espaço para o diálogo com o objectivo de reconciliação, delineando "as formas tradicionais africanas de resolução de conflitos, com o (re)encontro entre indivíduos, grupos sociais e comunidades (PNUD, 1998, p.42).

Esta prática política convidou os líderes rurais e urbanos a "gerir os espaços político-administrativos de forma mais inclusiva e conciliatória, promover o desenvolvimento participado, indo assim, neste período de transição, ao encontro dos anseios da população" (ibidem) e porque é nas comunidades que se encontra a maioria da população.

As estruturas de bairros são comandadas pelos líderes comunitários, daí que a FRELIMO as tenha fidelizado, recorrendo aos recursos financeiros do estado para financiar os "vencimentos" destes líderes por forma a garantir o poder e os votos destas comunidades.

De qualquer forma, "a bipolarização política de Moçambique, tem de ser entendida como uma extensão de conflito armado em tempo de paz e não como o resultado de um jogo político aberto" (Brito, 2010, pp.5-22). No plano político-administrativo "a descentralização tem sido a aposta principal para forjar um desenvolvimento participado, apesar de as comunidades rurais terem sido as grandes excluídas na primeira fase (...) abertura do mercado à livre iniciativa cria condições para a emergência de uma classe empresarial nacional". Já "no plano político-cultural, a aceitação dos valores africanos locais, o reconhecimento e a valorização das línguas maternas, das bases da identidade do moçambicano, da medicina tradicional, dos modos de vida comunitária, são partes integrantes na reconciliação" (PNUD, 1998, p.36).

À semelhança do que acontecia na era colonial⁵, "o Estado herdado é, ao mesmo tempo, um Estado externo centralizado e mole" (PNUD, 1998, p.46), não tendo conseguido que a sua presença se estendesse a todo o território. O governo democrático de Moçambique apenas conseguiu fidelizar os órgãos locais, que auscultam as comunidades, embora "sem nenhum poder de decisão" mas que, mesmo assim, são vistos " como estruturas do Partido no poder" (ibidem).

Enquanto a FRELIMO criava as suas estruturas, infiltradas ou não nas comunidades para manter o povo do seu lado, a oposição maioritária, a RENAMO, "não fez qualquer esforço para mobilizar o eleitorado urbano e, em particular, a intelligentsia a seu favor, continuando a operar como fazia durante a guerra, de

⁵. Em particular refira-se a separação de classes entre a urbe e o subúrbio uma vez que "a administração municipal portuguesa consistia em Câmaras Municipais e Juntas Locais constituídas essencialmente por residentes europeus das zonas urbanizadas e as zonas suburbanas, reservadas aos locais, eram dirigidas por administradores nomeados que exerciam a sua acção segundo o modelo das administrações civis das zonas rurais".

acordo com uma lógica autoritária e fechada, mantendo as suas características de corpo social, fazendo política simples” e a sua “quase total ausência de actividade política fora dos períodos eleitorais e o uso de um discurso de vitimização, acompanhado de ameaças de retorno à guerra” (Brito, 2010, pp.5-22).

A democracia em Moçambique ainda é um processo em curso. Ainda não se pode assumir que a democracia esteja consolidada. As inúmeras revisões da constituição da República; os múltiplos acordos com a RENAMO na busca de uma paz efectiva; a corrupção; a sensação de falta de alternativa ao partido dominante – FRELIMO; o facto de os gestores da era do partido único ainda se manterem com poderes; a nomeação para altos cargos públicos sob o critério da confiança política em vez da competência; a centralização de poderes; a dependência ao governo, entre outros, fazem-nos pensar se a transição de um regime político num país africano como Moçambique, não deverá encontrar processos próprios, em vez de usar uma receita importada de sociedades ocidentais.

Apesar de se ter criado uma abertura aos partidos políticos, apesar do partido FRELIMO ter tido de aceitar outras frentes políticas, estará o mesmo pronto para a democracia? Isto é, estará a FRELIMO preparada para a competição política? Com respeito pelo Estado de direito e pelas liberdades e garantias do cidadão? É que “quase por toda a parte, nos países libertados do colonialismo, o partido único ou dito dominante conduziu ao mimetismo ideológico, ao culto da personalidade do “père de la nation” (pai da nação) ou do ditador militar e por consequência, ao sufoco das ideias políticas, à opressão das identidades consideradas minoritárias no espaço público nacional” (Ndiaye, 2014, p.2), ao mesmo tempo que “ensina o cidadão a simular e a dissimular os seus verdadeiros sentimentos, a utilizar a linguagem estereotipada e convencional para conformar-se com a linha do partido e escapar à repressão” (Ndiaye, 2014, p.21).

Refira-se que “não é menos verdade que os espaços criados no âmbito do processo de democratização do país parecem estar cada vez mais controlados e até asfixiados pelo sistema de partido dominante” (Forquilha & Orre, 2011, p.36). Apesar de a FRELIMO ter ganho com maioria absoluta as primeiras eleições multipartidárias, não fez quaisquer “concessões políticas ou partilha de poder com a oposição” fazendo com que a efectivação da democracia seja um processo que esteja a viver uma institucionalização democrática, especialmente no âmbito distrital e “numa aberta partidarização do Estado e o consequente défice de inclusão política” (Brito, 2010).

A constituição da república de 1990 apenas punha no papel que outros partidos podiam surgir, mas que não contassem com a FRELIMO para chegar ao poder ou

para se movimentarem na esfera política. Até porque não estava nos planos do antigo partido único deixar de controlar o poder. Pelo facto de ser o partido dominante e de acreditar que ganhará sempre as eleições, a FRELIMO, em nome do governo, especificamente do ministério da justiça, não se preocupa com o número de inscritos no partido. Daí que seja permissivo em relação ao cumprimento de requisitos para a inscrição dos mesmos. Esta simpatia ligada ao “espírito de reconciliação” da época do pós-guerra continua a verificar-se “apesar de abundar legislação regulatória sobre a actividade partidária e funcionamento partidário em Moçambique, há pouco ou nenhum controlo” (Nuvunga, 2007, p.56).

Apenas o estritamente básico, inevitável e legal é disponibilizado como apoio do estado em relação ao financiamento eleitoral e partidário nomeadamente: “subsídios provenientes do Orçamento do Estado; isenções fiscais; e livre acesso aos órgãos públicos de comunicação social” (Nuvunga, 2007, p.61).

Por outro lado, no que respeita ao sistema eleitoral adoptou-se o sistema da média mais alta de d’Hondt para conversão de votos em mandatos com vista a dificultar a entrada dos pequenos partidos. E poucas têm sido as possibilidades de financiamento político vindas do empresariado nacional e da população visto que esta mesma população pobre está “mais preocupada com os problemas de sobrevivência diária” do que “com actividades político-partidárias” (Nuvunga, 2007, p.69). Priorizando a sobrevivência em detrimento da política, põe-se em risco uma democracia que muito custou a adoptar.

Os partidos políticos que quase só se vêem nas épocas eleitorais fazem-no, na sua maioria, com o objectivo de “entrarem na fila dos fundos do Estado destinados ao apoio eleitoral e não propriamente para disputar o poder político”, só se designam por partidos políticos porque se registaram; muitos destes líderes partidários “são pessoas desempregadas”, sem “qualquer formação profissional” e, em muitos casos, registar um partido político “é um negócio familiar” sem “gabinete” para organizar os assuntos do partido com regularidade tal como manda a constituição; situação que ajuda a perpetuar o poder do partido dominante” (ibidem).

Os partidos da oposição foram sempre desvalorizados pelo partido no poder, como se de uns “turistas” se tratassem, daí que, a transição política em Moçambique tenha sido “muitas vezes, confundida com a gestão do processo de implementação dos acordos de paz” pois “antes da transição para a democracia, há hábitos e atitudes que têm de ser cultivados” (Forquilha & Orre, 2011, p.37).

Em suma, deixar de usufruir dos bens do estado para proveito partidário ou efectivar a separação dos três poderes, são apostas ainda não alcançadas. À FRELIMO é-lhe apontado o dedo por “usar e abusar dos meios do estado para fazer

dispendiosas campanhas eleitorais”, de desfilarem nos carros do estado para os encontros, congressos e reuniões partidárias, usando também combustível, motoristas e mobilizando a polícia para a segurança dos membros do partido nestes encontros enquanto a população assiste ao espectáculo, para além das “viagens de dirigentes do Estado para as províncias e distritos em missões de pré campanha eleitoral, embora disfarçadas de visitas de trabalho ou missões do estado” (Nuvunga, 2007, p.68).

Apesar de já estar inserido numa democracia pluralista, a imagem e a força do partido dominante pouco ou nada se distancia do comportamento do partido único.

As “instituições democráticas, executivas e judiciais” (Tati, 1998, p.223) são controladas pelo governo, cujo chefe é também o do Partido do poder. Desta forma, é difícil criar os alicerces da democracia.

Para que haja transição para a democracia é preciso que se queira mudar.

As actuais reformas democráticas devem-se à vontade de mudança dos próprios africanos e “graças às primeiras elites africanas educadas no ocidente”, que trouxeram “experiências e ideias políticas aí assimiladas” (Tati, 1998, p.223)

3. ENQUADRAMENTO SOCIAL: DEMOGRAFIA, NÍVEL DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Não é fácil caracterizar um país como Moçambique, desde logo porque os dados oficiais nem sempre coincidem com os dos organismos internacionais.

De acordo com o relatório do índice de desenvolvimento humano para 2017, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD - ONU), Moçambique é um dos países menos desenvolvidos do mundo, ou seja, é o nono mais pobre, ocupando a posição 180 entre 189 países, com 0,437 pontos contra os 0,963 atingidos pela Noruega, que ocupa o primeiro lugar. Moçambique está na última posição entre os países de língua oficial portuguesa. Importa no entanto referir que, segundo os autores do relatório, a posição e a avaliação de Moçambique poderia ser diferente se não fosse “um dos exemplos de países que, por não recolher e apresentar os dados pedidos pelo PNUD a tempo, tem uma avaliação que pode não corresponder à realidade, com discrepâncias nos números”⁶.

Neste relatório ficamos a saber que Moçambique é um país com 46,1% da população a viver abaixo da linha de pobreza e com 62,9% da população a viver com valores inferiores a 1,9 dólares por dia, mas que, mesmo assim, entre 1990 e 2017, apresenta um crescimento de 2,77% ao ano.

De acordo com os dados do PNUD, Moçambique tem cerca de 29.700.000 habitantes. Os dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INEM), com base no censo realizado em 2017, revelam um valor diferente da população: 27.909.798 habitantes e uma taxa de crescimento de 2,9% ao ano. Segundo o PNUD, as mulheres Moçambicanas correspondem a 52% da população total havendo, por cada 100 mulheres, 93,5 homens.

⁶Lusa, “ONU revê em alta dados de Moçambique, no nono país menos desenvolvido do mundo”. In Diário de Notícias. Portugal, 14 de Setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/onu-reve-em-alta-dados-de-mocambique-nono-pais-menos-desenvolvido-do-mundo-9846107.html>>[consult. 9 de Agosto 2019].

As zonas urbanas acolhem 35,5% da população e os restantes 64,5% vivem em zonas rurais. Com efeito, de acordo com o INE, a população urbana corresponde a 33,4% ⁷, sendo esta quem mais usufrui dos serviços facultados pelo Estado, como a saúde, a educação, o saneamento, os transportes e o acesso à informação, entre outros.

A faixa etária entre os zero e os cinco anos é constituída por cerca de 5.000.000 de indivíduos; já entre os 15 e 64 anos estão 15.400.000; e acima dos 65 anos cerca de 900.000 habitantes. A média de idades da população Moçambicana, em 2017, era de 17,2 anos, o que demonstra o quão jovem é a população moçambicana.

Sem especificar por região e apenas de forma generalizada, tanto no relatório do PNUD como no Censo de 2017 do INE, entre 2005 e 2010 cada mulher tinha, em média, 5,7 filhos, um valor que diminui para 5,1 entre 2015 e 2020.

Os casamentos prematuros e as uniões de facto de mulheres entre os 20 e os 24 anos constituem 48% do total, facto que justifica a elevada taxa natalidade por mulher.

Os optimistas poderão dizer que as mulheres estão hoje mais dedicadas a outras actividades, para além da procriação, para desta forma justificarem a redução ocorrida no número de filhos por mulher; ou que as iniciativas de sensibilização em planeamento familiar, das organizações não-governamentais estarão a dar resultados, mas a verdade é que os níveis de procriação são ainda muito elevados, criando dificuldades de subsistência e atraso escolar. A agravar toda esta situação, está a tradição dos casamentos prematuros⁸, que as autoridades continuam a combater. Infelizmente, são vulgares as notícias como a que refere que as "autoridades resgatam 600 crianças de "casamentos prematuros" na província moçambicana de Cabo Delgado"⁹.

Moçambique é um país conservador e cheio de tradições. A mulher une-se ao parceiro para procriar até ao limite. É por isso difícil introduzir noções de planeamento familiar, ainda mais porque apenas 27% dos casais, entre os 15 e os 49 anos, usam métodos contraceptivos.

É um país com uma postura "machista" vincada e bem alicerçada. Veja-se a média do PIB *per capita* de 1.093 US\$, com as mulheres a usufruírem de 1.052 e os homens, em vantagem, com 1.135. Moçambique ocupa a posição número 138, no

⁷ Censo de 2017 do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique

⁸ Entende-se por casamentos prematuros quando pelo menos um dos noivos tenha menos de 18 anos.

⁹Lusa: "Autoridades resgatam 600 crianças de "casamentos prematuros" na província moçambicana de Cabo Delgado", in Diário de Notícias, Portugal, 20 de Junho de 2019

Disponível em <<https://www.dn.pt/lusa/interior/autoridades-resgatam-600-criancas-de-casamentos-prematuros-na-provincia-mocambicana-de-cabo-delgado-11029289.html>> [consult. 9 de Agosto 2019].

que diz respeito aos critérios que avaliam o grau de desigualdade de género e possui um elevadíssimo índice em termos de desigualdade entre ricos e pobres.

À nascença, a esperança média de vida é de 58,9 anos, embora as mulheres vivam mais, chegando aos 61 anos e os homens ficam-se pelos 56,7 anos. Adicionalmente, constata-se que a esperança média de vida é tanto maior quanto maior for o rendimento dos cidadãos.

Doenças como a malária ainda continuam a matar no país, dizimando 307,8 pessoas por cada 1.000 em risco. Da mesma forma, a tuberculose ceifa 551 pessoas por cada 100.000 em risco. A taxa de prevalência de HIV, entre os 15 e 49 anos, afecta cerca de 12,3% da população. Os problemas de saúde provocam elevados índices de orfandade e obrigam os menores a assumirem de forma precoce a chefia da família e a ter de abandonar os estudos.

Em Moçambique, por cada 100.000 grávidas, morrem 489 mulheres durante o parto. Entre estas, 135,2 são adolescentes entre os 15 e os 19 anos.

A esperança de vida saudável à nascença é de 52,2 anos e o estado afecta ao orçamento para a saúde, 5,4 % do PIB; Já a educação recebe 6,5% do PIB, que em Moçambique ronda os 33,7 mil milhões de US\$.

Relativamente às questões de género, a título de exemplo, no parlamento, as mulheres representam 39,6 % do total de deputados e na área da prestação de serviços apenas 22,4% das funções são ocupadas por mulheres. Aliás, apenas 30% das pessoas empregadas em serviços não agrícolas são mulheres. E entre os desempregados há mais 18% de mulheres do que de homens. Já em termos de mão-de-obra activa, com idade superior a 15 anos, há 82,5% das mulheres e 74,6% dos homens (valores relativos a 100% da população).

Em 2013, o salário mínimo era de 2.500,00 MZN. Hoje, está em 4.390 MZN por mês, para uma jornada semanal que não pode ultrapassar as 48 horas, segundo dados oficiais¹⁰.

Dos 59,0% da população empregada, 73,3% trabalham na agricultura, uma profissão que não tem sido aproveitada para reduzir a pobreza, uma vez que, apesar do país apresentar um grande potencial, não explora as suas terras, apresentando uma baixa produtividade e um fraco crescimento da renda.

A taxa de desemprego afecta 25 % da população com idade activa, mas nos jovens, entre os 15 e 24 anos, atinge os 42,7%.

¹⁰Meu salário. Disponível em: <<https://meusalario.org/mocambique/salario/salario-minimo>>[consult. 13 de Abril 2019]

Lembramos que a recolha de informação de dados estatísticos é deficitária e os números são instrumentalizados politicamente. Os números que dispomos para a taxa de analfabetismo, dizem-nos que, em 2007, rondava os 50% e que em 2017 baixou para 39%, devido ao maior sucesso das mulheres. No entanto, o dado negativo é que no meio rural 62,4% das mulheres são analfabetas. Já nas zonas urbanas apenas 11,2% dos homens são analfabetos.

Apesar do número de anos de escolaridade esperado ser de 9,7 e a média de anos de frequência escolar 3,5, efectivamente as mulheres estudam em média 2,5 anos e os homens 4,6 anos. No ensino secundário, as mulheres com mais de 25 anos são cerca de 16,1%, 26,3%, são homens.

Não é fácil manter os estudantes matriculados por muito tempo, pelo menos em relação aos inscritos com idade recomendada. Se por um lado temos mais 6% de estudantes matriculados no ensino primário na idade recomendada, no secundário este valor baixa para os 33% e no ensino superior para 7%. Embora o ensino primário tenha uma adesão de alunos matriculados em idade recomendada, verifica-se também uma taxa de abandono escolar na ordem dos 66,8%.

Contudo, nem sempre as tradições de quem habita nas zonas rurais são os únicos entraves ao acesso escolar. Tal como se pode ler no excerto do artigo do jornal “@Verdade” do dia 18 de Setembro de 2018:

“Um estudo do Banco Mundial indica que somente 18 por cento dos moçambicanos que entram para o ensino primário, é admitido na escola secundária, quando a média é que 48 por cento passam da 7ª classe. Portanto as cerca de 3 milhões de crianças que passam da 7ª classe não frequentam a 8ª classe porque simplesmente não existem escolas para elas. As poucas escolas existentes, 539 no total, localizam-se a mais de 10 quilómetros de caminhada para muitos desses adolescentes. A Estatística da Educação, Levantamento Escolar de 2017, revela que a cada nova classe milhares de moçambicanos vão sendo deixados para trás, não por vontade própria mas porque não existem escolas e professores, atingindo a 12ª classe somente pouco mais de 63 mil alunos em Moçambique”¹¹

¹¹Adérito Caldeira, “Moçambique é o Décimo pior do mundo no índice de desenvolvimento humano”, in jornal A Verdade. Maputo, 18 de Setembro de 2018. Disponível em <<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/66891-mocambique-e-o-decimo-pior-do-mundo-no-indice-de-desenvolvimento-humano>> [consult.15 de Junho 2019]

A sua população, dispersa por todo o território nacional, possui baixo ou nenhum nível de estudo e alfabetização - não lêem nem escrevem em Português, não lêem notícias mesmo quando têm acesso a jornais ou à internet.

A internet tem a sua representatividade e chegou ao dia-a-dia de alguma população urbana. Já conta com 17,5% da população utilizadora da tecnologia e já há 52,1 números de telemóvel subscritos por cada 100 pessoas, sendo que 8,1% dos homens e 5,3% das mulheres são usuários da internet. O elevado custo dos equipamentos, a fraca alfabetização e a falta de infra-estruturas estarão entre as razões para o número reduzido de usuários.

Os dados do INE indicam que se consome cada vez menos rádio, cerca de 35% contra os 50,1% do censo de 2017, mas que, mesmo assim, continua a ser o equipamento mais adquirido, comparativamente com o televisor.

No final do relatório do PNUD, há uma análise à percepção da população sobre diversos temas, análise essa que levanta muitas questões sobre a autenticidade das respostas.

Os dados da percepção relativa à qualidade de vida vêm mostrar que quem os interpretou ou os cedeu aos autores do estudo, não percebeu o contexto onde estava inserido. Ao dizer, por exemplo, que 70% dos inquiridos estão satisfeitos com a qualidade de educação, num contexto em que os alunos fazem longas caminhadas ou vários quilómetros a pé para chegar à escola, onde desde o primeiro dia de aulas inúmeras crianças se sentam ao relento, cada uma tendo que levar a sua cadeira para se sentar debaixo da árvore por falta de uma sala com as mínimas condições - tendo em conta que se trata de um país sem falta de madeira como matéria-prima, onde há turmas com 55 alunos em média por professor, sem que assim seja possível dar uma aula minimamente personalizada para poder ultrapassar as eventuais dificuldades de alguns alunos, percebe-se que as opiniões não são de confiança. E o pior, é que em média um professor pode ter até 3 turmas de 55 alunos cada. Nesta situação, qual será o seu estímulo para ensinar?

No mesmo relatório, lê-se também que 56% da população está satisfeita com a qualidade da saúde. Mas basta perguntar a uma mulher grávida se sabe qual é o sexo do bebé que está a gerar; ou perceber quanto tempo dura uma consulta; e se, para além de paracetamol e amoxicilina, já tomou outro medicamento, para se perceber que os resultados apresentados não são representativos da realidade.

Em suma, Moçambique é um país onde a maior parte da população vive no meio rural e com inúmeras limitações, embora 59% esteja satisfeita em relação ao seu nível de vida. Quanto à liberdade de escolha, o machismo implantado no seio da

sociedade explica certamente o facto de serem os homens os mais satisfeitos. Mas de uma forma global e numa escala de 0 (nada satisfeito) a 10 (muito satisfeito), a taxa de satisfação é de 4,3% num cenário onde existem 7 camas hospitalares para cada 10.000 pessoas, onde apenas 5% da população rural tem acesso à electricidade (dados do PNUD, enquanto que o INE apresenta 22,2%), e a água potável só está disponível para 47,3% da população. Finalmente, as condições básicas de saneamento estão ao alcance de, apenas, 23,6% dos Moçambicanos.

3.1. As Línguas Moçambicanas e a Literacia

Moçambique é um país rico em línguas e etnias. Para além da língua Portuguesa estão registadas 43 línguas de origem bantu¹²: Ajaua (Ciyao); Angone (Xingoni, Cingoni) - possivelmente um dialecto do nianja; Chope (Cicopi); Chuabo (Echuwab); Cibalke; Cidema; Cikunda; Cinsenga; Ciphimbi; Citawara; Citewe; Echirima; Ekokola; Ekoti; Elolo; Elomwe; Emaindo; Emanyawa; Emarenje; Emarevoni; Emeetto; Emoniga; Enathembo; Esaaka; Etakwane; Guitonga; Macua (Emakhuwa); Manica (Emanyika); Ndau (Cindau); Nianja (cinyanja); Kimakwe; Quimuane (Kimwani) - próxima do suaíli; Maconde (Shimakonde); Nhúngue (Cinyungwe); Português; Ronga (Xirhonga); Sena (CiSena); Suaíli (Kiswahili); Suázi (Siswati); Tswa (Citshwa ou Xitswa); Tsonga - inclui o ronga, o changana e o tswa; Zulu (Isizulu)¹³. Nem todas estão activas. “Existe até hoje um débil conhecimento teórico sobre a situação linguística em Moçambique (...) ninguém elaborou os critérios para definir o carácter maioritário ou minoritário de uma língua moçambicana, o que, em termos mais concretos, significa saber quantos falantes deve ter uma língua para ser considerada maioritária”? (...) e também “não se conseguiu definir com rigor quantas línguas e respectivos dialectos existem em Moçambique” (Lopes, 2004, p.454). De acordo com o Ministério da Educação e Cultura, há apenas a considerar 23 línguas, uma vez que são as que fazem parte do ensino escolar, segundo o artigo publicado pela empresa de informação alemã Deutsche Welle para Moçambique ¹⁴com o título “línguas nacionais são receita de sucesso nas escolas moçambicanas”.

¹² Os Bantu são um povo étnico-linguístico da zona subsariana que englobam vários subgrupos diferentes.

¹³ Disponível em:

<<https://www.ethnologue.com/country/MZ/languages>> [consult. 5 de Julho 2019]

¹⁴ Romeu da Silva, “Línguas nacionais são receita de sucesso nas escolas moçambicanas”, in Deutsche Welle. Maputo, 20 de Abril de 2018. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-002/1%C3%ADnguas-nacionais-s%C3%A3o-receita-de-sucesso-nas-escolas-mo%C3%A7ambicanas/a-43452537>> [Consult. 7 de Julho 2019]

2001, p.4). O certo é que, “após a independência, a língua portuguesa foi instituída como língua oficial e como garantia da unidade nacional, não se atribuindo às línguas autóctones moçambicanas uma função social específica” (Lopes, 2001, p.1).

A imposição da língua portuguesa como oficial tem sido vista como um entrave na aprendizagem e alfabetização dos indivíduos nacionais pois estes pertencem a várias etnias e línguas bantu, que não têm nada a ver com a lógica, por exemplo, da formação de uma simples frase quando traduzida português: “fui à tua casa e encontrei-te que não estavas”. São lógicas de completamente diferentes.

Na independência, a FRELIMO era liderada por pessoas do sul do país. Não seria por isso de admirar que a terem de adoptar uma língua nacional, optassem por uma do Sul.

Por outro lado importa registar, que não deixa de ser verdade que a adopção de uma língua nacional implica investimento de capital financeiro e humano. E a língua portuguesa já tinha estrutura, no que toca à gramática e ao alfabeto, já era dominada pelos políticos, a comunicação social já tinha material em português e era a língua falada nas cidades.

Lembro-me de ouvir professores dizerem que, por vezes, se viam tentados a ter de recorrer às línguas autóctones para explicar determinados assuntos aos seus alunos porque em Português não era a mesma coisa. E também não há garantia de que a língua portuguesa seja usada a 100% numa aula pois a identidade fala mais alto. “Em geral, os professores experimentam grande ansiedade e insegurança linguística ao lidarem com a língua portuguesa usada nas escolas” (Lopes, 2001, p.5). Por outro lado, estes professores não podem interagir com os pais dos seus alunos porque estes não dominam a língua portuguesa, sentindo-se excluídos do sistema de ensino dos seus filhos, sem os poder ajudar nos deveres de casa.

Todas as línguas têm potencial para se manterem e ganharem título internacional. Tudo depende das opções e estratégias políticas. “A pedagogia escolar na educação básica continua fiel às velhas normas: celebrar o passado, encontrar símbolos dos factos que se deseja recordar e provocar sentimentos para as crianças aderirem a eles com paixão” (Lopes, 1999, p.77).

Normalmente a criança vai à escola aprender com base na língua que já domina oralmente. E no caso de Moçambique, primeiro tem de aprender a falar português para depois usar a língua como instrumento de aprendizagem e, como é fácil de deduzir, durante o ano escolar fazer as duas coisas em simultâneo é, praticamente, impossível. Sendo assim o professor fala sozinho e o aluno é mais lento a aprender devido às suas limitações.

“O português, primeiro como língua do colonizador e depois como língua oficial do país independente, é hoje a língua da comunicação em situações oficiais, usada no ensino formal, na administração pública, no discurso político, na comunicação social; já as línguas autóctones são utilizadas na comunicação quotidiana” (Lopes, 2001, p.4).

E sendo uma língua dominada por uma minoria populacional e de acordo com Homwana (1994, p.22-3) “A língua oficial é a língua do poder, a língua em que se formulam as grandes decisões que condicionam o presente e o futuro dos cidadãos”, portanto “dominar essa língua é ganhar relevância política, é participar de algum modo no exercício do poder” (Apud Lopes, 2001, p.3). É sinal de que se faz parte das elites, das famílias “bem”, em comparação com o resto da população.

Recorrer às várias línguas nacionais não deve ser visto como estratégia política, como uma acção simbólica ou com a ideia de se querer preservar o património da língua. “O respeito e a promoção das línguas autóctones devem ser reconhecidos antes de tudo como poderosos meios de democratização” e por sua vez “as instituições colocadas à disposição dos cidadãos, num quadro democrático, precisam adaptar-se às suas necessidades e, em decorrência, prestar os serviços na língua de sua escolha e não exigir que os cidadãos se adaptem às instituições” (Lopes, 2001, p.6). Poder ir ao tribunal, ao hospital ou à polícia e poder expressar-se na língua em que se sintam mais confortáveis é um sinal de inclusão.

3.2. Os Vários Moçambiques: Etnias e Religiões

Há províncias mais “esquecidas” do que outras em termos de desenvolvimento. Segundo um artigo do sítio *OnuNews*, da autoria de Laura Gelbert, em Nova Iorque, com o título “Moçambique: relatório do Banco Mundial aborda pobreza e faz recomendações”, “ao invés de diminuir, como no resto do país entre 2003 e 2009, a pobreza piorou na Zambézia, em Sofala, em Manica e em Gaza (e também em Nampula, dado que faltou no artigo). As cinco províncias juntas representavam cerca de 70% da população pobre, em 2009, um valor em crescimento quando comparado com os 59% de 2003” e a considerar que “as províncias da Zambézia e de Nampula apenas representam cerca de metade da população pobre do país, 48%, em comparação com os 42% em 2003”¹⁶. Para além de representarem as províncias

¹⁶Laura Gelbert, “Acelerando a Redução da Pobreza em Moçambique: Desafios e Oportunidades”. In ONU NEWS, Nova Iorque. 23 de Dezembro de 2016. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2016/12/1572461-mocambique-relatorio-do-banco-mundial-aborda-pobreza-e-faz-recomendacoes>> [consult. 31 de Maio 2019]

mais povoadas do país, segundo dados do INE, correspondendo a 39% da população nacional¹⁷.

Em Moçambique podemos distinguir as etnias usando critérios como: a zona de nascimento, a língua local, dita nacional, a tradição, o apelido, a religião, entre outros.

É verdade que, nas cidades, o português é a língua mais falada. Surpreendente é o facto de um indivíduo não falar a sua língua étnica e afirmar-se como elemento dessa etnia, tal deve-se ao facto da etnia ser “um conceito polivalente, que constrói a identidade de um indivíduo resumida em parentesco, religião, língua, território partilhado e nacionalidade, além da aparência física”¹⁸.

Os vários “Moçambiques” existem na medida em que as oportunidades não são as mesmas para todos. As tradições diferem entre os vários pontos do país. No norte temos uma sociedade matrilinear, onde a mulher detém todos os poderes sobre o filho e o marido vive no espaço da “sograria”. O apelido dos filhos é o da mãe. Na região centro e sul do país já é o homem a mandar na família, com todo o poder patrilinial sobre a sua mulher e filhos. A mulher, no limite, é vista como sua propriedade, embora nas cidades se note já uma resistência significativa por parte das mulheres.

Segundo dados do INE de 2017, em termos religiosos, os católicos representam cerca de 60% da população e os muçulmanos 19%. Mas existem poucos dados sobre as questões religiosas em Moçambique”.

O grau de influência da cultura e organização das comunidades tradicionais, bem como a sua relação com o estabelecimento de uma estrutura do Estado, parecem apontar para um Estado fraco.

O poder do Estado e das suas decisões ainda são vistas como um acto distante da realidade quotidiana das populações, pelo menos das rurais.

Costuma-se dizer que as leis de casa não funcionam dentro de casa.

Não nos podemos esquecer que as leis das comunidades são muito fortes nas mentes das populações. É um compromisso muito mais vincado se comparado com o oficial.

¹⁷Dados do censo de 2017 do Instituto nacional de estatística de Moçambique.

¹⁸Anonymous, “Principais Grupos Étnicos de Moçambique”, 31 de Julho de 2017, Disponível em: <<http://culturamocambicana.blogspot.com/2017/07/principais-grupos-etnicos-de-mocambique.html>> [consult. 18 de Julho de 2019]

Até porque há a considerar que “na concepção afro, o Estado não nasce com o figurino de dominação dos povos, mas como instituidor da organização social dos povos, da convivência social, contrariamente à visão eurocêntrica, que induz no exercício do poder a forma dominante do Estado” (Massuanganhe, 2011, p.116).

Os assuntos tradicionais e costumeiros das comunidades tradicionais em moçambique ajudam-nos a compreender os problemas das famílias no que toca a lei da família, a lei das sucessões e os casamentos prematuros pois a forma de gerir estes assuntos não é vista como um problema tal como a lei jurídica as vê.

4. OS MEDIA EM MOÇAMBIQUE NO PÓS INDEPENDÊNCIA

Visto como uma ferramenta importante para a transmissão de ideias e divulgação da nova ideologia socialista, bem como para consolidação da unidade nacional no período pós independência, o jornalismo mereceu grande atenção no III congresso da FRELIMO, em 1977, por ser considerado “um instrumento da aliança operário-camponesa e do seu partido de vanguarda ao serviço da revolução, um importante elemento na luta contra o capitalismo e o imperialismo e na construção do homem novo” (Chichava & Pohlmann, 2010, p.127).

Uma vez que o novo governo é que ia sustentar a “indústria” dos media, a Imprensa mais influente e controlada por opositores da FRELIMO, como o *Notícias* de Lourenço Marques, o *Notícias* da Beira, a revista *Tempo*, o *Diário de Moçambique* e a *Voz Africana*, tiveram os seus dias contados notando-se grande urgência em controlar a classe.

Desde a criação dos media moçambicanos, o regime socialista da FRELIMO deixou bem claro que só quem aderisse ao sistema é que poderia exercer a profissão.

Para banir o “inimigo” foi imposta a censura e autocensura, a jornais e rádios, como a Rádio Clube de Moçambique, a Rádio Pax e o emissor Aeroclube da Beira, que viram as suas portas encerradas ou foram nacionalizados. Apenas os jornalistas que quisessem cobrir conteúdos positivos sobre o governo é que continuavam a usufruir de um salário e a poder exercer a profissão. Até porque se tratava de um jornalismo de carácter não comercial.

No dia-a-dia não havia censura prévia aos conteúdos, mas o ministro da informação tinha de aprovar os conteúdos relatados, pelo menos na AIM [Agência de Informação de Moçambique] era assim que acontecia. Esta censura funcionava através de chamadas feitos do ministério da informação para que os jornalistas lessem as peças feitas. Havia conversas informais entre jornalistas e às vezes até com alguns membros da FRELIMO um pouco mais

*liberais, acessíveis e conhecidos como “intelectuais”. E discutia-se que a política não devia interferir no jornalismo. Surge então uma oportunidade de ouro, com a revisão da constituição de 1990, que conduziu à primeira emenda, a mais significativa da constituição em Moçambique – fim do mono partidarismo e a legalização de outras forças políticas em Moçambique.*¹⁹

A nova imprensa assumia funções cujo objectivo era apoiar o governo, sendo apresentada para “informar, educar, mobilizar e organizar” o povo. Sempre debaixo da alçada do partido-Estado. Era claramente um jornalismo partidariado e essencialmente político.

Na era do partido único, não havia democracia, as diferentes perspectivas sobre as práticas políticas eram produzidas nos bastidores, as notícias eram seleccionadas e divulgadas nos meios de comunicação que pertenciam ao estado e não havia alternativa. O acto em si de relatar acontecimentos, apenas permitia que os jornalistas apresentassem a notícia com uma pequena introdução à qual plasmavam o discurso original. O controlo da imprensa era mais rigoroso. Havia uma “visão ideológica mais dirigente”²⁰. O dirigismo político e económico tinha eco nas práticas jornalísticas.

Quando um jornalista se aproximasse dos políticos, era automaticamente indagado sobre o tipo de questões que pretendia colocar. Actualmente, os jornalistas dirigem-se aos políticos com menos receio, situação impensável antes da transição para a democracia, altura em que os jornalistas trabalhavam quase como prestadores de serviço. Transcreviam os relatos, os discursos, os acontecimentos do partido FRELIMO. Eram profissionais que não investigavam, não colocavam questionavam as atitudes do governo. O protagonista em destaque nos media era sempre o partido único - FRELIMO e o seu governo.

Até que ponto esta postura mudou?

Os jornalistas da época do partido único eram basicamente pessoas que gostavam de escrever; estudantes do ensino secundário, entusiasmados com a profissão. Foi um momento de euforia pós descolonização, momento de perspectivar um futuro com liberdade e estes jovens jornalistas eram muitas vezes os primeiros a informar através de discursos políticos. Daí que se entusiassem com as mensagens políticas que eram transmitidas ao público.

¹⁹ Entrevista a Fernando Gonçalves, Maputo, Abril de 2010.

²⁰ Entrevista ao Editor do semanário *Savana*, Fernando Gonçalves, Maputo, Abril de 2010.

Estamos a falar duma época em que os jovens moçambicanos “eram revolucionários, aderiam aos objectivos da revolução e o melhor espaço para desenvolver o revolucionarismo era na imprensa” e isso transparecia nas notícias²¹.

Quem não alinhasse era ostracizado ou criticado. Passava a ser visto como um inimigo da revolução. Desta pressão de integração no sistema estavam “isentos” os jornalistas da Agência Internacional de Moçambique (AIM), uma vez que passavam despercebidos porque as suas notícias não eram de carácter popular, eram lidas no estrangeiro e não necessariamente em Moçambique. O jornalismo internacional, como a Agência Reuters, era a voz destes jornalistas agenciados. O jornalismo de agência estava à parte da realidade dos media que tinham de dar a cara nos artigos que publicassem. Esta agência procurava relatar os factos sem manipulação e sem deturpar a verdade, ao contrário dos órgãos de comunicação que escreviam directamente para a sociedade. A nível interno, o jornal *Notícias* publicava por vezes notícias feitas pela AIM, embora os seus jornalistas tivessem acesso à mesma informação que a AIM, mas diferiam no tratamento dado aos conteúdos e na forma como apresentavam os acontecimentos. Na época do partido único não se criticava o regime. Como dizia Fernando Gonçalves, ex-jornalista da AIM e da transição do regime político, ainda no activo, “isso era inegociável...éramos obrigados a pensar colectivamente e da mesma maneira”²² pois estava fora de questão criticar o regime.

Mas uma das vantagens que favorecia os jornalistas é que dentro do partido único não havia consenso sobre a forma de controlar a comunicação social. Assim sendo, os media eram protegidos por uma facção da FRELIMO - a que pretendia que a verdade nunca fosse omitida à sociedade. O que se viveu em Moçambique não foi um regime totalitário no sentido clássico do termo mas sim um “regime totalitário de benevolência”²³.

Havia pouco estímulo para se ser jornalista no período do monopartidarismo: não havia espaço para se investigar casos do sistema central. Os media também se autocensuravam para não ferirem a imagem do governo. Se alguma notícia divulgada contivesse alguma crítica ao governo, era considerada como sendo a favor da oposição clandestina - o inimigo da luta armada²⁴. O que em tempo de guerra poderia implicar ser-se alvo de diferentes tipos de violência.

O critério de número de tiragem dos jornais em Moçambique não contava, nem conta. O jornal *Notícias* é considerado “politicamente”, e com base nos argumentos

²¹ Entrevista a Fernando Gonçalves, Maputo, Abril de 2010.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

²⁴ Entrevista ao Subchefe de redacção do jornal *Notícias*, Alfredo Vasco Macaringue, Maputo, Abril de 2010.

subjectivos da legislação moçambicana, como sendo o de maior circulação. Isso permite-lhe monopolizar a publicidade institucional e não só. Seja como for, há que ter em conta que é o jornal mais antigo no activo, um jornal que já faz parte dos hábitos de leitura da sociedade.

Jornalistas com formação e experiência na profissão, adquirida no estrangeiro, estiveram à frente da direcção dos órgãos de informação. O domínio da língua portuguesa era uma mais-valia para a formação dos novos jornalistas. Os escritores também faziam parte da profissão, desde que tivessem confiança política.

Até à actualidade, a importância atribuída aos órgãos de comunicação social mantém-se. Consta-se no seu envolvimento na nomeação dos corpos administrativos desses órgãos, e na nomeação desses mesmos administradores para lugares de relevo políticos e/ou empresariais, logo que termina o prazo da sua nomeação para o órgão de informação. Esta situação denuncia um elevado grau de promiscuidade entre a actividade jornalística e a política, ou por outras palavras, uma fraca propensão para cultivar a autonomia do jornalista.

A Rádio Moçambique foi criada a 2 de Outubro de 1975 e substituiu a emissora privada comercial, Rádio Clube Português, que emitia desde 1932. É a única rádio com cobertura nacional que emite em várias línguas nacionais, desde a década de sessenta, graças aos estatutos aprovados pelo Governador-geral de Moçambique, José Cabral. A Rádio Moçambique teve Rafael Benedito Maguni, como primeiro Director Geral entre 1975 e 1980. Com 26 anos de idade, “vinha da luta armada de libertação nacional. Juntara-se à FRELIMO com menos de 15 anos de idade. Era maconde sem tatuagem na face, possuía fala fluída e boa capacidade de comunicação. Disseram-nos que tinha sido jornalista na Voz da FRELIMO em Dar-es-Salam” e que, posteriormente, foi nomeado “Embaixador de Moçambique no país de Robert Mugabe” (in bigslam.pt de João de Sousa)²⁵. O sítio da Wikileaks também relata a nomeação de Rafael Maguni para o cargo de director geral da RM²⁶.

Teodomiro Leite Vasconcelos, Português, formado em comunicação social em Portugal, o locutor que “pôs a tocar a canção Grândola Vila Morena de Zeca Afonso, que serviu como senha para o desencadear do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974”²⁷, assumiu o cargo de Director Geral da Rádio Moçambique, entre 1981 e 1988 e, em simultâneo, entre 1981 e 1984, o cargo de Director na recém-criada Televisão Experimental de Moçambique, hoje Televisão de Moçambique (TVM).

²⁵ Disponível em <<https://bigslam.pt/blogs/joao-de-sousa-blogs/uma-data-na-historia-2-de-outubro-de-1975-radio-mocambique-xipalapala-de-joao-de-sousa/>> [Consult 10 de Julho 2019]

²⁶ Disponível em <https://www.wikileaks.org/plusd/cables/1975LOUREN01045_b.html> [consult 10 de Julho 2019]

²⁷ Disponível em <[https://www.infopedia.pt/\\$leite-de-vasconcelos](https://www.infopedia.pt/$leite-de-vasconcelos)> [Consult 12 de Julho 2019]

Sucedeu-lhe, entre 1988 e 1994, como Director Geral da Rádio Moçambique²⁸, Manuel Jorge Tomé, natural de Manica, membro da Comissão Política do partido FRELIMO, actual Presidente do Conselho de Administração da hidroeléctrica de Cahora Bassa na província de Tete e ex-ministro dos transportes.

Também na imprensa encontramos figuras cujo perfil político deve ser destacado. No entanto, se olharmos para o que sucedeu na revista *Tempo*, alguns destes lugares eram de passagem rápida, uma espécie de trampolim político.

Mais conhecido por Calane da Silva, Raúl Alves Calane da Silva, jornalista e chefe de redacção do jornal *Notícias* e da revista *Tempo*, chegou a ser o Director de informação da TVM e investigador da literatura de Moçambique²⁹. Entre 1975 e 1976, tido como um intelectual e com muito poder, ao nível de Sérgio Vieira, Óscar Monteiro e Jorge Rebelo ou Mota Lopes, Calane da Silva foi Director da revista *Tempo*³⁰. O mesmo cargo é ocupado, entre 1976 e 1977, por Muradali Mamad Hussene, assessor do Presidente Samora Machel. Foi uma das vítimas de Mbuzini³¹. Sucede-lhe Luís David, Director da revista *Tempo* entre 1977 e 1978 e, ainda nesse ano, e até 1979, é substituído por Alves Gomes,

O escritor e jornalista António Emílio Leite Couto (Mia Couto), filho de emigrantes portugueses na era colonial, que interrompeu os estudos para trabalhar como jornalista, dando o seu primeiro passo na profissão no *A Tribuna*. Tornou-se membro da FRELIMO, participou na revista *Tempo* até 1981 e no jornal *Notícias* até 1985. Mais tarde foi nomeado director da Agência de Informação de Moçambique – AIM³². Albino Magaia, entre 1981 e 1989, foi dos directores que mais tempo esteve à frente da direcção da revista *Tempo*. Finalmente Simeão Cachamba entre 1989 e 1997.

A televisão estatal nascia em Fevereiro de 1981, com o nome de Televisão Experimental. O seu primeiro Director Geral foi, como já referimos, Teodomiro Leite de Vasconcelos. Esta televisão apareceu com meios bastante reduzidos, com emissões limitadas, sem capacidade de produzir conteúdo para uma longa emissão. O pessoal ainda estava a ser treinado. Nessa época os vizinhos que tivessem um televisor tornavam as suas salas num verdadeiro cinema, pois só uma minoria podia

²⁸ Redacção. "Cargos de Mateus Khatupa e Manuel Tomé são incompatíveis com a função de deputado". In a Verdade. Maputo, 3 de Maio de 2012. Disponível em <<http://www.verdade.co.mz/nacional/26943-cargos-de-mateus-khatupa-e-manuel-tome-sao-incompativeis-com-a-funcao-de-deputado>> [consult 12 de Julho 2019]

²⁹ Disponível em <[https://www.infopedia.pt/\\$calane-da-silva](https://www.infopedia.pt/$calane-da-silva)> [consult 17 de Julho 2019]

³⁰ Disponível

em: <http://www.mozambiquehistory.net/economy/conditions/19781006_economic_policy_struggles.pdf> [consult 17 de Julho 2019]

³¹ Acidente de viação que vitimou mortalmente o então Presidente da República de Moçambique, Samora Moisés Machel em 1986.

³² Disponível em <[https://www.infopedia.pt/\\$mia-couto](https://www.infopedia.pt/$mia-couto)> [consult 17 de Julho 2019]

comprar os aparelhos de televisão. O jornal televisivo era de propaganda política governamental e a seguir a emissão prosseguia com uma telenovela brasileira.

5. A INFLUÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA DA FRELIMO NOS MEDIA: PARALELISMO POLÍTICO E INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA

Em Moçambique a agenda política da FRELIMO sobrepõe-se às regras jornalísticas e ao respeito pelos assuntos de interesse do público. De repente, a meio de um programa para o público, corta-se a emissão porque, na gíria, o presidente “tossiu”. Ou uma notícia de destaque em primeira página que não sendo apelativa³³, tem de ser editada, uma vez que se refere o governo ou o chefe do estado.

“Aquando da realização da reunião da FRELIMO em Abril de 2008, a TVM e a RM interromperam a cobertura em directo do informe do procurador-geral da República na Assembleia da República para reportarem em directo a reunião dos antigos combatentes da FRELIMO. Em Abril de 2009, agastado com a actuação da RM a favor da FRELIMO, sobretudo em ano eleitoral, Machado da Graça, um dos jornalistas mais conceituados de Moçambique, apelidou esta rádio de “Rádio FRELIMO” (Chichava & Pohlmann,2010, p.133)

Os media partidários usam discursos lisonjeiros para com os políticos “sem se importar muito com o valor que possam ter, com o mero objectivo de acrescentar mais alguns pontos à autoridade dos seus dirigentes” (Michels, 2001, p.166).

O jornalista com actividade política é premiado, sendo-lhe atribuídas compensações ao nível das nomeações “para um cargo porque a sua filiação política lhe abre certas portas” (Hallin & Mancini,2010, p.42). O jornalismo, como atrás exemplificámos, serve para ascender a cargos hierarquicamente mais importantes.

³³Uma das regras de hierarquização de notícias.

Nos órgãos de informação do estado há um paralelismo político inegável, sendo estes sistematicamente, acusados “de favorecer o partido no poder, a FRELIMO” (Chichava & Pohlmann, 2010, p.133), provando que os media ganham a cor do regime político onde estão inseridos.

A estrutura estatal já está montada³⁴, o governo não precisa de fazer um controlo aos media estatais, pois a supervisão dos altos cargos assegura uma permanente garantia de que nada contra o governo é divulgado. No alinhamento do bloco informativo segue-se o modelo protocolar, comum a regimes autoritários, em primeiro lugar, o Presidente da República, o Governo, o partido dominante e o Parlamento. Só depois é que são passadas as outras notícias, inclusive a de outros partidos.

Pelo menos nos últimos oito anos, a televisão pública abriu uma vez o telejornal com uma notícia ligada à oposição. Mas porque era inevitável. O carismático líder da oposição maioritária, Afonso Dhlakama da RENAMO, tinha falecido. Outras situações ocorreram, sempre que os elementos da oposição estavam acompanhados pelo Presidente da República. O interesse público, com valor da notícia, só é tido em consideração depois de esgotados todos os temas relativos às actividades do governo - partido.

Nos media estatais há muita formalidade até na forma de colocar questões aos entrevistados, o que faz com as pessoas não tenham muita vontade de o ler, ouvir ou assistir. Nos órgãos de informação públicos não há sequer “necessidade” de se omitir a inclinação política. Afinal o Estado, tomado pela FRELIMO, é que sustenta as instituições, quanto mais não seja, garante os salários.

O pluralismo da informação só acontece, embora esporadicamente, nos media privados, uma vez que os estatais não o praticam. Naqueles há mais espaço para o debate de diferentes visões políticas, embora não existam estudos sobre a situação. Mas há exemplos, como o programa “*Política no Feminino*” e o “Pontos de Vista”, ambos da SOICO TV.

Importa perceber que a sociedade civil não tem uma posição crítica a este respeito, em parte “a baixa qualidade do jornalismo moçambicano deve ser entendida como um produto da crise actual do sistema de educação e ensino” no país, uma vez que a proliferação de estabelecimentos de ensino para a área dos media não anda de mãos dadas com a qualidade da formação” (Chichava & Pohlmann, 2010, p.135).

Tal como acontecia na era do partido único, em que a FRELIMO controlava a imprensa e era vista como o “quarto poder republicano” ao lado “dos poderes

³⁴ A mente de quem gere os media estatais faz com que os subordinados não osem sequer questionar sobre as regras jornalísticas. As ordens e agrados políticos estão acima de tudo.

executivo, legislativo e judiciário” (Chichava & Pohlmann, 2010, p.127), a situação parece manter-se na era democrática devido ao facto da equipa de gestão de qualquer instituição pública, ser nomeada pelo próprio Presidente da República, tornando-os assim reféns do poder.

Quando as organizações de media são instrumentalizadas, com baixa profissionalização, segundo Hallin e Mancini: “aos jornalistas faltará autonomia, os critérios políticos, mais do que os critérios claramente jornalísticos, guiarão o exercício do jornalismo e os media servirão interesses particulares em vez de funcionarem como um consórcio público” (2010, p.51). Sobre a instrumentalização, os mesmos autores consideram que “o controlo dos media por agentes externos” pode ser realizado por “partidos, políticos, grupos ou movimentos sociais ou agentes económicos que procuram influência política”, que por sua vez se servem dos mesmos para intervir no mundo da política (*idem*). Esta conclusão pode levar-nos a compreender como os jornais privados são criados e financiados para servir de veículos de intervenção política, normalmente contra os “críticos” ao governo.

Como é que o jornal *Notícias* e o *Diário de Moçambique*, que pertencem à sociedade *Notícias* SARL, “uma empresa organizada como sociedade anónima mas cujos principais accionistas são entidades estatais ou com participação maioritária do Estado Moçambicano - o Banco de Moçambique³⁵, a EMOSE³⁶ e a PETROMOC³⁷” (Chichava & Pohlmann, 2010, p.130), podem ser autónomos, rigorosos e livres na hora de produzir os seus conteúdos?

Uma vez promovido a uma função de gestão de topo, esta torna-se a sua profissão.

A Directora do Gabinete de Informação de Moçambique (GABINFO), era jornalista da “Televisão de Moçambique” e hoje assume politicamente o controlo do funcionamento dos media. A promiscuidade política é reforçada com exemplos como os do Governador da Província de Inhambane, Daniel Tchapo, que era jornalista e até chegou a ser apresentador na Televisão Miramar – Moçambique, o que lhe dá outro à-vontade na relação com os media.

Manuel Tomé, jornalista, foi director na “Rádio Moçambique” e no Jornal *Notícias*. Para além de ter sido deputado e Secretário-geral da FRELIMO, hoje é membro da Comissão Política da FRELIMO. Jorge Ferrão, actual Reitor da Universidade Pedagógica, foi Ministro da Educação, frequentou um curso de

³⁵O banco central do país

³⁶A companhia de seguros do Estado, que, embora actuando com o formato de sociedade anónima, é do Estado a propriedade da maioria das suas acções

³⁷Companhia de distribuição de derivados de petróleo, que actua sob formato de sociedade anónima mas cujas acções são na maioria subscritas pelo Estado

jornalismo e produção audiovisual, tendo feito parte da primeira equipa do “Canal Zero”, um programa de televisão que divulgava regularmente matérias sobre saúde, boas práticas, agricultura e assuntos ligados ao campo.

A grande novidade do último mandato presidencial foi a nomeação de Arsénio Henriques, um jornalista de um órgão independente, “STV”, para assessor de imprensa do Presidente da República, situação que, de alguma forma, aliviou a tensão provocada pela exclusão sistemática dos órgãos de informação independentes das funções do Governo. Com esta nomeação, atenuou-se a ideia de que só um pequeno grupo é que tinha acesso ao governo. No entanto, importa registar que a “STV” é propriedade de um antigo quadro da “*Televisão de Moçambique*”, que pertencera ao seu Conselho Directivo e de Administração e, como já referenciado no estudo, as nomeações para altos cargos nos órgãos de informação públicos estão sempre directamente ligados ao estatuto de confiança política.

O maior prejuízo destas nomeações, de jornalistas e trabalhadores de órgãos de informação para altos cargos, tem a ver com o que acontece no final do mandato. Um PCA, que antes da nomeação tenha sido jornalista, quando termina o mandato é “emprateirado” numa outra empresa pública, perdendo-se todos os seus conhecimentos e experiências profissionais. Isto acontece porque a pessoa em causa, tendo adquirido um estatuto elevado, já não vai poder voltar a ter horário, a ter de chamar Chefe a alguém que já foi seu subordinado, enfim, a receber ordens. Quando se nomeia um quadro nos media, perde-se para sempre um profissional da área.

O mesmo se aplica aos restantes jornalistas ou trabalhadores, que num determinado momento são promovidos: já não voltam à função inicial quando terminam o mandato. É uma ascensão sem retorno. As instituições públicas de media são vistas como uma continuidade do partido. Procede-se de forma equivalente à que ocorre com antigos membros dos partidos tornando-os virtualmente insubstituíveis onde “um antigo chefe mantém a sua autoridade e consegue mandar sem nomeação” (Michels, 2001, p.133). Como as principais nomeações estão sempre a cargo do Presidente da República, os nomeados subsistem como “camaradas” do sistema.

O certo é que permanece uma pressão fantasma no uso do termo “são ordens superiores” que ninguém se atreve a questionar. E lá se vai usando a expressão vaga, sem referencial. Trata-se de evocar e perpetuar um “poder invisível”. Mas nem sempre a interferência do estado é directa e óbvia, ao contrário do que acontecia na era do partido único, em que os media eram usados como um instrumento de divulgação política, controlados e censurados pelo regime.

A obra de Timothy Garton Ash questiona por que temos de falar de liberdade de expressão, como algo que carece de um tratado especial assinado por vários países, quando se trata de uma necessidade básica do ser humano? Se os homens têm “o poder da fala” e se é “aquilo que nos distingue dos outros animais (...) se formos impedidos de a exercer livremente, não podemos ser nós mesmos” (Ash, 2017, p.92).

Se em todas as áreas controladas pelo governo se vive uma subserviência em relação ao governo, por que seria diferente com os media?

Até que ponto os media tentam contornar as suas limitações é o assunto que nos importa aqui.

6. O JORNALISMO E OS JORNALISTAS NA DEMOCRACIA MOÇAMBICANA

Em 1991, na primeira revisão da constituição, Moçambique definiu-se como uma democracia e a actividade jornalística passou a ser enquadrada pela lei n.º 18/91, de 10 de Agosto, que definia os princípios que deveriam reger a actividade e estabelecia os direitos e os deveres dos seus profissionais.

A primeira lei de imprensa proporcionou o alargamento do âmbito do exercício do direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação, plasmados no artigo 48º da Constituição da República. O novo quadro legislativo considerou que o “jornalismo e a democracia estavam intrinsecamente ligados ou, mais precisamente, eram mutuamente dependentes” e como tal integrou “a intenção de colocar os ideais da democracia deliberativa no âmago da prática do jornalismo, sendo parte do papel do jornalista a promoção do debate público – enquanto modo de promoção da própria democracia” (Ferreira, 2011, p.83).

Sem experiência de liberdade de expressão, enquanto colónia portuguesa, Moçambique assistiu, após a independência, à manutenção do controlo dos órgãos de comunicação. Estes passaram das mãos de estrangeiros para as de um grupo de Moçambicanos que sabia ler e escrever em português, com ideias políticas (boas ou más) próprias, que permitiram que a estrutura do jornalismo se mantivesse praticamente inalterável, uma vez que o jornalista não se pode desligar do político e profissionalizar-se.

Os primeiros anos de transição para a democracia, após a revisão da constituição de 1991, foram um choque. Se por um lado, o sistema político não estava propriamente preparado para acomodar notícias críticas sobre as acções do governo e sobre o Estado, por outro, os jornalistas, que até então eram trabalhadores estatais, não sabiam até onde podiam ir com a liberdade inscrita na constituição. Assim, tenderam a continuar a exercer a profissão tal como na era do partido único, uma vez que esta confiança política tinha sido ganha antes da democracia. Mesmo com a rotatividade de mandatos dos Directores, os que já o tinham sido mantiveram um

poder “sombra”, uma vez que continuaram a fazer parte da gestão de topo das empresas.

Uma postura que fora construída desde o pós-independência, quando os jornalistas ficaram “de guarda” sob a tutela do governo e só publicavam as acções propagandistas do mesmo, sem poder questionar, investigar ou fugir da linha dos interesses do governo. Estava fora de questão colocar questões comprometedoras a políticos e a pessoas consideradas influentes no sistema político e económico do país. A cultura de diálogo e compromisso tinha em Moçambique vários obstáculos - não nos podemos esquecer da guerra civil durante 16 anos com a RENAMO. Talvez por isso, os políticos tenham herdado uma cultura política autoritária, que cultivam, e lhes permite evitar a denúncia e o confronto com os jornalistas. Apesar de já haver uma lei sobre o direito à informação desde 2014³⁸, os jornalistas moçambicanos continuavam a ter dificuldades para aceder à informação que requerem ao governo e aos vários organismos do Estado. Sendo o direito à informação, um direito de exigência de informação, e tratando-se de um país onde as instituições não olham para o jornalismo com o devido respeito, só dão a informação que bem entendam.

No entanto, alguns jornalistas que viviam totalmente dependentes do sistema para poderem continuar a exercer a profissão, começaram a cortar o cordão umbilical e passaram a incluir a investigação na sua actividade profissional. No entanto fazer melhor jornalismo tinha custos, e em alguns sectores como a televisão e a radio estatal isto significou, ao invés de autonomia, uma dependência acrescida. Já no que se refere à imprensa independente não foi fácil que os custos de um melhor jornalismo acompanhassem as receitas dos jornais.

Segundo Olívia Massango, outrora Chefe de Redacção de *O País* “a criação de jornais independentes, quase todos na capital, faz com que a publicidade seja escassa e difícil de conseguir. Este factor faz com que, os media sejam criativos para aliciar os leitores e assim terem argumento na hora de angariar publicidade. Outra questão passou a ser o número de jornais concentrados na capital³⁹, que não facilita a edição de notícias diferentes, a segmentação de públicos e a fuga à homogeneização dos conteúdos. Acrescenta ainda que “Se um partido tem maioria no parlamento, se um partido consegue eleger o seu presidente, neste caso não é o partido que elege, a população é que elege o presidente com uma percentagem de votos muito grande – significa que tem leitores para qualquer notícia que escrevas

³⁸Lei 34/2014 da Constituição da República de Moçambique.

³⁹! Entrevista à chefe de redacção de *O País*, Olívia Massango, Maputo, Abril de 2010.

sobre aquele partido. Se um partido concorre às eleições e mal consegue 5% de votos, não tem expressão”⁴⁰.

Tudo indica que o Estado continua a ser a principal fonte de informação dos media. É ele que sustenta grande parte do agendamento do jornal, da rádio ou da televisão.

Por outro lado, o sector privado é, ainda, completamente dependente das poucas gráficas existentes, que trabalham com vários jornais independentes e com os do Estado. A CEGRAFE é uma gráfica com participações do Estado, sendo “também dirigida por pessoas ligadas ao partido FRELIMO” como o “Chefe do Estado”⁴¹ e o deputado Hermenegildo Gamito” (Chichava & Pohlmann, 2010, p.134). Os jornais que sejam contra o Governo ou contra o partido encontram dificuldades e limitações no acesso à gráfica.

A estas dificuldades do dia-a-dia dos media em Moçambique, acresce o elevado custo das telecomunicações, da electricidade, do papel e do transporte. Daí que seja fácil compreender o porquê de 155, dos 177 jornais criados desde o ano da primeira constituição (1990), terem fechado as portas. Além disso, o Estado é, em Moçambique, o maior cliente de publicidade e, desta forma, assegura que os jornais que optem por conteúdos contra o Governo, não sejam procurados para publicidade e assim fiquem sem o “oxigénio” necessário para sobreviver.

A concorrência pela angariação de publicidade é grande. Mas dado o estado da economia moçambicana, escasseiam as empresas e os serviços que sustentem o mercado publicitário.

Note-se que os estudos de mercado e de audiências em Moçambique são precários. Não há sequer um estudo através de audímetros. O volume de publicidade também não tem capacidade para sustentar e justificar o investimento. O que as empresas de media fazem é contratar estudos de audiência, realizados através de telefone, para poder apresentar um relatório aos “poucos” bancos, seguradoras, operadoras telefónicas e outras grandes empresas, para os convencerem de que este ou aquele órgão de comunicação é o melhor para passar a publicidade que se pretende. Mas quem paga o estudo é quem obtém sempre os melhores resultados.

Segundo Kpundeh, “os líderes entrincheirados resistem às mudanças, mas eles têm sido muitas vezes obrigados a fazer algumas concessões para agradar aos doadores (externos) e aos críticos internos” (kpundeh, 1992, p.5) ⁴².

⁴⁰ Ibidem

⁴¹ Armando Emílio Guebuza

⁴² Outra vontade feita aos doadores foi a revisão da lei eleitoral.

Mas foi difícil de um dia para o outro, e graças a uma alteração formal do funcionamento do estado, os media passaram a ter a liberdade de expressão que ambicionavam. Até mesmo as outras formações partidárias não têm órgãos próprios. Hoje em dia apenas se percebem as conotações à RENAMO do jornal *Canal de Moçambique*, editado em Maputo, mas não existem estudos que o comprovem. Esta suposição surge pelo facto deste órgão de imprensa ter por hábito investigar a fundo os casos relacionados com elementos do poder e as acções suspeitas do governo, apresentando provas, sem temer as retaliações, que a maior parte dos media na praça tem.

A fidelidade partidária, a submissão e dependência ao governo, o lado opaco da administração governamental, constrangeu o uso pleno da liberdade de expressão consagrada na lei. A lealdade ao partido-estado continuou a falar mais alto. Até porque, a herança do período anterior era pesada. Segundo alguns autores, como Feijó, “o comportamento político da FRELIMO” na era o de partido único“, teve como consequência o desenvolvimento de um clima de medo, de autocensura e de atrofiamento do sentido crítico dos intelectuais” (Feijó, 2010, p.68). Estas marcas resultaram no atraso do processo de separação dos media estatais relativamente ao partido no poder, embora os jornalistas independentes pressionassem a mudança de atitude e a cobertura de conteúdos apartidários.

Ao analisar a entrevista dada à RTP, pelo Presidente da República⁴³, Filipe Jacinto Nyusi, durante a sua visita a Portugal, em Julho de 2019, o incómodo criado por algumas das perguntas que lhe foram colocadas, é facilmente visível no nervosismo das respostas e nas expressões faciais do Presidente. Foi perceptível: (1) que o Presidente não tinha resposta para as perguntas e por isso a sua atrapalhão; (2) que o Presidente não está habituado a ser confrontado por jornalistas que não recebem qualquer retaliação.

No pós-democracia, graças à nova constituição, as práticas jornalísticas parecem ter mudado pouco. Os media parecem estar cientes do poder da FRELIMO e daí que seja difícil acreditar numa mudança de cenário: mudar a forma de fazer jornalismo quando o poder político se mantém praticamente inalterado?

Mas o aparecimento da imprensa independente não deixou de trazer alguma novidade, servindo, tudo o indica, de incentivo a algumas mudanças nos media estatais, mostrando-lhes que era possível fazer notícias recorrendo a outras fontes,

⁴³Nádia Issufo, *Deficiências de comunicação do Presidente de Moçambique, 05 de Julho 2019*. In DeutscheWell. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/defici%C3%A2ncias-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-do-presidente-de-mo%C3%A7ambique/a-49492049?maca=pt-002-EMail-sharing> [consult. 20 de Julho 2019]

para além das governamentais, dando voz, ainda que timidamente, a outros sectores da sociedade e a outros partidos políticos.

Note-se que vários empresários vinculados ao partido dominante criaram empresas de media, de imprensa, radio e televisão, em Maputo, para poderem difundir ainda mais informação sobre o partido. É o caso do jornal Savana:

Fundado em 1994 pela Mediacoop e sendo o primeiro órgão de informação independente do poder governamental, o semanário Savana adoptou uma atitude editorial inovadora (...) e impôs-se pela sua atitude crítica e irreverente relativamente aos assuntos políticos e económicos ou até mesmo à sociedade moçambicana, comportamento pouco usual no panorama jornalístico da época” (Feijó, 2010, p.57).

A Rádio Televisão Klint, (RTK), foi a primeira televisão privada a ser criada logo após a chegada da democracia. A única informação que se pode encontrar é que surgiu nos anos 90, sem especificar a data da sua criação. Tinha como proprietário um ex. militante da FRELIMO, Carlos Klint. Em 2008, foi substituída pela “KTV”, transmitindo agora apenas filmes e música.

Também o grupo SOICO, fundado em 2002, criou a “STV” (canal de Televisão), o jornal “O País” e a rádio “SFM”. Alguns anos mais tarde, em 2006, empresários moçambicanos uniram-se e criaram a “TIM – Televisão Independente de Moçambique”, que nos últimos anos tem vivido alguns problemas financeiros, tendo mesmo o Governo intervindo para que os jornalistas pudessem receber os salários em atraso. Importa referir que um dos antigos accionistas da TIM é o actual Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia. Entretanto surgiram outros canais de televisão: a “TV Sucesso”, liderada por um antigo apresentador da TVM (televisão estatal), que também foi candidato a deputado à Assembleia da República pela FRELIMO; a “TV Miramar”, da Igreja Universal do Reino de Deus, com conteúdos de entretenimento e de doutrinação religiosa.

A cidade de Tete contrariou o hábito da centralização e criou a primeira televisão fora de Maputo, a “SIRT-TV” em 2002;

Já no que respeita à rádio, a Rádio Moçambique mantém-se como emissora pública estatal e é a única com cobertura nacional. Os dois maiores partidos políticos

criaram as suas rádios: em 2007, a “Rádio Índico”⁴⁴ da FRELIMO e em 1997 a “Rádio Terra Verde” conotada com a RENAMO e cedida, em 2008, a uma outra empresa.

Para tentar diminuir o isolamento das populações rurais, o PNUD e a UNESCO apoiaram a criação de rádios comunitárias em línguas locais. Assim, assinale-se o “forte apoio inicial 1998-2006 da UNESCO e do PNUD” (Chichava & Pohlmann, 2010, p.130). Para não ficar atrás, o governo, em nome do Instituto de Comunicação Social, aderiu à ideia e criou algumas rádios.

Desta forma, os parceiros internacionais estão conscientes de que em Moçambique há media livres. Nos últimos anos, estes media têm procurado parcerias com o sector público português, RTP, RDP África e Agência Lusa, alemão, “Deutsche Welle”, americano, “Voz da América” (VOA)⁴⁵, entre outros, com vista a garantir uma informação mais isenta.

Esta “abertura permitiu a emergência de jornais, rádios e televisões independentes, que mesmo concentrados em Maputo e acessíveis apenas a uma pequena elite urbana, renovaram a esperança de um debate público mais aberto e construtivo e de uma imprensa mais empenhada na busca e divulgação dos factos e suas versões e não apenas na divulgação de uma única versão dos factos” (Chichava & Pohlmann, 2010, p.129).

Alguns jornalistas saíram das asas dos órgãos de informação do Estado para abraçar os media independentes, uma vez que já era legal e supostamente seguro apresentar outras visões da realidade. Um claro sinal do estado “sufocante” em que se encontravam e a vontade que tinham para relatar uma outra visão da realidade Moçambicana.

Mas a lei da imprensa e da liberdade de expressão foi um presente “envenenado”. Do lado político, fica a ideia de que a lei era clara e que se destinava a encher as páginas da Constituição com um assunto que a comunidade internacional exigia, enquanto permitia testar a classe de jornalistas para perceber se algum teria vontade de produzir conteúdos numa perspectiva diferente da que vinha acontecendo desde que a FRELIMO tomara conta do país. Os jornalistas que aderiam à liberdade de imprensa passaram a ser vistos como traidores e, como consequência, sofreram represálias que, no caso de alguns, como o Carlos Cardoso, os levaria à morte através de homicídio. Os dirigentes moçambicanos não estavam,

⁴⁴ Propriedade da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional. Uma das organizações da FRELIMO.

⁴⁵A VOA é a maior organização internacional de *Notícias* multimídia dos EUA, fornecendo conteúdo em mais de 45 idiomas para públicos com acesso limitado ou nenhum acesso a uma imprensa livre. Criada em 1942, está empenhada numa cobertura abrangente e independente, totalmente financiada pelos contribuintes dos EUA como parte da Agência dos EUA para Media Global.

nem estão, ainda prontos para conviver com os medias independentes, sem que os vejam como alvos a abater. Os jornalistas saíram de uma era apática, opaca, de reproduzir versões sem pensar ou questionar, e passaram para uma nova vida que lhes permitia o confronto com o estado-governo FRELIMO. Em todo o caso e porque a mudança foi, de facto, uma enorme surpresa no meio, sente-se que a geração de jornalistas da era do partido único ou a gerida por chefes da era do partido único, ainda têm dificuldade ou até mesmo falta de vontade e coragem para fazer jornalismo livre.

Mas não era possível transitar para a democracia e manter os media com o perfil da era do partido único uma vez que, segundo Ash: “uma imprensa livre é uma característica que define um país livre, enquanto a censura é uma característica que define uma ditadura” (Ash, 2017, p.215). No entanto, há algum grau de hipocrisia no balanço que se faz, uma vez que há relatos dos repórteres sem fronteiras ou da Amnistia Internacional sobre Países que transitaram, alegadamente, para uma democracia sem que os media tenham sido libertados.

O poder político tem consciência de que “a imprensa constitui um poderoso instrumento para conquistar, manter e reforçar o domínio sobre as massas” e é “particularmente apropriada para propagar a fama de dirigentes entre as massas e para tornar popular o seu nome” (Michels,2001, p.166).

Para os media de Moçambique não está a ser uma transição pacífica e muito menos eficaz. É ainda um processo em curso. Esperava-se que a abertura política trouxesse uma imprensa livre. E foi o que, jornalistas como Carlos Cardoso⁴⁶ pensaram e implementaram, chocando pela irreverência, sendo conotados como críticos, ao invés de fazedores de notícias. O homicídio de jornalistas acabou por ser um expediente político utilizado contra os que tentaram pôr em prática o verdadeiro sentido da liberdade na execução da sua profissão. Carlos Cardoso e os seus colegas exerceram a sua profissão até às últimas consequências, reclamando para o jornalismo “o papel fiscalizador do poder público que lhe havia sido retirado no regime monopartidário”, que permitia denunciar “os abusos dos recursos do estado pelos políticos e os efeitos negativos de algumas políticas do Estado Moçambicano” (Chichava & Pohlmann, p.131).

Assassinatos e intimidações a jornalistas aconteceram um pouco por todo o país.

⁴⁶ Fundador do grupo Mediacoop, com outros jornalistas e, também fundador do semanário “Savana”.

Lembremos o caso de Paulo Machava⁴⁷, jornalista assassinado. Começou a trabalhar nos anos 1980, na Rádio Moçambique, onde se destacou no programa Onda Matinal, sobre o crime. Mais tarde trabalhou no semanário independente *Savana*, onde chegou a ser chefe de redacção. Depois de uma breve passagem pelo semanário *Zambeze*, fundou a empresa editora do semanário Embondeiro e o *Diário de Notícias*.

Começou a trabalhar Actualmente é comum que os jornalistas sofram agressões físicas, assaltos, censuras, detenções, ameaças ou violações públicas da liberdade de expressão. Há também, no entanto, raras vitórias, segundo o relatório do Instituto de Comunicação Social da África Austral (Misa) sobre o estado da liberdade de imprensa de 2018.

Em 2018, a ONU pediu informações ao governo de Moçambique sobre as “agressões aos críticos do governo e a respectiva investigação”⁴⁸. Já estamos em 2019 e as notícias sobre o ambiente jornalístico continuam a não ser animadoras.

Ao ler o artigo do jornal português “*Diário de Notícias*” de 3 de Maio de 2019 sobre o dia Mundial da liberdade de imprensa⁴⁹, percebe-se que a situação está longe de estar resolvida. A Amnistia Internacional denuncia⁵⁰, na voz da sua Directora Regional, Deprose Muchena, que “Moçambique está cada vez mais hostil para os jornalistas”; que as “tentativas flagrantes de calar os media e de restringir o acesso à liberdade de expressão em países, que incluem Moçambique”, são frequentes com jornalistas assediados ou simplesmente presos por fazerem o seu trabalho. Este fenómeno leva, inclusivamente, à autocensura, facto que “mina a própria essência das sociedades livres, onde os jornalistas devem poder fazer o seu trabalho sem temerem a intimidação, o assédio ou outras represálias”. Preocupada com o estado dos media em Moçambique, a Amnistia Internacional acrescenta ainda que Moçambique está a tornar-se “cada vez mais hostil aos jornalistas” com coacções cada vez mais graves. Um jornalista que se atreva a publicar notícias sem o aval do estado pode ir preso⁵¹.

⁴⁷ Rocha, Manuel João. *Jornalista Moçambicano Paulo Machava assassinado em Maputo*, 28 de Agosto de 2015. In Público. Disponível em <<https://www.publico.pt/2015/08/28/mundo/noticia/jornalista-mocambicano-paulo-machava-assassinado-em-maputo-1706224>> [consult. 20 de Março 2019]

⁴⁸ Lusa. *ONU sem resposta de Moçambique sobre agressões a críticos do governo*, 27 de Setembro de 2018. In Diário de Notícias. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/onu-sem-resposta-de-mocambique-sobre-agressoes-a-criticos-do-governo-9916764.html>> [consult. 19 de Junho 2019]

⁴⁹ Organização de defesa dos direitos humanos

⁵⁰ Depoimento de Deprose Muchena, directora da Amnistia internacional para o sul de África.

⁵¹ Lusa. *Moçambique está cada vez mais hostil para jornalistas*. In Diário de Notícias. Portugal, 3 de Maio de 2019. Disponível em:

<<https://www.dn.pt/lusa/interior/mocambique-esta-cada-vez-mais-hostil-para-jornalistas----amnistia-internacional-10856954.html>> [consult. 23 de Maio de 2019]

Fernando Gonçalves, Presidente do Instituto de Comunicação Social da África Austral (Misa), fala de uma “regressão assinalável”⁵² da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

Em 2013, a manchete do jornal português “O Público” noticiava: “Director do maior jornal moçambicano (jornal *Notícias*) afastado por cobrir conferência de imprensa de Dhlakama”, com o objectivo de assegurar que o controlo dos conteúdos editoriais não fugisse ao Governo ⁵³.

Em 2019, em matéria de liberdade de imprensa, Moçambique encontra-se na posição 103, numa lista de 180 países. Sendo um País que abraçou a democracia e inclui a liberdade de imprensa na constituição, está a falhar o objectivo a que se propôs há quase trinta anos.

Tudo indica que a abertura de portas aos grandes impulsionadores internacionais do pluralismo dos media, o Banco mundial, a UNESCO e o PNUD, permitiu aos media independentes provarem o sabor do jornalismo livre.

Moçambique tem hoje inúmeras instituições para formação de jornalistas. Há organizações internacionais a financiarem media privados desde a sua instalação, formação e actualização. A primeira escola de jornalismo pública surgiu só em 2009, em Maputo. A Escola de Jornalismo disponibiliza uma licenciatura em Ciências da Comunicação e especializações em Jornalismo, Publicidade, Marketing e Relações Públicas.

Mas, uma vez que ainda não é obrigatório ter de estudar para se ser jornalista, torna-se difícil garantir a publicação apenas do que é “digno de ser noticiado” (Hallin & Mancini, p.49). E o pior, é o facto de, no interior da classe jornalística e dos profissionais da área, a formação ser desvalorizada pelo simples facto de a maioria dos quadros de chefia nunca terem tido formação específica na área.

A estrutura da era do monopartidarismo foi mantida: “ainda há diversos atentados aos direitos cívicos como a liberdade de expressão e de deslocação” (Feijó, 2010, p.66) e relatos que nos permitem perceber a centralização dos media na capital do país, como o reflexo do facto de não se poderem deslocar de um ponto para o outro à vontade.

⁵² Leonel Matias. Recuos na liberdade de imprensa em Moçambique. In Deutshe Welle. Maputo 3 de Maio de 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/recuos-na-liberdade-de-imprensa-em-mo%C3%A7ambique/a-48578864>> [consult. 23 de Maio de 2019]

⁵³ Lusa. *Director do maior jornal moçambicano afastado por cobrir conferência de imprensa de Dhlakama*. In Público. Portugal, 1 de Agosto de 2013. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2013/08/01/portugal/noticia/director-do-maior-jornal-mocambicano-afastado-por-cobrir-conferencia-de-imprensa-de-dhlakama-1601953>> [consult. 29 de Julho]

Importante é assinalar que a imprensa escrita em Moçambique está fortemente concentrada em Maputo.

Jornais impressos em cada Província

Província	Total	%
Maputo	188	85
Matola	3	1
Niassa	3	1
Sofala	3	1
Gaza	1	0
Manica	4	2
Tete	3	1
Nampula	11	5
Cabo Delgado	1	0
Zambézia	1	0
Inhambane	2	1
Total	220	100

Fonte: (Nhanale, 2017, p.118). Dados de 2015.

As limitações no acesso à informação, em todo o território moçambicano, ajudam a travar o objectivo de massificação dos media. Seja como for, não nos podemos esquecer que a maioria da população do país, não só vive em extrema pobreza como é analfabeta ou com pouca frequência escolar, não tem hábitos de leitura. Acresce que as notícias produzidas, a partir da capital Maputo, são em português, que é a língua usada na escola ou noutras instituições públicas.

Durante os preparativos para a independência, “os moçambicanos que beneficiaram de maiores oportunidades educativas” puderam alimentar “maiores expectativas de participação num sistema mais democrático” mas foi sol de pouca dura, uma vez que “essas esperanças foram frustradas por um sistema ditatorial, que excluiu dos centros de poder diversos grupos sociais não identificados com os valores do Partido-Estado” (Feijó, 2010, p.68).

Como já dissemos, a maioria dos jornais de referência são impressos na capital, com qualidade de escrita, mantendo a escola da imprensa portuguesa e tal como no sul da europa, os jornais têm como alvo “uma pequena elite” que vive na zona “urbana, bem-educada e politicamente activa”, que consome conteúdos “sofisticados e politizados” que incentivam ao “debate e negociação entre as facções da elite” (Hallin & Mancini, 2010, p.36). As elites em Moçambique não são compostas propriamente por pessoas bem-educadas, entenda-se com formação, mas sim por aqueles que têm protecção e conhecimentos na arena política. Para o caso de

Moçambique, produzir conteúdos para o público urbano passou rapidamente de hábito a cultura, assumindo-se que só nas cidades se consomem notícias impressas.

De qualquer forma, para corrigir esta lacuna que outrora era executada pela imprensa comunitária, a rádio e a televisão públicas passaram a produzir e a transmitir conteúdos nas línguas nacionais, com janelas de transmissão específicas para cada província. Na prática, trata-se de uma preocupação com a “proximidade”, através da produção de notícias, para se atingir as massas, conciliada com as rádios comunitárias criadas nas zonas rurais, já atrás referidas.

Lembramos que a lei da imprensa de 1991 acabou com o Ministério da Informação, estrutura responsável, até aqui pela censura “oficial”. Criando-se então Gabinete de Informação, o Conselho Superior para a Comunicação Social e o Instituto de Comunicação Social directamente ligados ao governo e, por isso, sem capacidade para “proteger” os meios de comunicação. Em contrapartida, o Instituto dos Media da África Austral (MISA), estabeleceu-se em Moçambique em 2000 com o apoio da Finlândia, dos Estados Unidos e a fundação Friedrich Ebert. “O MISA funciona como um “vigilante” da liberdade de imprensa, providencia financiamento para a defesa jurídica dos jornalistas quando justificada e apoia iniciativas para promover a independência dos meios de comunicação” (Tollenaere, 2006, p.21). Instituições e países que financiavam fortemente Moçambique em várias áreas e que traziam investidores, pressionaram no sentido de ter acesso a notícias menos filtradas, que permitissem conhecer o verdadeiro cenário do país antes de nele investir.

Por sua vez, as Organizações não-governamentais vieram dar suporte aos jornalistas que procuravam fazer outro tipo jornalismo. Os jornalistas passarão a ser financiados para exercer a sua profissão de forma independente e sem receio de publicar notícias que pudessem pôr em causa o seu salário no final do mês.

Quando as organizações internacionais chegaram a Moçambique com a intenção de profissionalizar jornalistas independentes e de apoiar o país na democratização, o governo entrou em negação e desconfiança uma vez que perdia o controlo destes profissionais. O programa do PNUD à comunicação social, “provou ser um programa de apoio internacional altamente sensível e difícil de negociar entre o governo e os doadores porque, essencialmente, ia beneficiar os meios de comunicação social independentes” (Tollenaere, 2006, p.22).

Para quem os media se dirigem é ainda uma temática difícil de definir. Não é pelo facto de se ser político que se está atento aos jornais e às notícias. Por exemplo, nas instituições privadas ou públicas, há sempre, pelo menos, um jornal para o colectivo e um outro para cada Director ou Chefe, oferecidos ou disponibilizados

gratuitamente pelas empresas. Mas, mesmo assim, não significa que estes jornais sejam lidos. É uma forma de escoar as tiragens dos jornais, um apoio financeiro garantido à imprensa escrita que advém de uma prática que se pode afirmar como tradicional.

As tiragens que os jornais apresentam são muito pouco fiáveis mas são os dados disponíveis. Um “relatório e contas” que inclua, despesas com pessoal ou vendas do jornal é uma informação tabu. Não é sequer possível saber o número de profissionais em cada empresa.

Em 2009, o jornal independente “*O País*” era o diário que apresentava maior tiragem, 30.000 exemplares, ultrapassando os jornais estatais. Já o semanário “*Savana*” publicava entre 12 e 15 mil exemplares. O semanário de distribuição gratuita “*A Verdade*”, criado em 2008, é o semanário com a maior tiragem – cerca de 50.000 exemplares. É impresso fora do país e fora do controlo do governo. Hoje, em meados de 2019, o jornal “*Notícias*” não passa dos 16.000 exemplares, para quase 28.000.000 de moçambicanos.

A concentração de jornais em Maputo, o uso do português e a falta de hábito de leitura de jornais, surgem como entraves a um crescimento de leitores da imprensa escrita. Segundo Hallin e Mancini não devemos ter ilusões: nenhum país que não tenha desenvolvido no final do séc. XIX ou princípio do séc. XX, um sistema de distribuição de jornais em larga escala, jamais o conseguirá fazer depois disso, mesmo que os seus níveis de literacia e padrões de desenvolvimento político tenham convergido com os dos países que registam níveis muito elevados de circulação (Hallin & Mancini, 2010, p.38). Mas outros meios de informação, como a rádio e televisão, mantêm-se como meios informativos relevantes, sendo a rádio o media com maior atenção por parte da população geral.

Não obstante, em Moçambique a comunicação oral continua a ser a forma mais eficaz para transmitir informação e para comunicar. Por sua vez o governo também se apercebeu que chegava mais facilmente às massas usando a expressão oral e por isso adoptou, e mantém, as visitas presidenciais, usando a proximidade e a oralidade dos grandes discursos para conquistar o povo.

7. ESTUDO DE CASO: COMO É QUE OS MEDIA DE IMPRENSA MOÇAMBICANOS TRATAM OS ASSUNTOS DA LEI SOBRE OS CASAMENTOS PREMATUROS, DAS SUCESSÕES E DE REVISÃO DA LEI DA FAMÍLIA?

O presente estudo de caso pretende contribuir para a compreensão as práticas jornalísticas presentes na imprensa escrita moçambicana. Tendo ao longo do meu trabalho alertado para as dificuldades em implementar uma democracia pluralista e inclusiva em Moçambique, encontrando-se o país num processo de transição democrática, cujos contornos estão ainda por estudar, dada a forte influência que o poder político exerce sobre a actividade jornalística, proponho-me agora aprofundar, através da análise de alguns jornais impressos moçambicanos: como é que os jornalistas tratam os assuntos da casa do Povo – a Assembleia da República de Moçambique, também denominada Parlamento. A escolha desta temática prende-se com o lugar central que este órgão de soberania possui no processo de transição democrática. É composto por 250 deputados que, nas últimas eleições gerais de 2014, ocuparam os seus lugares da seguinte forma: 144 para o partido FRELIMO, 89 para a RENAMO e 17 para o Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

Por outro lado, a escolha da temática do Parlamento também me pareceu ser a mais apropriada, uma vez que os assuntos relacionados com este órgão constam garantidamente na agenda da imprensa, alimentando as páginas destinadas à política.

O corpus desta análise recai em quatro títulos da imprensa escrita moçambicana: três diários, Jornal *Notícias*, *Diário de Moçambique* e *O País* e um semanário, o *Savana*.

Podíamos ter seleccionado outros jornais moçambicanos para analisar o tratamento dado aos assuntos do Parlamento, como *@Verdade* (criado em 2007), o *Zambeze* (criado em 2002), o DW - Deutsche Welle, que é um jornal online alemão com correspondentes em Moçambique. No entanto, os que seleccionámos são

aqueles que constituem, pela sua longevidade e implantação, uma referência num país em contínua transição para a democracia, como se pode verificar neste estudo, que ainda não atingiu a alternância política, com um quadro de problemas económicos e sociais tão básicos como a questão dos casamentos prematuros e a herança em relacionamentos sem casamento, no fundo um enquadramento que promove o adiamento do desenvolvimento humano sustentável.

O Jornal *Notícias*, criado em 1926, é o mais antigo jornal de Moçambique. Tem cobertura nacional, sobreviveu ao fim do colonialismo e foi adoptado pelo Estado no pós-independência (ver página 54).

O *Diário de Moçambique* é Beirense, da Província de Sofala, no centro do país, apesar de ser propriedade da Sociedade Comercial *Notícias* da Beira ou seja, de estar sob controlo político, tende a divulgar conteúdos em primeira página diferentes do *Notícias* e com maior profissionalismo.

Por sua vez, o jornal *O País*, é um diário independente, que escreve de forma construtiva sobre a sociedade, usando uma linguagem moderada, mas que, por ser independente, procura incluir a sua opinião e a de outros intervenientes para acrescentar valor à notícia, para além da informação que lhe é fornecida nos comunicados oficiais e nos depoimentos recolhidos durante as conferências de imprensa. É gerido por Daniel David, antigo administrador da TVM, que para assumir um cargo de topo na empresa do Estado, teria que fazer parte ou pelo menos ser da confiança do Partido no poder. É interessante perceber como é que um elemento ligado ao sistema político vigente, tomado por um só partido, consegue tornar a sua empresa de media independente, sem que seja mais um satélite e sem cortar as relações com esse mesmo sistema.

O semanário *Savana* é considerado o mais independente de todos. É um jornal que faz oposição aberta ao governo e que se mantém de relações cortadas com o sistema político vigente. Escreve sem tréguas e sem filtros. Os títulos são severos, utilizando linguagem depreciativa, o que contrasta com os conteúdos desenvolvidos no interior do jornal, que tentam transmitir uma imagem de rigor e de responsabilidade, embora frustrada pela ausência de contraditório nas peças. Provavelmente penalizado pelo “tom de voz” nada cordial que usa para falar dos políticos e para os interpelar, acaba por ser penalizado na busca dos conteúdos. É, assumidamente, um jornal que reprova sistematicamente as acções do Governo.

Condicionamentos logísticos no acesso aos jornais levaram a um âmbito cronológico na nossa análise mais limitado do que pretendíamos. Os diários foram analisados entre os dias 22 de Abril e 11 de Maio de 2019. O semanário *Savana* sai à sexta-feira e foi analisado entre os dias 19 de Abril e 17 de Maio de 2019.

Durante este período, entre outros assuntos, esteve em discussão no Parlamento a revisão da Lei da família, Lei das sucessões e a Lei sobre os casamentos prematuros, um assunto com grandes implicações no tecido social moçambicano.

Esta revisão da Lei sobre os casamentos prematuros previa a sua proibição, através da remoção da cláusula de excepção, que legalizava os casamentos a partir dos 16 anos, desde que autorizados pelos pais e devidamente argumentados.

Sendo assim só a partir dos 18 anos de idade é que será permitido casar, dando mais tempo à rapariga para fazer as suas escolhas. Resta saber como é que se irá ultrapassar a força da tradição, a submissão aos pais e aos mais velhos que existe nas zonas rurais, para que a menina se possa recusar a casar, tendo em conta que, nos meios rurais, o casamento tradicional é mais importante que o oficial (legitimado em conservatória).

Moçambique é um país de tradições que resistem em se sobrepor às leis oficiais. A união de facto é a forma mais comum e frequente de formar família. Consciente desta realidade, o Parlamento pretendeu reconhecer juridicamente a união de facto, para que em caso de morte de um dos elementos do casal, o outro possa ser constituído herdeiro e incluído na partilha de bens do casal.

Principalmente nas zonas sul e centro, há uma distinção entre os filhos e as filhas na partilha de uma herança, quando a mesma é feita à margem da legislação. Isto porque se diz que o filho precisa de mais bens visto que nasceu para ser chefe de família, enquanto a filha está de passagem pela casa dos pais, uma vez que, obrigatoriamente, se irá casar e aí terá os seus bens na casa do marido que a acolher. Assim sendo, é discriminada na partilha de herança deixada pelos progenitores. A proposta de revisão da Lei impõe igualdade de género para efeitos sucessórios.

Os filhos passam a ser tratados todos da mesma forma, quer tenham nascido dentro ou fora do casamento, acabando-se assim com a discriminação dos filhos extraconjugais no processo de partilha de herança.

Organizações da sociedade civil como a Gender Links, o Fórum Mulher, a Associação Mulher, a Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) e a Unicef estiveram nos bastidores a orientar o parlamento. Em todo o caso, estes organismos já estavam a trabalhar com o Parlamento nesta agenda desde 2016 tal como se pode ler no jornal *Notícias* de 4 de Abril de 2016⁵⁴.

A mim interessou-me perceber como é que os jornais trataram uma questão, eminentemente socio - cultural, com implicações que não interferem directamente

⁵⁴ In jornal *Notícias* <<https://jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/51474-insta-a-sociedade-civil-lei-da-familia-precisa-de-ser-revista.html>>

com interesses particulares ou partidários. No entanto, em paralelo, recenseámos todos os assuntos sobre o Parlamento presentes nos jornais analisados, procurando assim aferir do peso relativo do nosso objecto de estudo face a outras temáticas (ver Anexo II).

7.1. Análise do estudo de caso

Para o estudo de caso, donde seleccionámos quatro órgãos de imprensa escrita para análise de todas as notícias e coberturas feitas sobre os assuntos do parlamento, deparámo-nos com a seguinte realidade.

No total contabilizámos 50 artigos, sobre os assuntos do Parlamento, em todos os jornais do período em análise, dos quais, 26 são do Jornal *Notícias*, 13 de *O País*, 8 do *Diário de Moçambique* e 1 do *Savana*.

Nas 26 peças do jornal *Notícias*, 19 peças tinham fotos, sendo que uma delas tinha 3, pelo que, no total, encontrámos 21 fotos. Nas 15 peças de *O País*, 11 peças tinham fotos sendo que uma tinha 4, dando assim um total de 14 fotos. No *Diário de Moçambique*, que apresentou 8 peças sobre o Parlamento, apenas 4 tinham uma foto - ao todo 4 fotos.

O semanário *Savana*, que só teve uma peça sobre o Parlamento, apresentou apenas uma foto da Procuradora Geral da República durante a apresentação do informe anual do ponto de situação da justiça⁵⁵.

Uma primeira hipótese de leitura sobre estes dados poderá ser: os jornais mais próximos do governo investem mais nos assuntos do Parlamento, incluindo o recurso à fotografia, isto é, à representação visual, mais acessível a todos os moçambicanos, mesmo que iletrados garantindo em paralelo, uma campanha eleitoral permanente.

No *Jornal Notícias*, encontrámos 29 artigos sobre o parlamento, publicados entre 22 de Abril e 11 de Maio de 2019. Destes, 2 eram reportagens em que um, embora sobre o Parlamento, versava a sociedade civil (anexo do dia 29 de Abril, Página 3, secção Cidade de Maputo). Dos 29 artigos, 5 eram sobre a proposta de lei do estudo de caso.

Num total de 28 fotos dominam elementos pró-governamentais: Deputados, Ministros, Procuradora-Geral da República, Administradora Distrital, entre outros, ou

⁵⁵ In *Savana*. 19 de Abril de 2019, p.4. Título do artigo: "Não combatemos apenas a pequena corrupção".

seja, o destaque vai para as individualidades oficiais, a oposição parlamentar surge apenas em seis fotografias (ver anexo II dos dias 25 de Abril, 2 e 8 de Maio).

As fontes oficiais, em particular os comunicados de imprensa ou declarações dos porta-vozes parlamentares, presidentes das comissões parlamentares, próximos da FRELIMO, têm forte presença neste jornal.

As bancadas parlamentares da RENAMO e do MDM, minoritárias, foram convidadas a prestar depoimentos aos jornalistas em 6 das 29 notícias. Quer isto dizer quer que a oposição teve pouca voz no universo de notícias analisado do *Jornal Notícias*.

Os partidos da oposição, RENAMO e MDM, são ouvidos quando os seus posicionamentos não surpreendem, como foi o caso da apresentação do relatório anual da Procuradoria-Geral da República, onde na notícia da página 8, do dia 9 de Maio, na secção de política, sob como título: “FRELIMO acolhe conta do estado, RENAMO e MDM reprovam”. Uma notícia que contém três fotos das intervenções de três deputados, das três bancadas parlamentares: Mateus Katupha, da FRELIMO, José Samo Gudo, da RENAMO e Armando Artur do MDM.

Este jornal é fortemente politizado e partidarizado, com o Presidente da República a ter um lugar central, quer seja nas notícias escritas, quer nas reportagens fotográficas. Lembramos que acumula a função de chefe de Estado, chefe do governo e líder da FRELIMO.

Em segundo plano, este jornal dá pouca atenção a outros aspectos, como a sociedade, economia e cultura, tendendo a não os destacar na primeira página. Na cobertura fotográfica, para além do Presidente, são destacados outros protagonistas do Governo e do aparelho do Estado, estando quase sempre ausentes os outros elementos da sociedade civil. A título de exemplo, nem mesmo no dia 1 de Maio (verificar anexo da data) os trabalhadores foram os protagonistas da edição, embora tenham surgido num canto inferior direito da primeira página.

O jornal está focado nos actores políticos. Prevalece a notícia e a reportagem está quase ausente. Numa das páginas dedicadas à sociedade, surge a única entrevista por nós recenseada, com uma alta figura do Estado, o actual Governador da Província de Manica, de página inteira, elogiosa para com o Presidente da República, pelos seus 4 anos de mandato. Esta peça é mais uma oportunidade para propaganda política, embora surja no espaço sociedade. “Nyusi transformou desafios em oportunidades” era o título, acompanhado por uma foto do Governador. Lembramos que o Governador é nomeado pelo Presidente da República e que também é membro da FRELIMO, não apresentando uma posição crítica e independente. Quando o mesmo jornal trata do ciclone Idai, quem sai enaltecido é,

mais uma vez, o Presidente da República. Até um desastre humano de grandes dimensões não impede a promoção da figura do Presidente da República. Ainda na mesma entrevista e só na metade inferior da página é que as implicações sociais são abordadas embora sem direito a fotos. Em contrapartida o Governador da Província de Manica, Manuel Rodrigues, teve direito a duas fotos grandes e a peça é assinada. O mesmo Governador não se “aventura” a incluir dados novos. E a peça não apresenta contraditório, nem recorre a outras fontes.

Os assuntos não são enquadrados, não se procuram depoimentos com outras visões, até porque não se investiga. Na prática, o jornalista organiza e subdivide os comunicados, tendo o cuidado de não acrescentar palavras ao texto apresentado nas conferências de imprensa. As entrevistas são um simulacro de diálogo, uma vez que não há questões para além das do guião. O jornalista não interpela o entrevistado para lhe obter mais informação, limita-se a servir de intermediário da mensagem que o entrevistado quer fazer passar de uma forma mais próxima e pessoal. Desta forma o jornal *Notícias* assume uma clara cor partidária, não só favorável como promotora das actividades da FRELIMO.

Em relação aos assuntos do parlamento apenas reproduz o que esta instituição lhe fornece. Não será com este jornal que se poderá obter algum esclarecimento, denúncia ou exigência de maior clareza da actividade política. O jornalista colabora e é cúmplice face ao partido FRELIMO.

E porque os dados valem o que valem e mesmo sem provas, o jornal *Notícias* continua a ser designado como o jornal pago mais lido, com maior tiragem e com cobertura nacional. Mas não é possível ter uma ideia do real consumo do jornal, que mantém a atitude que tinha na era do partido único.

A sociedade civil aparece no jornal *Notícias*, mas quase sempre acompanhada de alguma actividade política. Até mesmo numa notícia sobre saúde se destaca o Ministério da Saúde⁵⁶. Há, na realidade, um excesso da vertente institucional nas *Notícias* sobre sociedade. O leitor é confrontado com múltiplas, permanentes e incontornáveis acções governamentais.

É mais comum noticiar a intervenção de um Deputado da FRELIMO sobre um assunto promovido por outras bancadas, com a chancela da Presidência de uma Comissão Parlamentar, que o contrário. Prova desta situação é a notícia do dia 25 de Abril, na página 8 com o título: “Chefe da Bancada do MDM ouvido em sede de comissão sobre o deputado Ricardo Tomás” onde, para além dos depoimentos de

⁵⁶In *Notícias* de 7 de Maio de 2019, página 5 com um político a dar simbolicamente e politicamente a vacina ao bebé com o título “Mais de 83 mil crianças serão vacinadas contra pólio e sarampo”.

Lutero Simango - Chefe da bancada parlamentar do MDM, o Deputado da FRELIMO, Edmundo Macuácuá, Presidente da comissão dos assuntos constitucionais, direitos humanos e de legalidade, foi convidado a intervir.

No Parlamento as Comissões mais influentes têm como presidentes os Deputados da FRELIMO. Quem fala aos deputados não é um membro aleatório destas comissões mas sim o Presidente. Daí que, nomes como os de Edson Macuácuá e de Esperança Bias, presidentes de comissões parlamentares, sejam habituais e frequentes nos depoimentos aos jornais. E é curioso que nunca tenhamos encontrado uma peça com a intervenção de um Presidente de Comissão, que pertença a outros partidos. Dá ideia que as Comissões presididas pelos partidos da oposição não têm agenda relevante para os media.

As peças não são assinadas por quem as elabora pois considera-se que pertencem ao jornal. O anonimato impera. Apenas as peças produzidas por correspondentes são assinadas. A responsabilidade é do Director do jornal. Não se considera a menção à autoria de uma peça (excepto nas *Notícias* produzidas no estrangeiro por um correspondente, ou numa entrevista, a título de exemplo, ao governador de Manica, Manuel Rodrigues, que fora assinada pelo jornalista Victor Machirica) como um sinónimo de responsabilidade e integridade do jornalista. A propensão para a manipulação e abuso na elaboração de noticiário não é alvo de reflexão, ainda hoje em Moçambique. Este é provavelmente um bom indicador da falta de autonomia e profissionalismo jornalístico no país.

A FRELIMO tem “direito” a mais fotos. Será que esta constatação significa uma campanha permanente aos elementos deste partido? Porque a oposição surge claramente desfavorecida na representação visual que lhe é dada. Ou então, se lhe é atribuída uma foto, normalmente esta não remete o leitor para o partido que representa.

Os jornalistas do jornal *Notícias* não surgem como mediadores entre os políticos e a sociedade, prestam um serviço ao governo sempre que cobrem os debates no Parlamento.

No *Diário de Moçambique*, um órgão de informação, também com fortes ligações ao Estado, mas que procura contrariar a excessiva centralização de Maputo, focando-se na província de Sofala e noutras províncias, sem incluir a de Maputo e a de Maputo Cidade, recolhemos os seguintes dados.

Um jornal com pouca cobertura parlamentar.

Em 16 edições, temos 8 notícias sobre o parlamento em que uma é sobre a proposta de Lei do caso de estudo.

Encontrámos 3 fotos, todas de governantes.

As fontes são equilibradas e remetem para as várias bancadas parlamentares.

Demonstra alguma versatilidade apresentando uma secção de Sociedade e Política, que faz parte da mesma categoria. Face ao Jornal *Notícias*, o Presidente da República não tem a mesma presença na primeira página (ver Anexo II, dias 3, 4, 5 e 11 de Maio deste jornal). Pelo contrário, destaca assuntos de índole social com frequência na primeira página. Neste jornal da Beira, as questões económicas e a própria RENAMO conseguem ter destaque na primeira página de um jornal estatal.

Já o jornal *O País* é um jornal independente que assume um jornalismo mais profissional, recorrendo frequentemente ao contraditório, através da busca de outras fontes fora do Parlamento. Como por exemplo: ver em anexo as duas notícias do dia 23 de Abril, na página 6. A notícia extraída de um artigo do Centro de Integridade Pública (CIP) aponta nomes de condenados da FRELIMO que andam à solta graças à lentidão do julgamento dos recursos e à possibilidade de se reverter a prisão com o pagamento de uma multa.

Procura novos dados através do contraditório, para aprofundar as questões, o rigor e a isenção que se lhes exige. Não é um jornal que se satisfaça apenas com os comunicados, as conferências de imprensa ou os depoimentos dos deputados nomeados para falar com os jornalistas. Normalmente, na mesma página, incluem outras opiniões, nomeadamente a do bastonário da ordem dos advogados. A página 6, do dia 25 de Abril, secção política, título **“Bancadas Parlamentares divergem quanto ao informe da PGR”**, apresenta uma foto do Parlamento e mais três, de três deputados, posicionada na metade superior da página, com tamanho médio, assinada pelo jornalista José Macamo. O contraditório acontece na mesma página 6 no artigo intitulado **“há indicação de que as coisas estão a ser levadas a sério”** quando o jornal vai buscar a opinião do bastonário da ordem dos advogados, Flávio Menete. Este tem direito a foto. Curiosamente, o jornalista vê-se desconsolado por estar à espera de um tipo de depoimento que não veio a acontecer por este ter elogiado o relatório da PGR e mudado de discurso, contrariando a rotina: *“foram abordados aspectos importantes de processos que interessam a todo o povo moçambicano”*. Isaque Chande, Provedor de Justiça, disse ainda que *“o informe foi o mais exaustivo possível”*. Desta forma, o jornalista avalia a prestação da PGR afirmando: *“Coincidência ou não, o facto é que no seu último informe a tendência é a mesma. Mudam, apenas, os factores de prova”*⁵⁷. Palavras que nunca surgiriam num jornal estatal.

⁵⁷ A página 4 da mesma edição, na secção de política, com o título **“Buchili com missão (quase) cumprida”** apresentava uma foto da PGR, Beatriz Buchili. Com cobertura na página inteira. Autoria de William Mapote. Notícia longa retirada do relatório.

As notícias são todas assinadas pelos jornalistas, ao contrário do que acontece com o Jornal *Notícias*. E concede espaço a todas as cores políticas. Todos os partidos são ouvidos. Procura o contraditório dentro e fora do parlamento, mostrando um elevado grau de profissionalismo. Neste jornal fica-se a conhecer outras fontes com opinião sobre o mesmo caso.

No semanário *Savana*, pertencente à Mediacoop, não há qualquer complacência relativamente aos assuntos políticos. Até aqui tudo bem. Ora do que não estávamos à espera é de uma ausência completa de assuntos socioculturais debatidos no parlamento. E não só. A sociedade civil não é o seu alvo.

Nas publicações estudadas, encontrámos uma notícia do Parlamento (sem ligação à revisão da Lei do nosso caso de estudo) com uma foto de um Governante.

Não poupa palavras na hora de apontar o dedo aos deputados de todos os partidos com assento parlamentar. Relativamente aos assuntos do governo não se vê, pelo menos nos conteúdos, qualquer opinião ou intervenção das fontes oficiais e governativas, optando pelo monólogo.

As fontes mais usadas são os comunicados e a cobertura presencial. As entrevistas presentes neste jornal envolvem pensadores, analistas como Joseph Hanlon – professor visitante na London School of Economics, que escreve sobre Moçambique desde 1978, e, ainda, artigos de opinião de Gilberto Correia, António Cabrita, Calane da Silva, Tomás Vieira Mário, entre outros.

Há também a considerar pelo tipo de conteúdos que se trata de um semanário para um público diferente do dos jornais diários, mais elitista, que percebe de economia, que tem interesse em ler entrevistas longas com análise profunda em diversas áreas.

Os partidos da oposição têm foto e destaque nas páginas deste semanário.

Apenas uma edição, das seleccionadas para este estudo de caso, cobriu os assuntos do Parlamento: informe anual da Procuradoria-Geral da República⁵⁸. E logo com um título que não corresponde ao conteúdo. O tema é pretexto para questionar os dados oficiais, e aprofundar a sua crítica social e política: a PGR só anda atrás dos mais fracos para os deter, uma vez que os fortes andam à solta ou porque pagam fianças ou porque são intocáveis.

Porque é que o *Savana* não cobre os assuntos sociais debatidos no parlamento?

⁵⁸ Na página 4, na secção tema da semana, o título sobre o parlamento, do dia 19 de Abril, foi: **“Não combatemos apenas a pequena corrupção”**. Uma notícia com foto da PGR a falar ao parlamento, cobertura na página inteira. Peça assinada por Argunaldo Nhampossa. Fonte, informe anual da PGR, cobertura jornalística,

Há uma negação em relação aos assuntos do parlamento? Prefere observar de fora? Não acredita no trabalho do parlamento? Teme que o tratamento jornalístico que daria aos temas possa suscitar alguma represália política, uma vez que envolveria uma crítica personalizada a altas figuras do Estado? Parece que o jornal se auto-exclui optando por se focar noutras áreas de informação, com outras fontes, que nunca aparecem nos outros media, como foi o caso da entrevista publicada no dia 17 de Maio de 2019, página 2, com o título: “**A oposição está a dormir**” - A visão de Joseph Hanlon sobre os processos político-eleitorais no país.

Adicionalmente, no *Savana*, as notícias são todas assinadas.

Mas o foco é sempre a denúncia e a vigilância sobre as decisões políticas. Até parece que ir ao Parlamento para cobrir os assuntos do povo é perder tempo.

Na verdade, podemos constatar que todos os jornais possuem uma linha editorial específica. Até mesmo entre dois jornais do Estado encontramos diferenças na cobertura de assuntos políticos. E, pessoalmente, discordo da ideia de que um órgão de imprensa possa trabalhar com total objectividade na produção de conteúdos, uma vez que há sempre uma perspectiva, um ponto de vista. Embora existam um conjunto de regras éticas que permitem, de alguma forma, colocar como primeira atitude do jornalista a procura da verdade e imparcialidade. Para a qual se exige um esforço de reunir o máximo de elementos possível, com rigor, isto é, confirmados, factuais, sem prescindir de interpretações contraditórias, assumindo a responsabilidade social da profissão, que deve aspirar a incluir o máximo de vozes da sociedade.

Importa ainda realçar a total coincidência no conteúdo da notícia de 26 de Abril entre o jornal *Notícias* e *O País*: “**Processo instruído nos EUA não satisfaz justiça nacional**”, na página 9 do *Notícias* e “**Extradição de Chang para EUA não satisfaz interesse nacional**”, na página 4 de *O País*. O que parece confirmar que os jornalistas frequentemente se ficam pelo puro registo e reprodução de textos produzidos pelas suas fontes.

Vejamos agora como os jornais analisados trataram o Projecto-Lei sobre os casamentos prematuros, Sucessões (revisão do livro V do Código Civil, Direito das Sucessões) e da revisão da Lei da Família.

Moçambique é um país rico em etnias, línguas, culturas, já referimos que existem vários moçambiques num só. Formar família não implica necessariamente convidar a legislação para testemunhar e validar o “casamento”. As regras, os costumes e as tradições de cada comunidade, de cada “quintal”, de cada etnia, é que ditam e orientam a união que, mesmo sem ser conhecida pelos protagonistas, na “cidade”, tem o nome de união de facto.

A rapariga cresce sabendo que tem os dias contados até ter um marido, ser obrigada a parar de estudar, se é que alguma vez o fez, e passar a tomar conta de uma casa. Por isso, o analfabetismo feminino é o “pão nosso de cada dia”, essencialmente nas zonas rurais onde vive a maioria da população.

Isto significa que o culto das tradições, a oportunidade de estudar ou de dar continuidade aos estudos, a prática fiel dos costumes, o respeito pelas opiniões dos mais velhos, pelo líder comunitário, pelas matronas (as mulheres mais velhas e sábias da comunidade) e o facto de, estar fora de questão desobedecer às regras de “casa”, faz com que a legislação ainda tenha muito trabalho pela frente para se impor. Dar à luz um bebé do sexo feminino é uma felicidade, na perspectiva de que esta menina, um dia, dará “lucro” aos seus Pais no “lobolo”⁵⁹. Mas a recém Mãe sente que falhou, uma vez que, tradicionalmente, a verdadeira maternidade, para que ela se sinta respeitada no novo lar, se atinge depois de dar à luz, pelo menos, um rapaz.

Outra perspectiva é a de que dar à luz uma menina, é o mesmo que não ter tido um filho, uma vez que a menina estará apenas “de passagem” pela casa dos Pais e não dará continuidade ao apelido do Pai. Sendo assim, não é herdeira, de acordo com as regras de casa. Estas características são visíveis nas sociedades patrilineares, onde o filho é do Pai.

Nascer numa relação extraconjugal implica não ter direito à herança do Pai tal como têm os irmãos nascidos dentro do casamento.

Uma outra situação, de entre muitas outras que acontecem nas comunidades e nas famílias mais conservadoras, tem a ver com número de mulheres e crianças que são expulsas das suas próprias casas, pelos familiares do defunto Chefe de família.

Sobre o assunto que me debrucei no estudo de caso, procurei perceber como é que a Lei sobre casamentos prematuros e a revisão da Lei da família foi tratada durante o debate Parlamentar a partir da cobertura mediática que tiveram. O que constatei permite-me concluir o seguinte:

Os assuntos socioculturais debatidos no parlamento, não tiveram o destaque merecido nos media. A título de exemplo, o *Jornal Notícias* apresenta algumas peças sobre casamentos prematuros mas sem nunca fazer a ponte com o debate que decorria no Parlamento. As partes mais expostas, os menores, e as partes

⁵⁹ Casamento tradicional que se realiza nas zonas do sul e do centro de Moçambique. Uma espécie de agradecimento da família do homem à família da noiva. Antigamente, uma peneira cheia de cacana ou gado eram suficientes para a realização desde casamento entre as famílias, mas hoje tomou proporções avultadas. Há famílias de noivas que pedem somas avultadas de dinheiro, juntamente com uma lista de roupas e complementos para a noiva e familiares, terrenos, etc.. Devido à ignorância da essência do acto, cada família cria as suas próprias regras do lobolo.

incentivadoras do acto, os Pais, os tutores e os líderes comunitários, entre outros, nunca foram “tidos nem achados” para apresentar a sua opinião sobre o assunto. Daí que, de pouco adianta proibir, nos dias de hoje, os casamentos com menores de 18 anos, uma vez que não houve sequer uma tentativa para alterar as mentalidades. E, o que é pior, nunca se ficou a conhecer a lei em profundidade. Apesar da presença dos jornalistas no Parlamento o destaque dado pelo jornal a este tema recaiu no género da reportagem, fora do âmbito político, inserido na secção sociedade, com um enfoque muito cidadão. Seja como for, importa perceber de que se trata de um jornal estatal, sem objectivos comerciais e, alegadamente, a prestar um serviço público.

Mas será que os jornalistas que acompanharam os debates tiveram a maturidade necessária para perceber a importância social de evitar que uma menina abandone os estudos, cresça como criança e decida casar, ou não, apenas quando achar que é o momento e nunca antes dos 18 anos de idade?

Apesar de ter abordado a lei das sucessões (ver anexo ii - dia 23 de Abril), destacando as heranças em uniões de facto, numa notícia longa, o debate Parlamentar sobre os casamentos prematuros não teve espaço no *O País*, durante o período do nosso estudo. Ainda assim as suas explicações foram as mais detalhadas, claras e informativas.

Em *O País*, a sociedade também é alvo de destaque⁶⁰. Mas não nos podemos esquecer que os casamentos prematuros são uma realidade ainda hoje. E se calhar até entre os próprios deputados ocorrem situações familiares semelhantes ao problema que a lei procura resolver. O mesmo acontecerá com os jornalistas que cobrem as sessões do parlamento. Há uma forte probabilidade da matéria não ser destacada, por se tratar de um assunto que cobre transversalmente a sociedade moçambicana e é frequentemente percebido como natural e que, por isso, não é verdadeiramente posto em causa.

Curiosamente, constatámos que o jornal *O País* foi o único a destacar a lei das sucessões (ver anexo, *O País* de 23 de Abril) como assunto com destaque de primeira página, num jornal que tem como Directora de Informação a única mulher dos órgãos analisados, Olívia Massango.

Note-se que neste jornal a primeira página é mais diversificada tematicamente em relação aos títulos. Não é um jornal que se limite aos assuntos de política ou de sociedade nos seus destaques.

⁶⁰No dia 23 de Abril, o título da primeira sobre o parlamento foi “ **Proposta de lei reconhece união de facto para herança**”. Notícia sem foto, A meio da página e peça curta.

Mas estaríamos a ser injustos se não valorizássemos a coragem do jornalista do *Diário de Moçambique*, que procurou várias fontes para enriquecer e reforçar a sua peça relativa aos casamentos prematuros, chamando a atenção pela falta de participação de mais vozes para além das do Parlamento e das organizações da sociedade civil, que trabalham no “ar condicionado” e no conforto das suas salas de conferências, ao contrário de quem vive na pele a obrigação de se casar, para obedecer os mais velhos.

“Com a aprovação deste projecto de lei, espera-se que os Pais e outros membros da comunidade (as mestres dos ritos de iniciação, as matronas, os líderes comunitários, religiosos, professores e líderes de opinião, as associações juvenis em matéria de protecção da criança) sejam uma ferramenta eficaz para criar um ambiente favorável para a prevenção, combate, redução progressiva e eliminação dos casamentos prematuros em Moçambique” (Diário de Moçambique do dia 22 de Abril de 2019, na página 4).

A sociedade civil não prestou depoimentos, não foi fonte, embora o assunto sobre a proposta de lei debatida no parlamento relacionada com a proibição dos casamentos prematuros tivesse sido destacado. Interessante foi perceber que o jornalista sentiu a falta de envolvimento das comunidades mas que mesmo assim não foi atrás destas vozes para a sua peça.

Relativamente ao semanário Savana, a abordagem foi completamente diferente, verificando-se uma total ausência da cobertura de assuntos sociais, nomeadamente do projecto de Lei sobre os casamentos prematuros, sucessões e da revisão da Lei da Família.

Os assuntos sociais do estudo de caso afectam, em larga escala, as populações rurais, as menos privilegiadas. Pouco sabem ler, têm carências financeiras, a sua prioridade não é de todo consumir imprensa e os media têm a noção de que este não é o seu público-alvo. Talvez por isto, se justifique o fraco tratamento e cobertura dados ao tema.

Na prática, trata-se de um assunto de interesse da maioria rural a ser tratado pela minoria urbana, que pouco ou nada sofre com a situação e que tomou decisões sobre o fim dos casamentos prematuros, as sucessões e a revisão da lei da família sem envolver as partes verdadeiramente interessadas.

Como é que se pode esperar que uma sociedade mude o seu comportamento quando as leis são criadas e aprovadas sem que ela própria seja envolvida e convidada a participar? Pior, uma sociedade que só saberá que violou a lei, quando as autoridades actuarem? Onde está a eficácia desta Lei? Será que neste caso a ignorância da Lei não iliba o infractor?

É que, quando se trata de tradições há sempre uma grande relutância para alterar alguma característica e muito mais quando é para a abolir. Da mesma forma, o jornalismo ainda tem dificuldade para assumir os desafios colocados pelo seu novo estatuto profissional

Se o jornalismo é o reflexo do regime político praticado no país, com a democracia pluralista, é clara a existência de pelo menos dois tipos de jornalismo em Moçambique. O jornalismo estatal e o independente (mas que precisa de ser sustentado pela publicidade do estado).

Desta forma, olhando para o jornalismo estatal em Moçambique, pode-se dizer que não houve as mudanças expectáveis numa democracia e muito menos uma ruptura com a forma politizada de produção e difusão de conteúdos da era do regime do partido único em que o jornalista não perguntava, apenas reproduzia o que lhe era dado pelas fontes oficiais. À propaganda política e ao culto à FRELIMO, uma vez em democracia, junta-se uma campanha eleitoral permanente.

Se alguma vez o jornalismo estatal irá mudar a sua postura, só o saberemos quando houver alternância no governo. Aí teremos a oportunidade de ver a outra face do jornalismo neste “campo de batalha” que é Moçambique.

O novo jornalismo (independente) tem tentado distanciar-se das notícias feitas para o governo. Veio para fazer diferente. Mas só os media financiados são capazes de dar autonomia aos jornalistas, fomentando a produção de conteúdos sem filtros, e, mesmo assim, sobreviver. Uma cobertura mais aprofundada da realidade das famílias moçambicanas, por exemplo, exigiria meios financeiros, para deslocação de jornalistas, mas muitos jornais não os têm.

Neste jornalismo, porém, o Presidente da República não é propriamente, o destaque “obrigatório”. Não há mensagens elogiosas ao governo e ao partido dominante nas notícias, nota-se uma preocupação por se incluir a sociedade no debate político. Mas não nos devemos esquecer que mesmo assim, estas empresas tem como donos, membros de longa data do partido dominante e, portanto, a informação é ponderada para não ferir a FRELIMO.

Já na imprensa estatal, como se pode verificar no Anexo ii, o Jornal *Notícias*, em 26 edições, apresenta 12 destaques de 1ª página de Filipe Jacinto Nyusi, quer na qualidade de Presidente da República, quer na de Presidente do partido

FRELIMO, o que na prática, se confunde como se de um único organismo se tratasse.

Nas peças noticiosas analisadas as fontes não são claras. No entanto, pelo facto dos eventos se terem realizado no Parlamento e pelo teor dos conteúdos, percebe-se que a notícia surgiu a partir de um comunicado.

Da análise que realizámos à imprensa moçambicana constatamos que a cobertura dos assuntos parlamentares está excessivamente dependente das fontes institucionais.

Acreditamos que se os jornalistas fossem treinados sobre as matérias em discussão no parlamento, se se sentissem respeitados no interior da “casa do povo” e se soubessem como explorar e desenvolver os assuntos, a cobertura poderia ser mais alargada e a informação mais rica, profunda e detalhada.

Note-se que o Parlamento tem um sítio online, com informação desactualizada. Possui apenas alguma informação datada de 2016. Em termos de consulta é paupérrimo: não tem as actas das sessões parlamentares, nem sequer os comunicados e a informação que apresenta está incompleta ou em falta. Não é possível saber o nome dos deputados que já passaram pelo Parlamento, entre outros aspectos. É por isso uma ferramenta sem qualquer utilidade, que apresenta uma série de constrangimentos no acesso à informação⁶¹.

Por outro lado, o sítio da CNE não tem a informação, pelo menos acessível, sobre quantos partidos estavam inscritos nas eleições de 1994. É muito comum tentarmos procurar informação nas fontes oficiais e não encontrar nada. Por exemplo, o arquivo nacional está encerrado para limpezas há 2 meses, sem data prevista para reabrir.

Aquando do debate sobre a revisão da Lei da família, Lei das sucessões e Lei sobre os casamentos prematuros, percebemos a forma como os media analisados hierarquizam os assuntos. Nos estatais, a prioridade foi sempre a exaltação dos assuntos governamentais e do partido maioritário.

O jornal *Notícias* (ver Anexo ii dos dias 22 de Abril, p.6, e 29 de Abril, p.3) revelou sensibilidade sobre o tema casamentos prematuros, mas não conseguiu “agitar” a sociedade e não fez “barulho” sobre o assunto, porque as peças foram feitas, como se de mais uma se tratasse, em vez de se procurar fazer a ponte com o que se debatia no Parlamento em relação ao fim dos casamentos prematuros. Não houve intervenção das comunidades, apenas de estudantes duma escola, que

⁶¹<http://www.parlamento.mz/index.php/processo-legislativo/que-deram-entrada>

apesar de afastada da cidade, faz parte da Província de Maputo, ou seja, muito próxima da capital do país.

Foi mais um caso de cidade do que rural, que é onde a informação devia ter sido mais difundida. Não nos podemos esquecer que a imprensa escrita é o meio de comunicação mais elitista, de maneira que a televisão e rádio terão de fazer a sua parte para conseguirem que a informação chegue ao seu destino.

Foi mais noticiado o debate Parlamentar sobre as acções do Governo, do que o que sobre as medidas capazes de melhorar a realidade social. E não houve sequer uma entrevista a uma vítima de um casamento prematuro.

As comunidades, os Pais de menores casados ou prestes a casarem-se, os professores das zonas rurais onde esta realidade se passa, os hospitais que assistem aos partos de menores, os polícias que ouvem as comunidades, os líderes comunitários que vivem perto dos menores e que são muito influentes, não foram ouvidos e apenas vimos fotos do Parlamento com deputados confortavelmente sentados no ar condicionado, a tratar de um assunto delicado. Um assunto que até poderá não surtir qualquer efeito, uma vez que não basta mudar ou criar uma lei no papel, para que seja implementada. Ainda mais num País com um alto grau de analfabetismo e um forte respeito pelas tradições. Primeiro será preciso mudar as mentalidades.

Os media estatais não acrescentam valor à notícia. São jornais fiéis ao sistema, daí que não se deva esperar uma postura diferente: apática, fechada, de subserviência, de prestação de um serviço, sem questões, do trabalho feito, do fim do mês garantido, para não causar problemas ao “patrão”. Isto é, o jornalista integra-se no perfil do seu patrão.

Quando, em jornalismo, se trabalha para o estado, não há trabalho individual. O trabalho é colectivo, daí que as peças não sejam normalmente assinadas. Não há o protagonismo individual do jornalista interno. Apenas os correspondentes assinam as suas peças. Os assuntos do governo são o destaque da primeira página e a oposição só aparece no interior do jornal.

Se quisermos a contribuição dos media no parlamento, para o processo de democratização, estes terão de saber o que vão lá fazer e o papel que deles se espera. E terão de se impor para poder falar com os deputados que entenderem e não apenas com os nomeados pelos partidos.

A imprensa independente será fundamental neste processo, uma vez que na estatal, a informação é intencional, limitada, sem contraditório e sem dados novos.

As várias realidades sociais têm algum protagonismo no jornal regional *Diário de Moçambique* e, por vezes, em *O País*. E pouco mais.

Quando a agenda do parlamento não versa os assuntos da sociedade civil, o jornal *O País* apresenta uma cobertura limitada dos temas.

No semanário *Savana* o governo e o seu partido, simplesmente não têm voz, nem sequer para se defender. Ou porque não quer ou porque não tem oportunidade, não se sabe. Mas também pode ser devido ao facto de haver uma ideia instalada de que quem fala mal do governo não tem credibilidade.

Mas não é com certeza por falta de oportunidade, uma vez que não tem uma agenda previsível, como os outros jornais, que recebem os comunicados e vão às conferências de imprensa e que, por serem diários, publicam as notícias rapidamente com ou sem valor acrescentado. O *Savana*, por ser um semanário, tem a vantagem de se poder debruçar sobre a notícia ao longo da semana, isto é, com tempo.

Se os media não se sentem livres para fazer jornalismo, a sociedade também não o é, uma vez que consome apenas uma face da moeda.

O processo para democratização dos media, encrava logo nos difusores de informação, que são os jornalistas, muito antes de chegar à sociedade. Os media independentes acabam por ser a voz dos media estatais.

E é por tudo isto, que os media moçambicanos analisados não trataram os assuntos do parlamento estudados (Lei dos casamentos prematuros, das sucessões e a revisão da lei da família) com sabedoria, com uma cobertura mais aprofundada e com sensibilização cívica. Assim, tal como a democracia é o resultado de uma pressão internacional, esta proposta de lei que se arrastava há muitos anos, também poderá ter sido o resultado de uma agenda internacional uma vez que, foi reportado na imprensa como se de mais um assunto “banal” se tratasse. Dá a ideia de que estas leis “caíram de pára-quedas” e que nem os jornalistas tiveram a capacidade de perceber a importância que tinham.

Tudo indica que as fontes não oficiais ou não institucionais não contam, pelo menos para tratar os assuntos sobre o parlamento. O debate dos casamentos prematuros, a lei da família e a herança em casais não casados, acabou por sofrer algum atraso porque entretanto se meteu o informe anual da Procuradoria-Geral da República e a reunião do comité central da FRELIMO. Um assunto muito politizado, que só mais tarde, e já fora do âmbito do nosso caso de estudo, a 26 de Julho, ganhou destaque na página 2, na secção de sociedade, com depoimentos de Benilde Nhalevilo, da CECAP, organização da sociedade civil, que referiu, numa entrevista dada no dia da aprovação da lei no Parlamento que “ estamos a falar do compromisso legal e o Estado não pode pactuar com estas situações de uniões com menores”.

A análise de como é que os media de imprensa moçambicanos tratam os assuntos da Lei sobre os casamentos prematuros, das sucessões e de revisão da

Lei da família, mostrou-nos que o tipo de cobertura jornalística de casos sociais foi pobre em reportagens, em recurso a fontes não oficiais, como as “Organizações Não Governamentais” e em fotos de pessoas comuns da sociedade, entre outras.

Talvez por razões financeiras, que no caso das reportagens evidenciaram uma total ausência das vozes do interior rural, as directamente envolvidas nas práticas, podemos concluir uma notória falta de jornalismo de profundidade.

8. CONCLUSÃO GERAL

Propus-me neste trabalho, ajudar à compreensão da actividade jornalística em Moçambique procurando entender a estreita relação entre o processo, nem sempre claro, de afirmação de princípios democráticos e a renovação do jornalismo. Comecei por valorizar o fim da “guerra fria” e o impacto deste novo quadro internacional no regime moçambicano (capítulo 2). Como vimos, o governo da FRELIMO entrou num novo ciclo político, procurou pôr termo a uma guerra civil de 16 anos e preparou-se para abandonar o modelo político e económico socialista de influência soviética, procedendo à adopção de um novo modelo de democracia liberal.

Em paralelo, dei conta (no capítulo 3) como Moçambique se manteve um dos países mais pobres do mundo. Não obstante chamei à atenção como os aspectos demográficos, económicos, sociais e culturais são difíceis de caracterizar, desde logo porque faltam estudos e os dados oficiais nem sempre coincidem com os dos organismos internacionais.

Salientei, porém, como a maior fatia populacional está distribuída pelas zonas rurais. É lá onde falta de tudo um pouco, especialmente escolas e ensino continuado. É lá também onde as tradições africanas se sobrepõem à legislação. A título de exemplo, é normal uma menina crescer, não ir à escola ou ter de interromper os estudos, casar-se, ter filhos e nunca trabalhar fora de casa.

Os dados estatísticos são deficitários e os números estão instrumentalizados, mas todos apontam para uma taxa de analfabetismo que atinge os 39% da população e afecta mais as mulheres do que homens. A língua portuguesa, que é a oficial, é tida como um obstáculo no ensino, pela dificuldade que cria à comunicação entre o professor e o aluno e pela desmotivação que causa. As línguas nacionais são muito fortes no seio das famílias rurais.

Dei conta como a rádio e a televisão são os meios de comunicação mais consumidos, colocando a imprensa escrita no fim da linha, uma vez que esta exige ao consumidor capacidades de leitura e condições financeiras para a sua aquisição, num país onde a garantia de comida à mesa ainda é um desafio diário (capítulo 4).

Referi como, após a independência, se criaram elos de forte dependência e instrumentalização política entre o jornalismo e o regime monolítico, visível na exigida militância no partido FRELIMO e na transferência de cargos políticos e jornalísticos. Esta falta de autonomia afectou a recolha e o tratamento da notícia, incentivando rotinas que se limitavam à recolha de depoimentos dos protagonistas do poder, desincentivando e até punindo quem questionasse. A valorização das fontes oficiais, o condicionamento da investigação, o desincentivo à busca do contraditório tenderam a imperar. Institui-se um jornalismo opaco e adormecido, um jornalismo sem vontade e condições para pensar, apenas vocacionado para reproduzir o que lhe era transmitido. O jornalismo na era pós-independência estava ao serviço do partido FRELIMO (capítulo 5).

A nova constituição, a abertura política a algum pluralismo terá permitido o surgimento de novos jornais, rádios e televisões independentes. No entanto, concentradas em Maputo, direccionadas para uma elite, com um público restrito, mas com poucos meios de se autonomizar financeiramente. Desde logo por o mercado publicitário ser reduzido e as ajudas se manterem fortemente politizadas (Capítulo 6).

Ao longo do meu trabalho alertei para as dificuldades para implementar uma democracia pluralista e inclusiva em Moçambique, encontrando-se o país num processo de transição democrática, cujos contornos estão ainda por estudar, dada a forte influência que o poder político exerce sobre a actividade jornalística. Propus-me, por isso, através deste Estudo de Caso, analisar o tratamento jornalístico dado por alguns órgãos de imprensa diária moçambicana à divulgação e disponibilização no espaço público, de um projecto lei sobre os casamentos prematuros, sucessões e a revisão da lei da família debatida no Parlamento. O corpus desta análise recaiu em quatro títulos da imprensa escrita moçambicana: três diários, Jornal Notícias, Diário de Moçambique e O País e um semanário, o Savana.

Comecei por analisar as notícias publicadas sobre todos os assuntos do parlamento e percebi que os jornais diários dependem da agenda política para alimentarem as suas páginas, enquanto que os jornalistas reportam as notícias com base nos comunicados de imprensa e nas fontes oficiais e governamentais.

No jornal *Notícias*, ficou clara a sua inclinação, político-partidária à FRELIMO. O jornal dá o mesmo tratamento ao Presidente da República, quer esteja a desempenhar funções de Presidente do país, quer as de Presidente do partido FRELIMO, denunciando assim que as marcas do regime monolítico ainda subsistem. Inclusivamente, parece que este periódico está em campanha eleitoral permanente pela FRELIMO uma vez que é rara a notícia do Parlamento sem uma foto de um

governante ou deputado da FRELIMO. As notícias da oposição nunca são destaque de primeira página e as que têm foto, surgem sempre na metade inferior das páginas. Os assuntos menos favoráveis à imagem da oposição são desenvolvidos em várias edições e são quase sempre sustentados por depoimentos de destacados membros da FRELIMO. Mesmo em notícias sobre a sociedade, como nas dos ciclones IDAI e Kenneth, o destaque é dado ao Presidente e ao seu Governo, dando a ideia que só o Governo e o Presidente é que trabalham. Os jornalistas não possuem autonomia e responsabilidade, as suas peças não são assinadas, ao que tudo indica por serem tidas como propriedade da redacção.

O jornal dá pouca atenção a outros aspectos, como os da sociedade e cultura, tendendo a não os destacar na primeira página.

Por outro lado, nos jornais independentes, obtém-se mais e melhor informação, tendo estes a preocupação de incluir o contraditório nas notícias. Apesar de limitados no número de profissionais, conseguem procurar mais informação em diferentes fontes, entenda-se pessoas e organismos da sociedade civil, e não apenas em instituições oficiais.

Nestes jornais, que para além das vendas se sustentam com publicidade, é preocupante a possibilidade de não caíndo nas “graças” do governo, os periódicos correrem o risco dos seus clientes de publicidade os evitarem também. Mas esta é uma dimensão de análise muito difícil de fazer com os dados que dispomos. Tal como falta transparência nas contas do Estado também pouco sabemos sobre a vida financeira dos órgãos de comunicação, isto é, qual o grau de autonomia ou dependência destes.

Da análise de como é que os media de imprensa moçambicanos trataram os assuntos da Lei sobre os casamentos prematuros, das sucessões e de revisão da Lei da família, mostrou-nos que o tipo de cobertura jornalística de casos sociais foi pobre, mal enquadrado, mas aprofundado nos nossos jornais. Pouca recolha de depoimentos, de reportagens, de entrevistas, que integrem a os distintos protagonistas que uma discussão de um projecto lei desta natureza, exigiria. Pais, mãos, jovens mãos, pessoal da área da saúde, organizações não-governamentais, autoridades tradicionais, etc., estão ausentes, nestes jornais. Não obstante, todos eles estarem implicados no sucesso da implementação da nova lei. O Diário de Moçambique explicou a importância de discutir este projecto lei junto da sociedade civil, mas não o fez. O País deu-lhe um enquadramento informativo relevante, com dados estatísticos, mas não ouviu outras vozes. O Jornal de Notícias apresentou algumas peças sobre casamentos prematuros mas sem fazer a ponte com o debate que decorria no Parlamento. As partes mais expostas, os menores e as partes

incentivadoras do acto, os Pais, os tutores e os líderes comunitários, entre outros, nunca foram “tidos nem achados” para apresentar a sua opinião sobre o assunto. Esta ausência pode recair em razões financeiras, que no caso das reportagens evidenciaram uma total ausência das vozes do interior rural, os sectores mais envolvidos nas práticas que a nova lei condena.

O jornal Savana, nem tratou o assunto. Facto que nos levou a confrontar o Editor Executivo, Francisco Carmona, para perceber o porquê da ausência no Savana dos assuntos sociais debatidos no parlamento. Disse-nos o editor executivo que a sua redacção é pequena e pouco elástica, tendo no Parlamento apenas um jornalista destacado, que não consegue cobrir todos os assuntos. Seja como for, fica a ideia de que a ausência deste tema no Savana, teve mais a ver com a descrença na sua implementação devido à sua complexidade.

Mas às questões financeiras devemos juntar outra questão: será que todos os envolvidos no debate da proposta de lei e os próprios jornalistas, são isentos no tratamento do tema? Isto porque, as tradições, os rituais e os costumes são enraizados desde a mais tenra infância, não constituindo por isso estranheza, que continue a haver meninas a casar antes dos 18 anos e que a herança dos pais seja só para os filhos varões, entre outras.

E será que os intervenientes tiveram a maturidade necessária para perceber a importância de evitar que uma menina abandone os estudos, cresça como criança e decida casar, ou não?

Porque, vejamos, como se pode esperar que uma sociedade mude o seu comportamento quando as leis são criadas e aprovadas sem que ela própria seja envolvida e convidada a participar? É que, a propósito de tradições a relutância é grande, quando se pretende alterá-las e a resistência é maior quando se quer aboli-las.

Através do nosso caso de estudo foi possível constatar que o jornalismo escrito moçambicano, presente no nosso caso de estudo, está longe de ser autónomo e rigoroso. A presença de fontes oficiais em detrimento de outras fontes, bem como a tendência para excluir das peças jornalísticas a pluralidade étnica, linguística e política mantem-se como um traço de continuidade com o período do regime de partido único. O caso de estudo revela um jornalismo virado para uma elite, pouco sensível à diversidade e à necessidade de pôr os moçambicanos a debaterem no espaço público. Tudo aponta para a permanência de fortes estrangimentos políticos e, até, de instrumentalização política, que vai a par com uma forte presença do Estado, e dos seus representantes, nos vários media, reflectindo a tutela deste em várias outras áreas de actividade do país.

ANEXO i Inquérito



Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa

Os seguintes instrumentos de recolha de dados destinam-se à elaboração de uma tese de dissertação intitulada "O jornalismo no século XXI: o caso de Moçambique", no âmbito do Mestrado em jornalismo.

A sua colaboração para este estudo é indispensável, pelo que solicitamos que responda a todas as questões com a maior sinceridade.

Se o assim o entender, garantimos a total confidencialidade dos dados obtidos, bastando para tal que não se identifique.

Obrigada

Nome:

Idade:

Anos de serviço na área do jornalismo:

Como enveredou por esta área profissional?

Os conhecimentos escolares e as qualificações que detinha à entrada na profissão eram adequados às exigências da prática profissional?

Quantas horas trabalha por dia e por semana? Com horário fixo ou flexível?

Sente-se materialmente compensado pelo investimento nesta área profissional?

|

Que oportunidades de promoção tem na sua carreira?

Sente que o seu trabalho é conhecido e reconhecido (por colegas, por chefias, pela família, pelos amigos)?

De uma forma geral considera que a sociedade conhece e reconhece a profissão que desempenha?

Que competências/ características pessoais o ajudaram a ter mais sucesso no desempenho das suas funções?

O que gosta mais no seu trabalho? E o que gosta menos?

Pergunta A

Quais os maiores constrangimentos à liberdade de imprensa, que os jornalistas em Moçambique enfrentam?

Pergunta B

O que mudou na forma de fazer jornalismo, durante a actual era de regime democrático em Moçambique?

Pergunta C

Num belo dia a Ana editara as suas notícias tal como sempre o fizera. Mas no final da preparação do alinhamento do jornal, um colega aparece-lhe com o seguinte discurso:

"Recebi uma chamada com "ordens superiores" a mandar alterar a notícia X pela Y, AGORA!"

Sem que o autor da alegada "ordem superior" dê a cara, ela manda, sem que a Ana possa sequer saber se realmente existe.

Se a Ana não acatar a alegada ordem superior, sofrerá alguma consequência?

ANEXO ii Recolha de dados dos jornais

Jornal *Notícias* (22 Abril – 11 de Maio 2019)

A) O JORNAL *NOTÍCIAS* PUBLICOU AS SEGUINTE PEÇAS NOTICIOSAS RELATIVAS AO PROJECTO-LEI SOBRE OS CASAMENTOS PREMATUROS, DAS SUCESSÕES E DE REVISÃO DA LEI DA FAMÍLIA

- Dia 22 de Abril, página 1, Na secção das notícias breves: **“Comissão da AR propõe quadro jurídico contra casamentos prematuros”**.

Fotos: Zero

Depoimentos: Zero

- Dia 22 de Abril, página 6: **Falta de “secundário” incentiva casamentos prematuros.**

Fonte: Administradora do Distrito de Malema, Maria Zutine. Estudos feitos por organizações não-governamentais.

Fotos: Zero

Depoimentos: Maria Zutine, Administradora do Distrito de Malema.

Notícia na íntegra:

A falta de ensino primário do segundo grau e secundário nas zonas rurais do distrito de Malema, província de Nampula, é uma das causas dos casamentos prematuros envolvendo grande parte das raparigas que concluem o ensino primário.

A Administradora do distrito, Maria Zutine, descreveu como preocupante a situação dos casamentos prematuros e explica que muitas meninas estudam até 5ª classe e, não tendo possibilidade de prosseguir com os estudos, optam pelo casamento.

“Temos vindo a elevar algumas escolas do EP1 para o EP2, para que as meninas prossigam pelo menos até à 7ª classe, mas isso não basta, é preciso que tenhamos o ensino o ensino secundário nas zonas rurais” explicou.

Acrescentou que o outro constrangimento é a falta de condições financeiras dos pais e encarregados de educação para colocar os seus educandos em escolas com internato. As autoridades administrativas de Malema e organizações não-governamentais têm sensibilizado sobre a necessidade de prevenção e combate aos casamentos prematuros, trabalho que conta com o envolvimento dos líderes comunitários.

Estudos feitos por algumas organizações não – governamentais apontam que a província de Nampula apresenta o maior índice de casamentos prematuros no país, com uma taxa de 60 por cento. Os mesmos dados apontam que duas em dez raparigas na província de Nampula se casam antes dos 18 anos de idade, principalmente nas zonas rurais nestas zonas, a maior parte é obrigada a contrair matrimónio com homens mais velhos, principalmente quando estes têm posses.

Página 9 do mesmo dia:

“Comissão da AR propõe quadro jurídico contra casamentos prematuros”

Fonte: *Parlamento*

Fotos: *uma (foto geral da comissão dos assuntos constitucionais, direitos humanos e de legalidade da Assembleia da República)*

Depoimentos: *Edson Macuácuca – Presidente da comissão dos assuntos constitucionais, direitos humanos e de legalidade da Assembleia da República*

Notícia na íntegra:

A comissão dos assuntos constitucionais, direitos humanos e de legalidade da Assembleia da República entende que se deve estabelecer um quadro jurídico para interditar os casamentos prematuros, de modo a permitir que a rapariga tenha espaço de se formar e participar no desenvolvimento do país. Segundo o presidente da comissão, Edson Macuácuca, que falava semana passada em Maputo, é necessário que respeite a idade maior necessária para o casamento entre um homem e uma mulher, quando os dois estiverem preparados para o relacionamento. Este parecer enquadra-se na revisão da lei dos casamentos prematuros que está em discussão na comissão, estando ainda a ser apreciadas as leis das sucessões e de revisão da lei da família.

Macuácuca reconheceu que a interdição dos casamentos prematuros vai entrar em choque com as realidades culturais existentes no país, mas explicou que as leis, nalgum momento, podem entrar em choque com determinadas práticas que se mostrarem prejudiciais à própria sociedade.

Sublinhou que os casamentos prematuros são uma prática social nociva e, como em qualquer outra sociedade existem práticas boas e negativas e negativas no nosso país. Indicou que as leis, quando são aprovadas, visam proteger as práticas positivas e corrigir as negativas que prejudicam a sociedade.

Referiu que as práticas negativas ocorrem em todo o país devido a vários factores, desde culturais, sociais e económicos, facto que prejudica o crescimento da rapariga, que é forçada a juntar-se a um homem antes do tempo.

Sobre a revisão da lei da família, Edson Macuácuá entende que se deve estabelecer um valor jurídico às uniões de facto para que tenham os efeitos jurídicos e materiais necessários para que protejam os direitos da família e da mulher, em particular. Disse ainda que muitos moçambicanos vivem em situação de união de facto em que a mulher é a mais penalizada por falta de reconhecimento jurídico da relação. Durante a análise, a comissão vai tomar em consideração as questões culturais, uma vez que se pretende ter uma lei harmoniosa, que proteja a mulher, jovem e a família.

Explicou ainda que é uma lei criada num contexto em que Moçambique estabelece equilíbrio de géneros, equidade e empoderamento da mulher, admitindo-se que haja uma discriminação positiva para restabelecer uma ordem social que se pretende construir.

Macuácuá defendeu que a lei da família não deve ser vista como feminista ou no sentido negativo, mas sim que resolva uma situação concreta e materialize o princípio de igualdade entre homem e mulher, acrescentando que a revisão das leis visa ajustar a realidade moçambicana.

Organizações da sociedade civil mostram-se preocupadas com a falta de leis que protegem o adolescente, em geral, e a rapariga, em particular.

Estas acreditam que proteger a rapariga é contribuir para o empoderamento da família, espaço privilegiado para criar, desenvolver e consolidar a personalidade dos seus membros, cultivando os valores mais nobres da sociedade.

- No dia 29 de Abril não houve actividade Parlamentar. No entanto o jornal elaborou uma reportagem sobre os casamentos prematuros.

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página.*

Página 3, secção Cidade de Maputo: **“Activistas vão sensibilizar contra casamentos prematuros”**

Fonte: Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC)

Fotos: Uma (foto de Silvana Nhaca da ROSC)

Depoimentos: Silvana Nhaca em nome da ROSC

Notícia na íntegra:

O envolvimento dos adolescentes na erradicação dos “casamentos prematuros” é visto pelo Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC), como forma de valorizar e dar voz a esta camada para expressar os sentimentos em relação a esta problemática.

Para o efeito, 300 jovens de idades compreendidas entre 14 e 17 anos foram formados recentemente, numa acção que envolveu adolescentes de Maputo, Sofala e Nampula.

Em Maputo, os beneficiários foram da Escola Secundária do Boquisso.

Segundo Silvana Nhaca, da ROSC, pretende-se que estes alunos disseminem mensagens de prevenção de gravidezes na escola, nos cantinhos de aconselhamento criados nos estabelecimentos e nas comunidades onde o casamento prematuro é visto como factor cultural.

“Enquanto na cidade, a menina engravida e acaba por se unir ao parceiro, nas zonas rurais, as adolescentes são dadas em casamento e por nunca terem ouvido falar sobre métodos de contracepção, ficam vulneráveis a gravidez e a todos os riscos associados”, conta.

Acrescentou que as crianças por si só não podem sensibilizar a comunidade a respeitar os seus direitos, pois defender que, ao invés de ir lar ao lar, a menina deve estudar, mesmo com as adversidades existentes, pode ser visto como uma afronta.

“Por isso, formamos grupos para travar juntos esta luta” indicou. Com esta actividade, a ROSC espera dar ênfase ao lema “Nós estamos livres dos casamentos prematuros” adoptado para a campanha.

Página 3: **“Rapariga mais vulnerável”**

Fonte: Associação Jovem Para Jovem - AJPJ

Fotos: Uma (foto de Salomé Sueia – estudante e activista)

Depoimentos: Salomé Sueia - Activista

Quando se fala de gravidezes precoces, a rapariga é, sem dúvida, a sofre mais as consequências, mesmo que futuro pai seja da mesma faixa etária.

O facto é que os eu corpo não está preparado para uma gestação, pelo que evitar a concepção pode ser uma via para garantir que, futuramente, constitua uma família saudável e tenha oportunidade de a oferecer melhores condições.

Salomé Sueia, 15 anos de idade, activista e aluna da 11ª classe na Escola Secundária do Boquisso, província de Maputo, apontou que através do debate pode entender os vários factores que levam os adolescentes a engravidar e a casar prematuramente. “Muitos jovens já têm a vida sexual activa, mas a família não sabe desta realidade, pois falta abertura de ambas as partes, por isso é que acabam por ficar expostos às doenças de transmissão sexual bem como as gravidezes precoces”, indicou.

Revelou que há pais que ao aperceberem-se da gravidez tendem a expulsar a rapariga de casa, não restando a esta outra alternativa senão unir-se ao seu parceiro ou namorado.

“As informações que colhemos são muito importantes, pois os casamentos prematuros acontecem em todo o país, não só nas zonas recônditas, mas também nas cidades. Nós, como adolescentes, devemos nos posicionar para travar este mal”, realçou.

Segundo a adolescente, doravante terá uma nova forma de se expressar perante os seus colegas para transmitir-lhes mensagens sobre a importância de procurar os serviços de apoio, tendo em conta que mais adolescentes da escola foram formados como activistas defensores dos seus direitos.

Sueia referiu que desde que a AJPJ está a trabalhar na “Secundária de Boquisso” houve uma redução significativa de gravidezes. Por sua vez, Sebastião Fabião, 15 anos de idade, estudante da 10ª classe, percebe que os casamentos prematuros propiciam a perda de oportunidade de um futuro melhor para qualquer adolescente.

Acredita que a abstinência sexual seja a melhor forma de se prevenir de situações que possam prejudicar o futuro dos adolescentes. “Não estamos na idade praticar sexo, pois somos ainda pequenos e temos o futuro pela frente para decidir quando e com quem queremos nos envolver”, disse.

B) O JORNAL NOTÍCIAS PUBLICOU AS SEGUINTE PEÇAS NOTICIOSAS SOBRE OUTROS ASSUNTOS PARLAMENTARES

- 22 de Abril, página 9, secção de política, com o título: **“Ministro da Defesa ouvido no parlamento”**

Notícia longa, sem depoimentos, com uma foto de militares em marcha.

Fonte: um comunicado que provavelmente é do Parlamento uma vez que este envia comunicados de imprensa às redacções sobre a agenda do dia. A nossa dedução é reforçada quando no desenvolvimento da notícia mais se informa que “ainda hoje na Assembleia da República, a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade reúne-se para prosseguir com a apreciação dos projectos de lei sobre os casamentos prematuros, das sucessões e de revisão da Lei da Família”. Estas informações não seriam disponibilizadas pelo gabinete de imprensa do Ministério do Interior.

A lei dos casamentos surge aqui numa breve nota.

Peça sem autoria.

Fotos: uma (foto de militares alinhados)

Depoimentos: zero

- 23 de Abril, primeira página, com o título: **“Aquisição de armamento só com aval do Parlamento”**

Fonte: comunicado do Parlamento e provavelmente também do Ministério da Defesa Nacional.

Fotos: Uma (foto do Ministro da Defesa Nacional).

Depoimentos: Zero

Peça sem autoria e de tamanho pequeno.

Trata-se de uma notícia estratégica para a campanha eleitoral. Desde quando é que, em Moçambique, se prescinde de fazer adjudicação directa num processo de aquisição? Uma notícia para tentar passar a ideia de transparência na aquisição de armamento anunciada como uma ideia heróica. É uma notícia tendenciosa. Uma peça com destaque na primeira página.

Peça acompanhada por uma foto grande que transmite uma imagem positiva do actual Ministro da Defesa.

Na página 9 da mesma edição, na secção de política, com o título **“Mar e pescas poderá ser integrado no CNDS”**.

Fonte: Ministério da Defesa Nacional

Fotos: Uma (foto do ministro da defesa nacional ao lado de Jerónimo Malagueta, Presidente da Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Pública do Parlamento e deputado da RENAMO)

Depoimentos: de Jerónimo Malagueta e de Atanásio M'tumuke, Ministro da Defesa Nacional.

Peça acompanhada novamente por uma foto, em tamanho grande, do Ministro da Defesa Nacional, Atanásio M'tumuke ao lado de Jerónimo Malagueta, Presidente da Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Pública do Parlamento.

Peça não assinada ocupando cerca de ¼ de página.

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página*

- 24 de Abril, na primeira página, com o título: **“PGR no Parlamento para informe anual”**.

Fonte: Procuradoria-Geral da República.

Fotos: Zero

Depoimentos: Zero

Notícia elaborada com base no relatório da Procuradoria-Geral da República relativo ao informe anual.

Notícia breve não assinada.

Página 8, secção de política, com o título; **“PGR queixa-se da morosidade na disponibilização de informação”**.

Fonte: Relatório da Procuradoria-Geral da República

Fotos: Uma [uma foto da Procuradora Geral da República (PGR), Beatriz Buchili]

Depoimentos: Procuradoria-Geral da República

Peça longa, ocupando toda a página.

Peça não assinada.

O jornalista usou a sua criatividade para subdividir os assuntos, na mesma página, de forma a não cansar o leitor e a não tornar o relatório maçudo. O artigo não tem intervenções.

Na página 9 da mesma edição, com o título: **“Bancada quer informações detalhadas sobre ataques”**, referindo-se à bancada da FRELIMO, embora o leitor só o perceba ao ler a peça toda.

Peça com uma foto de deputados descontraídos no Parlamento.

Fonte: Bancada da FRELIMO.

Fotos: Uma (foto com parte de deputados da bancada da FRELIMO).

Depoimentos: Edmundo Galiza Matos Júnior, porta-voz da bancada parlamentar da FRELIMO.

Esta notícia é relativa aos ataques armados por homens não identificados que matam as populações, queimam aldeias, instauram o terror no seio das comunidades de Cabo Delgado e a bancada em causa é a da FRELIMO.

Observação: O jornalista assume que é a bancada maioritária, da mesma forma que o jornal se refere à FRELIMO denominando-a por AR e também chama de Bancada quando se refere à FRELIMO, como se fosse a única legítima ou a única existente. O leitor parece dever saber que o Partido é só um: a FRELIMO. Uma forma pouco feliz de desvalorizar os outros partidos com assento na AR por omitir as outras bancadas, dando a ideia de que se voltou atrás ao tempo do partido único.

- 25 de Abril, na primeira página, o destaque sobre o Parlamento com título: **“Desajustes da lei condicionam eficácia de combate ao crime”**.

Fonte: Procuradora Geral da República.

Esta forma de disponibilizar informação aos jornalistas barra a hipótese de se lhe pedir uma entrevista pois ela não dirá mais nada para além do que está escrito.

Fotos: Uma (foto da Procuradora Geral da República, Beatriz Buchili)

Depoimentos: Procuradora Geral da República.

Peça curta e sem a assinatura do autor.

Peça sobre as palavras da PGR no informe anual do relatório de justiça.

Na página 8, da mesma edição, na secção de política, o Parlamento foi destacado com o título: **“AR recomenda mais meios para a justiça”**.

Fonte: Trata-se de uma peça rara com depoimentos das três bancadas parlamentares que apresentam as suas posições em relação ao informe da PGR no Parlamento: Silvério Ronguana do MDM, António Muchanga da RENAMO e Francisco Mucanheia da FRELIMO são os intervenientes.

Trata-se de um assunto que se desenvolve por vários dias permitindo reportar

na íntegra o relatório da PGR, sugerindo que a AR tem o hábito de dar seguimento aos assuntos.

Fotos: 4 fotos (Uma foto geral da plenária da Assembleia da República e 3 fotos de três deputados da três bancadas parlamentares).

Depoimentos: Silvério Ronguana do MDM, António Muchanga da RENAMO e Francisco Mucanheia da FRELIMO.

Notícia longa.

Na página 8 da mesma edição, continua com mais um artigo do Parlamento com o seguinte título: **“Chefe da Bancada do MDM ouvido em sede de comissão sobre o deputado Ricardo Tomás”**.

Esta notícia relata a exigência da perda de mandato do deputado Ricardo Tomás (MDM) acusado de se ter filiado ao Partido RENAMO nas eleições autárquicas de 2018.

Fonte: Movimento Democrático de Moçambique (MDM)

Fotos: Uma (Lutero Simango, Chefe da Bancada Parlamentar do MDM).

Depoimentos: Lutero Simango, Chefe da Bancada Parlamentar do MDM e de Edmundo Macuácuá, Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade.

Notícia curta e com foto.

A 1ª página não tem uma foto de destaque do PR, mas o título de abertura realça a sua imagem: **“Presidente Chinês confiante na liderança de Filipe Nyusi”**.

- 26 de Abril, na página 9, com o título: **“Processo instruído nos EUA não satisfaz justiça nacional”**.

Fonte: Relatório da PGR e as notas tiradas pelo jornalista durante a sessão.

Fotos: Uma (foto da PGR – Beatriz Buchili)

Depoimentos: zero

Peça pequena.

Uma notícia retirada dos depoimentos da PGR, Beatriz Buchili, no Parlamento, relativa ao assunto das “dívidas ocultas”.

As denominadas “dívidas ocultas” de Moçambique são “um esquema de corrupção de venda de navios da Privinvest, a preços inflacionados, a três empresas estatais Moçambicanas de forma a conspirar para acumular investimento estrangeiro fraudulento, em empréstimos ilegais no valor de mais de dois mil milhões de dólares, que ficaram na dívida pública Moçambique, daí

chamadas dívidas ocultas”⁶².

27 de Abril, página 8, com o título: **“Colaboração de outros Países é fundamental”** – sobre as dívidas ocultas.

Fonte: Bancada parlamentar da FRELIMO.

Foto: Galiza Matos Júnior (porta voz da FRELIMO).

Depoimentos: Galiza Matos Júnior (porta voz da FRELIMO).

Notícia curta.

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página.*

- O dia 28 de Abril foi um Domingo e o jornal não é publicado.

- 30 de Abril, na página 8, com o título: **“Comissão Parlamentar fala de fragilidades na implementação da lei”** sobre a conservação da biodiversidade.
Fonte: Fórum parlamentar para a conservação da natureza
 Notícia média com foto publicada no topo da página da secção de política.
 Notícia do fórum parlamentar para a conservação da natureza.
Fotos: Uma (foto de Francisco Mucanheia – Presidente da Comissão de Agricultura, Economia e Ambiente da AR,)
Depoimentos: Francisco Mucanheia – Presidente da Comissão de Agricultura, Economia e Ambiente da AR, durante uma conferência
Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página.*

- 2 de Maio, na página 8, na secção de política, com o título: **“Essa Mizé substitui Ossufo Momade na AR”**.
Fonte: Parlamento e Partido RENAMO
Foto: Uma (foto da deputada Essa Mizé da RENAMO)
Depoimentos: Ossufo Momade, Presidente da RENAMO; André Magibire, actual Secretário-geral da RENAMO.
 Notícia publicada na metade superior direita da página.

⁶² In <<https://www.cmjornal.pt/mundo/africa/detalhe/suspeito-de-esquema-de-corrupcao-das-dividas-ocultas-de-mocambique-pede-anulacao-total-da-acusacao-norte-americana>>

Apesar de destacada no título e no início da peça, a deputada Essa Mizé, que devia ser apresentada como sendo a substituta de Ossufo Momade, actual Presidente da RENAMO após a morte de Afonso Dhlakama, a verdade é que a peça acaba por falar mais e a desviar-se para Ossufo Momade e André Magibire, actual Secretário-geral daquele partido.

Mescla de assuntos.

Notícia curta.

Na página 8 da mesma edição, com o título: **“Ricardo Tomás defende-se hoje em sede da Comissão”**.

Fonte: Parlamento

Fotos: Uma (foto de Ricardo Tomás, deputado do MDM)

Depoimentos: Manuel Vasconcelos, Vice-Presidente dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da AR e de Lutero Simango, Chefe da bancada parlamentar do MDM.

A notícia refere-se a um deputado em funções no Parlamento pelo partido MDM e que é acusado de estar filiado na RENAMO e que por isso solicita-se a sua perda de mandato.

Notícia curta.

É uma notícia posicionada na metade inferior da página da secção de política.

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página.*

- 3 de Maio não houve notícias sobre o parlamento. O destaque de primeira página foi: **“O caminho é desenvolver sistemas integrados”**, uma notícia relacionada com a resolução de problemas originados pela falta de transportes públicos no país; **“Número de afectados pode atingir 300 mil”**; **“PM recomenda atenção às mudanças climáticas”** nos currícula do ensino superior.

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página.*

- 4 de Maio, na página 9, na secção de política com o título **“AR autoriza perdão das dívidas tributárias”**.

Fonte: Parlamento

Fotos: Uma (uma foto geral da plenária da Assembleia da República).

Depoimentos: Apesar das três bancadas terem votado em consenso, a notícia tem apenas o depoimento de Esperança Bias, Presidente da Comissão do Plano e Orçamento da AR.

Notícia longa.

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página e desta vez na qualidade de Presidente da FRELIMO.*

- 6 de Maio não houve Notícias sobre o parlamento. Em compensação os destaques de primeira página foram: **“Projecto imediato é vencer eleições”**, palavras do Presidente da FRELIMO que é, simultaneamente, o Presidente da República; **“Arranca semana de saúde em resposta à emergência”** a propósito do ciclone IDAI que assolou o país; **“UD Songo no comando”**; **“A província cresceu mas queremos ir mais longe”**, uma entrevista ao governador de Cabo Delgado, Júlio Parruque, em relação ao “aumento da vigilância contra os criminosos” daquela província.

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página.*

- 7 de Maio não houve notícias sobre o Parlamento. Os destaques de primeira página, foram: **“Gestores públicos têm dever de transparência”** recomendações do Presidente da República Filipe Nyusi; **“Plano de reabilitação concluído até Junho”** notícia relacionada com a reabilitação da linha férrea Beira-Machipanda; **“Confirmadas 43 mortes nas províncias afectadas”** pelo ciclone Kenneth.

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página.*

- 8 de Maio, na página 9, na secção política, com o título: **“AR aprecia hoje conta geral do estado”**.

Fonte: Parlamento.

Fotos: Uma (foto geral da plenária da Assembleia da República)

Depoimentos: De António Niquice, porta-voz do evento, que prestou depoimentos numa conferência de imprensa.

Notícia média, inserida na metade esquerda da página.

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de na primeira página numa breve nota.*

- 9 de Maio, na primeira página com o título: **“AR identifica lacunas mas reconhece avanços”**.

Fonte: Parlamento

Fotos: Zero

Depoimentos: Esperança Bias, Presidente da Comissão do Plano e Orçamento da AR.

Embora o título se refira à AR, na prática é uma notícia sobre a FRELIMO, uma vez que a oposição não é convidada a prestar declarações sobre o assunto.

“No debate suscitado ontem em sessão plenária, as três bancadas parlamentares divergiram na apreciação do documento, com o grupo maioritário “FRELIMO”, a defender a aprovação da conta e as duas bancadas da oposição, “RENAMO” e “MDM”, a apelar à reprovação do documento”.

Peça de média dimensão, posicionada na metade inferior da página da secção de política. O assunto é a Conta Geral do Estado.

Toda a peça é publicada na primeira página.

Na página 8, do mesmo dia, na secção de política, com o título **“FRELIMO acolhe conta do estado, RENAMO e MDM reprovam”**.

Fonte: Parlamento

Fotos: Três (três fotos de três deputados, das três bancadas parlamentares: Mateus Katupha, da FRELIMO, José Samo Gudo, da RENAMO e Armando Artur do MDM).

Depoimentos: Mateus Katupha, da FRELIMO, José Samo Gudo, da RENAMO e Armando Artur do MDM.

Todos eles com notícias sobre as suas intervenções em relação à conta geral do Estado.

No conjunto as três peças acabam por constituir uma notícia longa a ocupar toda a página.

Notícia posicionada na metade superior da página,

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página.*

- 10 de Maio, na página 9, na secção política, com o título: **“Prevalecem divergências à volta da conta geral do estado”**.

Fonte: Parlamento - Debate parlamentar

Fotos: Uma (foto de um grupo de deputados sem identificação partidária)

Depoimentos: bancadas da FRELIMO, RENAMO e MDM

Notícia curta com foto a ocupar um quarto de página (inferior).

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página.*

- 11 de Maio, na página 8, na secção de política, com o título: “**FRELIMO exorta para maior participação**” ao recenseamento eleitoral.

Fonte: Bancada parlamentar da FRELIMO

Fotos: Zero

Depoimentos: Mateus Katupha, deputado da FRELIMO e membro da Comissão Permanente do partido.

Notícia curta e posicionada a meio da página.

Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página*

Jornal O País (22 Abril - 11 de Maio 2019)

A) O JORNAL O PAÍS PUBLICOU AS SEGUINTE PEÇAS NOTICIOSAS RELATIVAS AO PROJECTO-LEI SOBRE OS CASAMENTOS PREMATUROS, DAS SUCESSÕES E DE REVISÃO DA LEI DA FAMÍLIA

- 23 de Abril, na primeira página, com o título: “**Proposta de lei reconhece união de facto para herança**”.

Notícia na íntegra: *A herança entre casais em união de facto pode ser regulada por lei. O Parlamento está a analisar um projecto que prevê, em caso de morte, que um dos cônjuges tenha direito à herança, mesmo que não tenha havido casamento.*

Fonte: Parlamento

Fotos: Zero

Notícia curta, posicionada a meio da página.

Na página 4 da mesma edição, na secção política, reporta o mesmo assunto embora já com novo título: “**Partilha de herança regulada por lei em relações**”

sem casamento”.

Fonte: Parlamento

Foto: uma (foto da Plenária da Assembleia da República)

Depoimentos: Edson Macuácuá, Presidente da 1ª Comissão do Parlamento, Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade
Um assunto de sociedade, submetido em 2014 e que só agora é discutido e aprovado.

Notícia longa em página inteira.

Notícia assinada por Amândio Borges.

O jornal destacou e priorizou a notícia do Parlamento relativa à sociedade⁶³

A notícia:

O projecto de lei das sucessões, em análise no Parlamento prevê que, em caso de morte de um dos cônjuges numa união de facto, a outra parte seja herdeira da herança com base na lei. Se não há descendentes (filhos), o homem ou mulher têm direito a 50% dos bens.

É pensando na família que o debate é trazido à superfície. *Várias são as famílias moçambicanas a viver em união de facto (relação matrimonial em que duas pessoas vivem juntas por mais de dois anos, sem que tenha havido casamento civil). E a vivência não tem sido pacífica, principalmente quando há morte e conseqüente partilha de bens. O projecto Lei das Sucessões (revisão do livro V do Código Civil, Direito das Sucessões) pretende sanar conflitos que têm havido nestas situações e está a ser discutido nas comissões especializadas da Assembleia da República.*

A submissão do projecto à Assembleia da República terá sido em 2014. Volvidos cinco anos, poderá atrair a atenção dos “mandatários do povo”.

O instrumento que regula a sucessão por morte foi submetido ao Parlamento já espelhando alterações relevantes quanto a eliminação de normas discriminatórias e contrárias aos princípios consagrados em instrumentos internacionais ratificados pelo Estado moçambicano, contendo normas que regulam o efeito sucessório a outras pessoas até agora não previstas nesta lei, em virtude do seu reconhecimento na lei da família.

No projecto de Lei das Sucessões, destaca-se no artigo 126 que “ na falta de descendentes e ascendentes é chamado à sucessão da totalidade da Herança o cônjuge ou companheiro da união de facto”.

⁶³ Ao contrário do que a notícia faz – uma vez que destaca todas acções do governo.

E no artigo 127, a proposta indica que” na falta de parentes em linha recta e do cônjuge e do cônjuge ou companheiro da união de facto, os irmãos e, representativamente, os descendentes destes são chamados à totalidade da herança.

Com a revisão da lei das sucessões, pretende-se reconhecer o valor jurídico da união de facto para efeitos sucessórios, de modo a que, quando um dos companheiros vivendo em união de facto morre, o outro possa ser chamado à sucessão e possa fazer parte dos que partilham dos bens do casal.

Outra inovação que será trazida como resultado desta revisão tem que ver com o tratamento discriminatório entre filhos e filhas, visto que se vem dando tratamento privilegiado aos filhos, em detrimento das filhas. Com a presente revisão, filhos e filhas passam a ter tratamento igual para efeitos sucessórios, não havendo uns que pelo seu género (masculino ou feminino) estejam em vantagem ou desvantagem.

“Na falta do cônjuge ou companheiro da união de facto e sendo um só filho, este tem direito a uma cota correspondente a 50% da herança e 75% se existirem 2 ou mais filhos”, refere a proposta de revisão da lei.

O instrumento traz, ainda, outra novidade quanto ao tratamento dos filhos tidos no casamento e os de fora do casamento, onde prevê tratamento igualitário.

“Havendo uns que eram privilegiados, tidos como filhos legítimos, com esta alteração, passa a não haver discriminação de filhos nascidos dentro e fora do casamento”, explicou Edson Macuácuca, Presidente da Primeira Comissão do Parlamento, a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade, detalhando que os filhos são chamados à sucessão e partilha do património em igualdade de circunstâncias de tratamento, independentemente do estado social dos seus Pais ou da situação em que tenham nascido. Edson Macuácuca diz ser uma revisão necessária, destacando nos seus argumentos a necessidade de adequar a lei das sucessões à realidade sociocultural Moçambicana, ao contexto constitucional e trazer mais justiça ao próprio processo de sucessão por morte.

“Na actual lei, os cônjuges são chamados em quarto lugar para o processo sucessório. Primeiro temos os filhos, depois temos ascendentes, temos os irmãos e por fim temos o casal. Isso é uma situação injusta, porque quem constitui o património é o casal. Quando um dos dois morre, naturalmente que o sobrevivente deve ser chamado na primeira linha para o processo sucessório.

Não se pode situar em quarto lugar, como actualmente acontece”, disse, por outro lado, Edson Macuácuá.

B) O JORNAL O PAÍS PUBLICOU AS SEGUINTE PEÇAS NOTICIOSAS SOBRE OUTROS ASSUNTOS PARLAMENTARES

- No dia 22 de Abril não houve notícias sobre o Parlamento.
- No dia 23 de Abril, na página 6, na secção política, com o título “**PGR sob escrutínio dos deputados esta 4ª e 5ª feira**”.

Fonte: Parlamento e Ministério Público

Fotos: uma (foto da PGR Beatriz Buchili no Parlamento)

Depoimentos: zero

Notícia posicionada a meio da página superior.

Notícia assinada por Emildo Sambo.

Na mesma página, é publicada a seguinte notícia para contrariar as desculpas da PGR relativamente às falhas da justiça: “**CIP aponta demora no julgamento de recursos como entrave no combate à corrupção**”.

Fonte: Centro de integridade pública (CIP).

Fotos: uma (com um martelo de juiz)

Depoimentos: CIP

A notícia, extraída de um artigo do Centro de Integridade Pública (CIP), aponta nomes de condenados da FRELIMO que ainda não estão a cumprir pena devido à morosidade do julgamento dos recursos e, também, refere a possibilidade de se poder converter a pena de prisão em pagamento de multa.

- 24 de Abril, na página 3, na secção de política, com o título: “**Bancadas parlamentares esperam informe realístico da PGR**”.

Fonte: Parlamento

Fotos: uma (foto da PGR Beatriz Buchilli destacada na metade superior da página)

Depoimentos: Mohamad Yassin, porta-voz da RENAMO, Fernando Bismarque, porta-voz do MDM e Galiza Matos Júnior, porta-voz da bancada parlamentar da FRELIMO.

Notícia média

Notícia assinada por José Macamo.

Na página 3 do mesmo dia, na secção política, com o título: **“MDM quer Ricardo Tomás fora do Parlamento”**.

Fonte: MDM e 1ª Comissão da Assembleia da República - a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade

Fotos: zero

Depoimentos: Lutero Simango, Chefe da bancada Parlamentar do MDM, Edson Macuáqua, Presidente da 1ª Comissão da Assembleia da República - a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade
Notícia curta, posicionada na metade inferior da página.

Notícia assinada por José Macamo.

- 25 de Abril, na primeira página, com o título **“Buchili aponta glórias e fraquezas do seu mandato”**.

Notícia de abertura, com foto da PGR, Beatriz Buchili.

Na página 4 da mesma edição, na secção de política, com o título: **“Buchili com missão (quase) cumprida”**.

Fonte: Notícia retirada do informe da Procuradoria-Geral da República

Fotos: Uma de meia página (da PGR, Beatriz Buchili)

Depoimentos: Zero

Notícia página inteira.

Notícia assinada por William Mapote.

De salientar que nesta peça o jornalista procura conduzir o leitor com a seguinte opinião: “Coincidência ou não, o facto é que no seu último informe, a tendência é a mesma. Mudam, apenas os factores de prova”.

Na página 5 do mesmo dia, com o título: **“Processo sobre dívidas ocultas ... menos oculto”**.

Fonte: Procuradora Geral da república no Parlamento

Fotos: Uma (da PGR, Beatriz Buchili)

Depoimentos: Zero

Notícia média apresentada em meia página superior.

Notícia assinada por William Mapote.

Nota do jornalista: “Com algumas repetições de informes anteriores pelo meio, Buchili leu o relatório destacando número de processos já instalados”,

desvalorizando assim a atenção a dar ao relatório.

Na página 6, ainda do dia 25 de Abril, na secção política, com o título **“Bancadas Parlamentares divergem quanto ao informe da PGR”**.

Fonte: As três bancadas parlamentares - MDM, RENAMO, FRELIMO

Fotos: 1 foto da Plenária da Assembleia da República e mais 3, de 3 deputados.

Depoimentos: António Muchanga – RENAMO; Silvério Ronguane – MDM; Francisco Mucanheia -FRELIMO

Notícia média, posicionada em meia página superior.

Notícia assinada por José Macamo.

O contraditório acontece nesta mesma página 6, num artigo com o título: **“Há indicação de que as coisas estão a ser levadas a sério”**.

Fonte: Bastonário da ordem dos advogados, Flávio Menete

Fotos: Uma (foto do Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, Flávio Menete)

Depoimentos: Flávio Menete, Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique e Isaque Chande, Provedor da Justiça)

O jornalista apresenta a opinião do Bastonário da Ordem dos Advogados, Flávio Menete. No entanto, curiosamente, o jornalista vê-se desconcertado por esperar um tipo de opinião que não veio a acontecer, uma vez que o Bastonário elogiou o relatório da PGR e mudou de discurso: **“foram abordados aspectos importantes de processos que interessam a todo o povo moçambicano”**. Isaque Chande, Provedor da Justiça, referiu que “o informe foi o mais exaustivo possível”.

- Nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de Abril e 1 e 2 de Maio não houve notícias sobre o Parlamento, talvez porque se tenha metido um fim-de-semana e um feriado ou até mesmo por não ter havido sessão parlamentar devido ao evento do Comité Central da FRELIMO.
- 3 de Maio, na página 4, na secção de política, o Parlamento foi destacado com o título: **“Parlamento apela ao reforço na prevenção e no combate ao HIV / SIDA”**.
Fonte: Gabinete Parlamentar para Prevenção e Combate ao HIV / SIDA.
Fotos: Uma da Plenária da Assembleia da República
Depoimentos: Beatriz Chaguala, relatora do Gabinete Parlamentar para

Prevenção e Combate ao HIV/SIDA e das três bancadas Parlamentares
(Deputados não identificados)

Notícia média publicada num terço direito da página.

Notícia assinada por Emildo Sambo.

- Nos dias 4, 5, 6, 7 e 8 de Maio não houve notícias sobre o Parlamento
- 9 de Maio, na página 4, na secção Política, o jornal alertava: "**Geraldo Carvalho reintegrado na 6ª Comissão do Parlamento**" após ter sido sugerida a sua expulsão.
Fonte: Despacho no Boletim da República emitido pela Presidente da Assembleia da República, Verónica Macamo.
Fotos: Uma (foto de Geraldo Carvalho, Deputado do MDM à Assembleia da República)
Depoimentos: Ricardo Tomás, deputado do MDM
Notícia média posicionada em meia página superior.
Notícia da autoria de José Macamo.
- Nos dias 10 e 11 de Maio não houve notícias sobre o Parlamento.

Jornal Diário de Moçambique (22 Abril - 11 de Maio 2019)

A) O JORNAL *DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE* PUBLICOU AS SEGUINTE PEÇAS NOTICIOSAS RELATIVAS AO PROJECTO-LEI SOBRE OS CASAMENTOS PREMATUROS, DAS SUCESSÕES E DE REVISÃO DA LEI DA FAMÍLIA

- 22 de Abril, na página 4, secção de sociedade e política, com o título: “**AR aprecia lei contra casamentos prematuros**”.

Fonte: UNICEF e UNFPA (Fundo das Nações para a População).

Fotos: Zero

Depoimento: UNICEF

Notícia curta posicionada em menos de meia página inferior.

Notícia não assinada – apenas as peças dos correspondentes são assinadas.

Notícia da íntegra: *A Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República (AR) prossegue hoje à apreciação do projecto de lei sobre os casamentos prematuros, devendo produzir um parecer que será discutido em plenário dentro em breve, indica um comunicado de imprensa recebido na nossa redacção.*

Segundo o UNICEF, Moçambique ainda se depara com uma situação em que possui uma das taxas de casamentos prematuros mais elevadas do mundo, afectando uma em cada duas raparigas, e a segunda maior taxa de casamentos prematuros na região sul de África.

Com a aprovação deste projecto de lei, espera-se que Pais e outros membros da comunidade (as mestres dos ritos de iniciação, as matronas, líderes comunitários, religiosos, professores e líderes de opinião, as associações juvenis em matéria de protecção da criança) serão uma ferramenta eficaz para criar um ambiente favorável para a prevenção, combate, redução progressiva e eliminação dos casamentos prematuros em Moçambique.

Dados do UNICEF indicam ainda que 48% das mulheres em Moçambique entre 20 e 24 anos de idade, casaram-se antes dos 18 anos e 14% antes dos 15 anos.

Outro organismo da ONU, a UNFPA (Fundo das Nações para a População) considera que o problema da gravidez precoce está estreitamente associado ao casamento prematuro. Dar à luz em idade jovem representa um risco para a saúde da Mãe e da criança.

Em Moçambique, aproximadamente 20% das mortes maternas ocorreram em raparigas e jovens com menos de 20 anos (censo populacional de 2007). Especialistas da ONU sublinham que os casamentos prematuros podem gerar impactos extremamente negativos para a saúde e o bem-estar das raparigas, em Moçambique ou no mundo.

A ONU refere que ao privar as raparigas do seu direito de escolha e também de acesso ao ensino escolar, os casamentos prematuros são uma violação dos direitos da criança e tem directa relação com o ciclo inter-geracional da pobreza e desenvolvimento do País.

“Além disso, trazem duras consequências à saúde das raparigas, normalmente relacionadas à gravidez precoce, como fístula, desnutrição e mortalidade materna e infantil”, frisa a ONU num documento a que o “DM” teve acesso.

Factores Relacionados

Estudos do UNICEF dão conta também que em Moçambique há pressões e incentivos económicos, nomeadamente de compensação (lobolo), redução de despesas familiares (menos uma boca para alimentar), que contribuem para este tipo de casamentos. Existem igualmente factores socioculturais (normas sobre idade apropriada para o casamento definidas por líderes comunitários), não há percepção dos benefícios se adiar o casamento e ritos de iniciação sexual.

Por outro lado, raparigas que completaram o ensino secundário têm 53% menos probabilidade de estarem casadas antes dos 18 anos do que raparigas que não tiveram acesso à educação. O documento considera que meninas em agregados familiares religiosos (especialmente de fé muçulmana) têm menos probabilidade de se casar do que crianças em famílias que não seguem uma religião.

A região onde a rapariga reside é tida como preponderante. Há mais casamentos prematuros nas áreas rurais, onde 56% das mulheres, entre 20 – 24 anos, casaram-se antes dos 18 anos, e 36% em áreas urbanas.

UNICEF e o UNFPA têm um programa global para acelerar acções para eliminação dos casamentos prematuros, sendo Moçambique um dos países contemplados no programa. O programa no país está sendo guiado pela estratégia nacional para a prevenção e combate aos casamentos prematuros (2016 – 2019) e segue como base as evidências encontradas em experiências de outros programas em vários países, na última década, que indicam soluções e lições aprendidas.

B) O JORNAL *DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE* PUBLICOU AS SEGUINTE PEÇAS NOTICIOSAS SOBRE OUTROS ASSUNTOS PARLAMENTARES

- No dia 23 de Abril não houve notícias sobre o Parlamento.
- 24 de Abril, na primeira página, com o título: **“Buchili apresenta hoje informe anual na AR”**.
Notícia de abertura, com foto da PGR, Beatriz Buchili.

Na página 3, da mesma edição, na secção sociedade e política, o parlamento é destacado com o título: **“PGR apresenta hoje informe anual sobre controlo da legalidade no país”**.

Fonte: Relatório da PGR com o informe anual sobre o controlo da legalidade.

Fotos: Uma (foto da PGR, Beatriz Buchili)

Depoimentos: Zero

Peça de tamanho médio, posicionada na meia página superior.

- 25 de Abril, na primeira página, com o título: **“Corrupção custou acima de mil milhões de meticais”**.
Destaque de 1ª página
Fotos: Uma (da PGR)

Na página 3, do mesmo dia, com o título: **“Corrupção custou acima de mil milhões de meticais”**.

Fonte: Informe anual da Procuradoria-Geral da República

Fotos: Uma (da PGR)

Depoimentos: De Francisco Mucanheia, Deputado da FRELIMO, António Muchanga, Deputado da RENAMO e Silvério Ronguane, Deputado do MDM.

Notícia de abertura, com foto da PGR, Beatriz Buchili.

A notícia tem desenvolvimento no interior do jornal e é relativa à apresentação do informe anual da Procuradoria-Geral da República.

Notícia de página inteira.

- No dia 26 de Abril não houve notícias sobre o Parlamento

- 27 de Abril, na página 3, na secção sociedade e política, com o título: **“FRELIMO pede punição exemplar para (todos) os casos de corrupção”**.
Fonte: Bancada da FRELIMO na Assembleia da República (Parlamento); Procuradoria-Geral da República.
Fotos: Zero
Depoimentos: Galiza Matos Júnior, porta-voz da bancada parlamentar da FRELIMO.
Notícia curta, posicionada num quarto de página no canto inferior direito.
- Nos dias 29 e 30 de Abril e 1 e 2 de Maio não houve notícias sobre o Parlamento.
- 3 de Maio, na página 3, na secção sociedade e política, com o título: **“AR aprova definitivamente perdão de dívidas tributárias”**.
Fonte: Parlamento
Fotos: Zero
Depoimentos: Esperança Bias, Deputada da FRELIMO.
Notícia curta posicionada no quarto de página inferior esquerda.
Notícia da autoria de João Chicote
Nota: *O Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página.*
- Nos dias 4, 5, 6, 7 e 8 de Maio não houve notícias sobre o Parlamento
Nota: *Nos dias 4 e 5 de Maio, o Presidente da República aparece com foto de destaque na primeira página.*
- 9 de Maio, na página 3, na secção sociedade e política, com o título: **“AR prossegue apreciação da conta geral do estado”**.
Fonte: Relatório do Tribunal Administrativo.
Fotos: Zero.
Depoimentos: Esperança Bias, Deputada da FRELIMO e António Muchanga, Deputado da RENAMO.
Notícia média posicionada na meia página superior.
Notícia da autoria de João Chicote.
- Nos dias 10 e 11 de Maio não houve notícias sobre o Parlamento.

Nota: No dia 11 de Maio, o Presidente da República aparece na primeira página, sem foto, com o título “Nyusi ordena extinção de Mtxangas”

Semanário Savana (19 de Abril e 17 de Maio de 2019)

C) O JORNAL SAVANA PUBLICOU AS SEGUINTE PEÇAS NOTICIOSAS SOBRE OUTROS ASSUNTOS PARLAMENTARES

- A edição do dia 26 de Abril de 2019 não está disponível para consulta
- 19 de Abril, na página4, na secção tema da semana, com o título: “**Não combatemos apenas a pequena corrupção**”.

Fonte: informe anual da PGR.

Fotos: Uma (foto da PGR)

Depoimentos: Zero

Um título que corresponde ao oposto: o que o semanário pretende passar é que na realidade a PGR só anda atrás dos mais fracos para os deter.

Notícia de página inteira.

Notícia da autoria de Argunaldo Nhampossa.

BIBLIOGRAFIA

Africa Confidential. Disponível em:

<http://www.mozambiquehistory.net/economy/conditions/19781006_economic_police_struggles.pdf> [consult. 17 de Julho 2019]

ANONYMOUS. “Principais Grupos Étnicos de Moçambique”, 31 de Julho de 2017, Disponível em:

<<http://culturamocambicana.blogspot.com/2017/07/principais-grupos-etnicos-de-mocambique.html>> [consult. 18 de Julho de 2019]

Foto 1 e 2. In *Armando Emílio Guebuza*. Disponível em:

<<http://www.armandoemilioquebuza.mz/>> [consult. 17 de Abril de 2019]

ASH, Timothy Garton (2017). *Liberdade de Expressão: Dez princípios para um mundo interligado*. Lisboa: Temas e Debates

Assembleia da República de Moçambique. Disponível em:

<<http://www.parlamento.mz/index.php/processo-legislativo/que-deram-entrada>> [consult. 17 de Julho 2019]

BRITO, Luís, tradução de PATRICK Zimmermann (2010). “Le difficile chemin de la democratization”. In *Politique Africaine*, (1), nº117, pp.5-22. Disponível em:

<<https://www.cairn.info/revue-politique-africaine-2010-1-page-5.htm>> [consult. 28 de Abril de 2019]

Calane da Silva. Disponível em:

<[https://www.infopedia.pt/\\$calane-da-silva](https://www.infopedia.pt/$calane-da-silva)> [consult. 17 de Julho 2019]

CALDEIRA, Adérito. 18 de Setembro de 2018. “Moçambique é o Décimo pior do mundo no índice de desenvolvimento humano”. In jornal *@Verdade*. Maputo,

Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/66891-mocambique-e-o-decimo-pior-do-mundo-no-indice-de-desenvolvimento-humano>> [consult. 15 de Junho 2019]

CHICHAVA, Sérgio (2008). Por uma leitura sócio – histórica da etnicidade em Moçambique. In *cadernos IESE*. Coleção Discussion Paper, nº1. Disponível em: <<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Etnicidade.pdf>> [consult. 20 de Fevereiro de 2019]

CHICHAVA, Sérgio (2010). Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana? In *cadernos IESE*, Nº2. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf> [consult. 20 de Fevereiro de 2019]

CHICHAVA, Sérgio e Pohlmann, Jonas (2010). Uma breve análise à imprensa moçambicana. In *Desafios para Moçambique*. IESE, parte I, pp.127-138. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_5.ImpMoc.pdf> [consult. 20 de Fevereiro de 2019]

DA SILVA, Carolina Rocha. (2015), “As eleições e a democracia Moçambicana”. In *Janus*. 1, (13), 2015-2016, pp.34-35. [Internet]. Disponível em <http://janusonline.pt/images/anuario2015/1.13_CarolinaSilva_DemocraciaMocambique.pdf> [consult. 28 de Abril de 2019]

DE SOUSA, João (2018). “UMA DATA NA HISTÓRIA – 2 de Outubro de 1975... Rádio Moçambique – Xipalapala de João de Sousa”. In *Bigslam.pt*. Disponível em <<https://bigslam.pt/blogs/joao-de-sousa-blogs/uma-data-na-historia-2-de-outubro-de-1975-radio-mocambique-xipalapala-de-joao-de-sousa/>> [consult. 10 de Julho 2019]

Languages of the world. In *Ethnologue*. Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/country/MZ/languages>> [consult. 5 de Julho 2019]

FEIJÓ, J. (2010). *Identidades, percursos e clivagens nos PALOP*. “Discursos Jornalísticos sobre a Independência de Moçambique – Uma análise da cobertura do semanário Savana (1998 - 2003)”. In *Cadernos de estudos africanos*, 20, pp.55-83. Disponível em <<https://journals.openedition.org/cea/148>> [consult. 20 de Março 2019]

- FERREIRA, Gil (2011). “Qual o papel do jornalismo nas democracias contemporâneas? Jornalismo público e deliberação política”. In *Exedra*. Número especial, pp.79-92. Disponível em:
<https://www.academia.edu/17373991/Qual_o_papel_do_jornalismo_nas_democracias_contempor%C3%A2neas_Jornalismo_publico_e_delibera%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtica> [consult. 17 de Abril de 2019]
- FLORENCIO, Fernando (2002). “Identidade étnica e práticas políticas entre os vandaus de Moçambique”. Problemáticas políticas em África. In *Cadernos de Estudos Africanos*,(3), pp.39-63. Disponível em:
<<https://journals.openedition.org/cea/1085>> [consult. 10 de Maio de 2019]
- FONSECA, I. A. (2014). *A imprensa e o Império na África Portuguesa, 1842-1974*. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- FORQUILHA, Salvador C.&ORRE, Aslak (2011). Transformações sem mudanças? Os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique. In *Desafios para Moçambique 2011. IESE*, (2), pp.35-53. Disponível em:
<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011_2.Transf.pdf> [consult. 28 de Abril de 2019]
- GELBERT, Laura (23 de Dezembro de 2016). “Acelerando a Redução da Pobreza em Moçambique: Desafios e Oportunidades”. In *ONU News*, Nova Iorque. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2016/12/1572461-mocambique-relatorio-do-banco-mundial-aborda-pobreza-e-faz-recomendacoes>> [consult. 31 de Maio 2019]
- HALLIN, Daniel e MANCINI, Paolo (2010). *Sistemas de Media – Estudo Comparativo Três modelos de comunicação e política*. Lisboa: Livros horizonte
- Leite Vasconcelos. In *Infopédia*. Disponível em:<[https://www.infopedia.pt/\\$leite-de-vasconcelos](https://www.infopedia.pt/$leite-de-vasconcelos)> [consult. 5 de Julho 2019]

ISSUFO, Nádía (05 de Julho 2019). Deficiências de comunicação do Presidente de Moçambique, In *Deutsche Welle*. Disponível em:
<<https://www.dw.com/pt-002/defici%C3%A7%C3%A3o-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-do-presidente-de-mo%C3%A7ambique/a-49492049?maca=pt-002-EMail-sharing>>
[consult. 20 de Julho 2019]

KPUNDEN, Sahr John (1992). *Democratization in Africa: African views, African voices*. Washington: National Academy Press.

Leite Vasconcelos. In *Infopédia*. Disponível em:
<[https://www.infopedia.pt/\\$leite-de-vasconcelos](https://www.infopedia.pt/$leite-de-vasconcelos)> [consult. 12 de Julho 2019]

LOPES, José (1999). “Cultura acústica e letramento em Moçambique: em busca de fundamentos para uma educação intercultural”. In *Educação e Pesquisa*, 25, (1), pp.67-87, São Paulo, Janeiro - Junho. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97021999000100006>> [consult. 19 de Maio de 2019]

LOPES, José (2004). *Cultura acústica e letramento em Moçambique: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural*. São Paulo: EDUC.

LOPES, José. (2001). “Escola e política linguística em Moçambique: a cidadania ameaçada”. In *Teias*: Rio de Janeiro. Disponível em:
<<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/23874/16847>> [consult. 10 de Agosto 2019]

LUSA (14 de Setembro de 2018). “ONU revê em alta dados de Moçambique, no nono país menos desenvolvido do mundo”. In *Diário de Notícias*. Portugal. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/onu-reve-em-alta-dados-de-mocambique-nono-pais-menos-desenvolvido-do-mundo-9846107.html>> [consult. 9 de Agosto 2019].

LUSA (27 de Setembro de 2018) “ONU sem resposta de Moçambique sobre agressões a críticos do governo”. In *Diário de Notícias*. Disponível em:
<<https://www.dn.pt/lusa/interior/onu-sem-resposta-de-mocambique-sobre-agressoes-a-criticos-do-governo-9916764.html>> [consult. 19 de Junho 2019]

LUSA (3 de Maio de 2019). “Moçambique está cada vez mais hostil para jornalistas”. In *Diário de Notícias*. Disponível em:
<<https://www.dn.pt/lusa/interior/mocambique-esta-cada-vez-mais-hostil-para-jornalistas---amnistia-internacional-10856954.html>> [consult. 23 de Maio de 2019]

LUSA (1 de Agosto de 2013). “Director do maior jornal moçambicano afastado por cobrir conferência de imprensa de Dhlakama”. In *Público*. Disponível em:
<<https://www.publico.pt/2013/08/01/portugal/noticia/director-do-maior-jornal-mocambicano-afastado-por-cobrir-conferencia-de-imprensa-de-dhlakama-1601953>> [consult. 29 de Julho]

LUSA (23 de Maio de 2018). “Parlamento moçambicano aprova revisão da constituição para a descentralização”. In *RTP Notícias*. Disponível em:
<https://www.rtp.pt/noticias/mundo/parlamento-mocambicano-aprova-revisao-da-constituicao-para-descentralizacao_n1077534> [consult. 10 de Maio de 2019]

MACAMO, Elísio (s.d). *A Transição Política em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos (CEA). Disponível em:
<https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/2431/1/CEA_OP4_Macamo_Transicao.pdf> [consult. 21 de Abril de 2019]

MASSUANGANHE, Israel Jacob (2011). *O poder local, as autoridades tradicionais e a reforma da governação local: as relações do poder e os desafios no quadro da descentralização*. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/280933946_O_poder_local_as_autoridades_tradicionais_e_a_reforma_da_governacao_local_as_relacoes_do_poder_e_os_desafios_no_quadro_da_descentralizacao> [consult. 17 de Junho de 2019]

MATIAS, Leonel (16 de Julho de 2015). “Aprovado uso de línguas moçambicanas nas assembleias provinciais”. In *DeutscheWell*. Disponível em
<<https://www.dw.com/pt-002/aprovado-uso-de-l%C3%ADnguas-mo%C3%A7ambicanas-nas-assembleias-provinciais/a-18590383>> [consult. 15 de Julho 2019]

MATIAS, Leonel (3 de Maio de 2019). “Recuos na liberdade de imprensa em Moçambique”. In *Deutsche Well*. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/recuos-na-liberdade-de-imprensa-em-mo%C3%A7ambique/a-48578864>> [consult. 23 de Maio de 2019]

MEU Salário. Disponível em:
<<https://meusalario.org/mocambique/salario/salario-minimo>> [consult.13 de Abril 2019]

Mia couto. In *Infopédia*. Disponível em:<[https://www.infopedia.pt/\\$mia-couto](https://www.infopedia.pt/$mia-couto)> [consult. 17 de Julho 2019]

MICHELS, Robert (2001). *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*. Lisboa: Editora Antígona.

NDIAYE, Detoubab (2014). “O difícil processo de transição da Democracia política africana”. In *Africa´s - Revista do programa de pós-graduação em estudos africanos e representações de África*. Disponível em:
<<http://www.revistas.uneb.br/index.php/africanas/article/view/2381/0>> [consult.20 de Abril de 2019]

NEVEU, Érik (2004). *Sociologia do Jornalismo*, Porto Editora.

NHAMPOSSA, Arginaldo (19 de Abril de 2019).“Não combatemos apenas a pequena corrupção”. In *Savana*, p.4.

NHANALE, E.C. (2017). *O jornalismo e a democracia em Moçambique: A cobertura dos casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana*. Tese de Doutoramento, Universitat Autònoma de Barcelona.

NUVUNGA, Adriano (2007). Experiências com Partidos Políticos em 53 novas Democracias. O “deixa andar” no quadro institucional em Moçambique. In *Cadernos Adenauer*,8 (3), pp.53-73. Disponível em:
<https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=7bf9f85b-bf46-6e05-dcae-7d1ec5f04ffb&groupId=265553> [consult.10 de Maio de 2019]

OPEN Society Foundation (2006). *Moçambique o sector da Justiça e estado de direito*. Disponível em:

<https://www.academia.edu/8511248/Mo%C3%A7ambique_O_Sector_da_Justi%C3%A7a_e_o_Estado_de_Direito> [consult. 25 de Abril de 2019]

REDACÇÃO (3 de Maio de 2012). "Cargos de Mateus Khatupa e Manuel Tomé são incompatíveis com a função de deputado". In *@Verdade*. Disponível em:

<<http://www.verdade.co.mz/nacional/26943-cargos-de-mateus-khatupa-e-manuel-tome-sao-incompativeis-com-a-funcao-de-deputado>> [consult. 12 de Julho 2019]

ROCHA, Manuel João. Jornalista Moçambicano Paulo Machava assassinado em Maputo, 28 de Agosto de 2015. In *Público*. Disponível em

<<https://www.publico.pt/2015/08/28/mundo/noticia/jornalista-mocambicano-paulo-machava-assassinado-em-maputo-1706224>> [consult. 20 de Março 2019]

S.a. (4 Abril 2016). "Insta a sociedade civil: Lei da Família precisa de ser revista" In jornal *Notícias*. Disponível em:

<<https://jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/51474-insta-a-sociedade-civil-lei-da-familia-precisa-de-ser-revista.html>> [consult. 17 Junho de 2019]

SILVA, Romeu da (20 de Abril de 2018) "Línguas nacionais são receita de sucesso nas escolas moçambicanas". In *Deutsche Welle*. Disponível em:

<<https://www.dw.com/pt-002/l%C3%ADnguas-nacionais-s%C3%A3o-receita-de-sucesso-nas-escolas-mo%C3%A7ambicanas/a-43452537>> [consult. 7 de Julho de 2019]

SILVA, T. M. da Cruz (s.d). Moçambique: um perfil. In *Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*. Disponível em:

<<https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>> [consult. 09 de Abril de 2019]

TATI, Raúl (1998). *Crise africana e processo de democratização em África. Pertinência e implicações ético-antropológicas*. Editora Pontifícia Universitas Lateranensis, Academia Alfonsiana.

TOLLENAERE, Marc de (2006). *Apoio à democratização em Moçambique pós conflito. Intenções e resultados*. Relatório de trabalho 37. Netherlands Institute of

International Relations – Clingendael Institute. Disponível em:

<https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/20060600_cru_working_paper_37_pt.pdf> [consult. 09 de Maio de 2019]

VIEGAS, Patrícia (5 de Julho de 2019). “Nyusi rejeita envolvimento no caso das dívidas ocultas quando era ministro da defesa”. In *Diário de Notícias*. Disponível em:

<<https://www.dn.pt/mundo/interior/nyusi-rejeita-envolvimento-no-caso-das-dividas-ocultas-quando-era-ministro-da-defesa-11081553.html>> [consult .30 de Julho de 2019]

Fontes documentais

Constituição da República Popular de Moçambique (1975). Disponível em:
<<http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/CONST-MOC-75.pdf>> [consult. 20 de Março de 2019]

Constituição da República de Moçambique (1990). Disponível em:
<<http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/CONST-19901.pdf>> [consult. 20 de Março de 2019]

Constituição da República de Moçambique (2004). Disponível em:
<<http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/CONST-2004.pdf>> [consult. 10 de Abril de 2019]

Dados preliminares do censo populacional de 2017 do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique. Disponível em:
<<http://www.ine.gov.mz/>> [consult. 10 de Maio de 2019]

FMI (Fundo monetário internacional) (2014). *Moçambique em ascensão: construir um novo dia*. Joint Bank-Fund Library. Disponível em:
<<https://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/dp/2014/afr1404p.pdf>> [consult. 20 de Março]

Revisão Pontual da CRM de 2018. In *Boletim da República de Moçambique*. Disponível em:
<[file:///C:/Users/Jo%C3%A3o%20Leite/Downloads/Constituicao+da+Republica+Mo+cambicana+-BR+2018%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Jo%C3%A3o%20Leite/Downloads/Constituicao+da+Republica+Mo+cambicana+-BR+2018%20(1).pdf)> [consult. 10 de Maio de 2019]

Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. (1998) PNUD. Disponível em:
<<http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/RDH-Moz1998port.pdf>> [consult. 13 de Maio de 2019]

Relatório do índice de desenvolvimento humano. (2017) PNUD. Disponível em:
<<https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>> [consult. 15 de Maio de 2019]